

EVELI SOUZA D'AVILA DE OLIVEIRA

MAIS ALÉM DA VITÓRIA

**RITOS DE INSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DE 30 EM
FLORIANÓPOLIS – IMPRENSA, GOVERNO E MEMÓRIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Florianópolis
2001**

EVELI SOUZA D'AVILA DE OLIVEIRA

MAIS ALÉM DA VITÓRIA

**RITOS DE INSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DE 30 EM
FLORIANÓPOLIS - IMPRENSA, GOVERNO E MEMÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em História Cultural, sob a orientação do Professor Dr. Luiz Felipe Falcão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Florianópolis

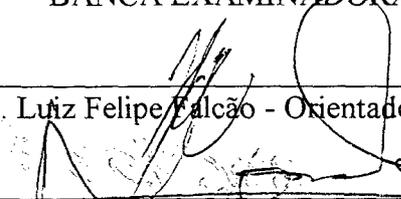
2001

MAIS ALÉM DA VITÓRIA
RITOS DE INSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DE 30 EM FLORIANÓPOLIS
- IMPRENSA, GOVERNO E MEMÓRIA -

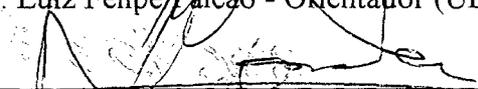
EVELI SOUZA D' AVILA DE OLIVEIRA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

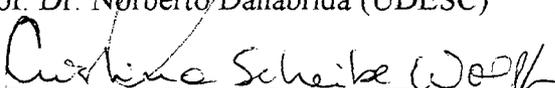
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão - Orientador (UDESC)

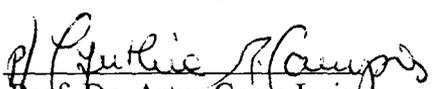


Prof. Dr. Norberto Dallabrida (UDESC)



Prof. Dr. Cristina Scheibe Wolff (HST/UFSC)

Prof. Dr. Cynthia Machado Campos - Suplente (HST/UFSC)



Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
Coordenador do PPGH/UFSC

Prof. Dr. Cynthia Machado Campos
Sub-Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 30 de março de 2001.

Ao meu pai,

que, com seus relatos, me mostrou a
beleza deste tema.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	03
Resumo.....	05
Abstract.....	06
Introdução.....	07
CAPÍTULO I	
Os movimentos de 30 através da imprensa de Florianópolis.....	19
I.1. Na poeira do movimento.....	21
CAPÍTULO II	
O papel da imprensa na tecitura das imagens.....	50
II.1. Críticas e aplausos ao movimento.....	52
CAPÍTULO III	
Esboços de um projeto regenerador da sociedade.....	84
III.1. A reforma de condutas sociais como marco de diferenciação.....	86

Considerações finais.....124

Fontes consultadas

1. Acervo..... 137

2. Fonte oral.....139

3. Bibliografia..... 140

Agradecimentos

Durante todo o percurso para a elaboração deste trabalho, muitas foram as pessoas que contribuíram para a chegada destes momentos finais. Desta caminhada, que foi permeada de encontros, expectativas, alegrias, ansiedade e interrogações, algumas pessoas participaram direta ou indiretamente, e a elas eu gostaria de deixar os agradecimentos.

Aos professores do curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina, que no período de graduação, quando dos primeiros contatos com os estudos históricos, me incentivaram para seguir adiante na caminhada.

Aos funcionários e professores do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, pelos esclarecimentos e os conhecimentos adquiridos, especialmente à professora Dra. Maria Bemardéte Ramos Flores, pelas valiosas contribuições.

As amigas Giovana, Viviane, Sandra e Rita, que contribuíram através do empréstimo de livros e textos, da companhia nas longas horas de pesquisa, do contato com as pessoas entrevistadas e da troca de idéias.

Pela gentileza com que me atenderam os funcionários da Seção Santa Catarina da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, estando sempre a procurar entre jornais, livros, documentos e microfiches tudo o que pudesse auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, meus agradecimentos.

A todos que me concederam entrevistas e permitiram que eu compartilhasse de sua memória.

Em especial quero agradecer ao meu orientador, professor Dr. Luiz Felipe Falcão, pela competência, a dedicação, a troca de idéias, as sugestões, a paciência e o incentivo diante das dificuldades encontradas.

Ao Paulo e à Fernanda, pelo carinho e o apoio que me dedicaram, e ao Leonardo que, além disso, abriu mão de algumas tardes de descanso e lazer para me auxiliar na pesquisa junto às fontes.

E finalmente, ao mar da praia Palmas, que, depois de cansativas horas em frente ao computador, entre idéias, palavras e teclas, me revigorava e inspirava para retomar ao trabalho.

Resumo

Este trabalho procura analisar e interpretar, através de pesquisa em alguns órgãos de imprensa de Florianópolis (*O Estado, Republica e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*), nos documentos oficiais e em fontes orais, quais as representações criadas sobre o movimento de 30 em Florianópolis, e em que medida elas possibilitaram a construção de uma determinada memória do movimento. Ao mesmo tempo, busca compreender quais os caminhos seguidos pelos grupos políticos que ascenderam ao poder a fim de se legitimarem como novo poder dominante.

Os jornais, ao darem publicidade ao movimento, produziram sobre ele diferentes imagens, que em alguns momentos se caracterizavam por medo, por violência, por festas, por expectativas. Ao longo dos cinco primeiros anos do novo governo, fizeram críticas e elogios ao poder instituído, aplaudindo algumas ações, criticando outras. Mas seus escritos auxiliaram na formação de toda uma rede discursiva sobre este movimento.

Já os documentos oficiais, nos permitem visualizar uma gama de atitudes tomadas pela nova administração, que ao que tudo indica, estavam voltadas para sua legitimação como nova força política regeneradora. Assim, o movimento para ser compreendido como necessário e se diferenciar do governo anterior materializou o discurso de seus antecessores, fazendo uso de uma série de símbolos e ritos para atingir tal propósito.

Abstract

This work aims to analyze and interpret, through research, what are the representations created about the “movement of 30” in Florianópolis, and in what level they enabled the building of a certain memory of the movement., by using as source some press organs of Florianópolis (“*O Estado*”, “*Republica*” and “*Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*”), official documents and some Information provided orally. At the same time, this work intends to understand the paths followed by the political groups that ascended to power after this movement, in order to legitimize themselves and, at the same time, allow the building of the memory of this movement.

By publicizing the movement, newspapers produced different images about it, which, in some moments, were characterized by fear, violence, parties, and expectations. During the five first years of the new government, they criticized and praised the established power, praising some actions and criticizing others. However their texts contributed with the formation of a whole discursive chain about this movement.

The official documents allow us to visualize a great variety of actions taken by the new administration which, by the looks of things, were focused on its legitimizing as the new regenerating political power. Therefore, the movement, in order to be assumed as necessary and to differ from the previous government, materialized its predecessor’s speech by using a series of symbols and rites, so that it could reach its objective.

Introdução

Ouvindo a narrativa de meus pais sobre fatos marcantes de sua juventude, tomei contato com um assunto que muito me chamou a atenção: sua vivência cotidiana durante o período em que ocorreu o movimento de 1930, em Santa Catarina, mais especialmente no município de Florianópolis, local onde residiam.

Mais tarde, já no período de graduação no curso de História, esta temática voltou à tona quando se fez necessária a elaboração de um trabalho de pesquisa sobre este movimento. Para tanto, iniciei um estudo bibliográfico junto a algumas obras da historiografia catarinense que abordavam a questão. Analisando os escritos de autores como Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter F. Piazza, Carlos Humberto Corrêa e Carlos Humberto Silveira Lenzi, percebi que eles descreviam os principais “agentes” desse movimento e suas conseqüências para a política catarinense.

No entanto, não era este o enfoque que eu pretendia dar à pesquisa. Lembrando das histórias contadas por meu pai, constatei que muito do que ele narrava não constava dos livros de história, como a fuga de sua família para um engenho e a “trincheira” improvisada que sua família e os vizinhos fizeram perto da praia. Assim, aguçava-se minha vontade de saber mais sobre o movimento e sobre outras questões, especialmente aquelas vividas pela população em geral, suas expectativas, seus medos, sua vivência cotidiana.

Diante disto, e do avanço de minhas reflexões sobre a temática, evidenciou-se o desejo de desenvolver um estudo sobre o movimento de 30 em Florianópolis, lançando sobre ele um olhar que contemplasse um maior número de fontes.

evidenciasse outros aspectos além do poder político institucionalizado, entendendo o político enquanto uma dimensão que afeta o cotidiano e vinculando a história política com memória, representação e imaginário.*

Para atingir tal propósito, iniciei uma pesquisa junto ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, buscando analisar documentos oficiais, como relatórios de governadores e órgãos do Estado, decretos, ofícios, leis, cartas, entre outros, que me propiciassem informações sobre o período. Entretanto, no decorrer desta busca observei que a documentação que abrange o período estudado não é muito numerosa. Em relação aos relatórios de governadores, por exemplo, existem apenas os referente aos anos de 1930 e 1935. Para dar visibilidade aos moradores da cidade como integrantes do movimento, se fazia necessário o relato de pessoas que vivenciaram aquele momento, sendo assim, procurei entrevistar outras pessoas, além de meus pais, que me concedessem depoimentos para vislumbrar sua memória sobre o movimento. Quanto aos discursos dos jornais da época, fui buscá-los entre os periódicos do município de Florianópolis, encontrados junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

No desenvolvimento da pesquisa chamaram-me a atenção algumas questões em relação a como este movimento aparecia, por exemplo, nos livros didáticos, em algumas obras da historiografia e nos compêndios de história. A primeira destas questões diz respeito ao fato de o movimento ser descrito, na versão dos vencedores, como uma Revolução, que estabelece o marco institucional de um novo sistema político, econômico e sociocultural no Brasil. O movimento de 1930, assim como o governo de Getúlio Vargas, instaurado a partir dele, tem sido objeto de estudo de muitos

[^] Nos dias atuais os estudos da história política alcançam novas dimensões, trazendo em seu bojo uma nova compreensão do real e do papel do sujeito na história. Entendido dentro de um contexto mais amplo e vinculando-se com o imaginário, o político, no dizer de Réniond, “não está sozinho e isolado, mas guarda relações com o resto, com as demais expressões da atividade humana e com a sociedade civil.”

pesquisadores, através dos quais diferentes versões sobre este acontecimento foram construídas, sendo por grande parte considerado como um marco divisor na história política do Brasil. O movimento de 30 no Brasil acontece dentro do contexto da crise dos anos 20. Diante da crise, intensifica-se a oposição às oligarquias que mantinham o poder político do país, especialmente os cafeicultores paulistas, que governavam de modo a atender seus próprios interesses. Com a crise de 1929, o setor agrário exportador, que alicerçava a política vigente, sofre retrações de mercado, agravando a crise econômica do país. Neste contexto e mobilizando diferentes grupos sociais, organiza-se o levante armado que conduz Getúlio Vargas ao poder.

Boris Fausto, em "A Revolução de 1930"², analisa alguns dos diferentes parâmetros que delinearão este movimento e que se cristalizaram na historiografia brasileira. Segundo este autor, a abordagem historiográfica mais difundida a partir da década de 50 traz em seu bojo a discussão sobre a oposição entre oligarquias agrícolas/burguesia industrial. Segundo esta versão, com a revolução tem-se o fim das oligarquias regionais e agrícolas como detentoras do poder político da República Velha e a ascensão ao poder da burguesia industrial. Boris Fausto aponta ainda outras abordagens historiográficas que definem a chamada Revolução de 30 como movimento das classes médias brasileiras e apresentam a versão de que o movimento que põe fim à Primeira República é fioito da união das oligarquias descontentes com a política vigente e uma parcela dos militares do movimento tenentista.

Utilizando-se de dados estatísticos, este autor refiata tais idéias, argumentando que a Revolução de 1930 expressou a necessidade de reajustar a estrutura

RÉMOND, René. Uma história presente. In: Por uma história política. Rio de Janeiro: Éd. UFRJ, 1996. p.19.

² -FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: Historiografia e História. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

do país, já que o modelo agro-exportador mostrava-se cada vez mais precário. Assim, percebe que o movimento de 30 põe fim à hegemonia da burguesia do café, e que ele ocorreu fi^ente às graves tensões no curso da década de 20 e à crise econômica emergente no final da mesma década. É diante deste quadro que, para o autor, se fi^rma em março/outubro de 1930 uma ft-ente difusa, formada por elementos das classes médias dos centros urbanos, pelo setor militar e pelas classes dominantes regionais, em resposta à dominação da classe hegemônica (burguesia cafeeira).^

Edgar Carone"* percebe que, no período entre os anos 1930 e 1937, os velhos grupos dominantes, as oligarquias agrícolas, continuam se mantendo no poder, tendo ao seu lado os novos grupos que ascenderam a ele. Nesse sentido, seguindo os passos de Caroni, não é possível considerar, como aparece na grande maioria das obras da historiografia, que a partir do movimento de 30 a burguesia industrial se estabelece como detentora do poder político no Brasil. Apesar de haver, a partir de 1930, um maior domínio do poder central sobre os Estados, os poderes regionais persistem até a promulgação da Constituição de 1934.

Compreendendo que camadas ligadas às forças políticas até então dominantes são protagonistas no movimento de 30 e considerando que a partir dele não se tem na sociedade e economia brasileira profiandas transformações, o termo Revolução adotado pela versão do vencedor para este movimento, seguindo os

^ **Ibidem. p. 113.**

⁴ **CARONE, Edgar. A República Nova. (1930-1937). 2.ed. São Paulo: DIFEL. 1976. Este autor afirma que mesmo tendo os interventores tenentistas ocupado o poder executivo dos Estados, e sendo afastadas as lideranças que se mantinham até então no poder, os cargos municipais e regionais se mantêm sob o poder das oligarquias da oposição.**

ensinamentos de Hannah Arendt⁴, é inadequado.

A segunda questão que se destacou no decorrer dos estudos sobre o movimento diz respeito à homogeneidade com que é evidenciada a chamada Era Vargas, período que compreende os anos em que Getúlio Vargas assumiu o governo brasileiro (1930-1945). Em grande parte das obras consultadas, estes quinze anos são identificados como um período contínuo, em que as características políticas se mantêm ao longo dos anos, sem rupturas. No entanto, durante o manuseio e análise das fontes estas rupturas se desvendaram, tanto em termos de Brasil, em geral, quanto em termos de Santa Catarina, em particular. Em vários Estados brasileiros após o movimento as lideranças políticas se revezam no poder, tendo os interventores que se aliam a outros grupos, mesmo ligados às antigas forças políticas (dos Partidos Republicanos). O período de 1930 a 1937 caracteriza-se por crises políticas, sendo marcado por disputas pelo poder entre diferentes grupos.

Em Santa Catarina, os primeiros anos do novo governo no Estado, entre 1930 e 1932, são marcados por certa instabilidade política; as interventorias estaduais e os novos grupos políticos dominantes mantinham sua administração no sentido de se legitimar enquanto nova estrutura política. Seu discurso se pautava em dar sentido ao movimento, imprimindo-lhe um caráter de “necessário” e de “Vontade coletiva” e, por outro lado, criando uma imagem do “inimigo a ser afastado”. Ao mesmo tempo, percebe-se certa instabilidade e até mesmo divergência em relação a quais indivíduos e grupos tomariam a frente da administração catarinense. A partir de 1932, com o movimento Constitucionalista em São Paulo, que evidencia a oposição das oligarquias e

⁴ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Tradução; Fernando Dídimo Vieira. 2.ed. São Paulo: Ática. 1990. Segundo Hannah Arendt, o conceito moderno de Revolução está ligado à noção de uma História inteiramente nova e relaciona-se com a idéia de liberdade. Assim, Revoluções são mais do que rebeliões, guerra civil, ou insurreições bem sucedidas.

a falta do apoio das massa ao novo governo , e com uma série de cobranças em relação às promessas> revolucionárias, o teor discursivo em Santa Catarina se expressa novamente na necessidade do movimento como fundamental para a moralidade da nação, seja através de uma Constituição democrática, seja através do voto secreto. Nos anos de 1934 e 35, em meio às campanhas para eleições das Assembleias Constituintes em nível federal e estadual, as práticas e discursos começam a se direcionar para uma proposta de governo que não se vale da imagem do movimento de 30 em si, mas de uma nova proposta administrativa aliada às do governo federal. Finalmente, a partir de 1935, sob o governo de Nereu Ramos a administração catarinense toma um direcionamento político no sentido de materializar os propósitos do governo federal de uma regeneração do país.

Diante destas diferentes faces que as fontes indicavam para o governo instalado em Santa Catarina no pós-30 é que o recorte temporal para este estudo compreende o período de 1930 a 1935. Ou seja, o período marcado pelo início do governo das interventórias^ estaduais até a eleição de Nereu Ramos, pela Assembleia Constituinte, como governador do Estado.

Edgar de Decca, em seu livro “1930 Silêncio dos Vencidos”, faz um estudo sobre como a memória histórica deste movimento foi construída através do discurso político que produziu este fato histórico visando sua legitimação. Ao mesmo tempo, analisa como esta memória histórica foi reelaborada e consolidada pela historiografia. De Decca afirma que havia várias propostas em jogo naquele momento, e estas foram silenciadas em detrimento de uma única versão, a que foi sendo construída pelo poder institucionalizado. Ou seja, em sua obra o autor demonstra como uma determinada

versão historiográfica produziu um imaginário político em relação ao movimento de 30, elaborando imagens e criando uma representação coletiva em torno do movimento. De Decca entende que o discurso como exercício do poder público periodizou a história do Brasil em duas etapas, tendo a Revolução de 30 como marco divisor.

A partir daí, observa-se que o movimento militar de 30 triunfou, mas sua vitória por si só não lhe garantiu legitimidade, necessitando, portanto, de uma série de rituais que o tomassem aceito. Por outro lado, isto como que sacramenta uma espécie de tradição na história brasileira; o Estado servir como um marco decisivo em todo e qualquer processo social.

Seguindo este caminho, o que se pode compreender é que determinados acontecimentos, como a República ou o movimento de 30, por exemplo, foram instituídos pelo poder público e pelos grupos políticos a ele ligados como marcos que delimitam diferentes períodos da história brasileira, em detrimento de tantos outros que acabaram por ser relegados ao esquecimento[^]. No entanto, tais marcos, para serem instituídos, necessitam de uma série de sinais de reconhecimento a fim de sejam entendidos como um “fato histórico”. É desse modo que o Estado e o poder instituído imprimem sentido a estes acontecimentos, utilizando-se para tanto de diferentes estratégias, tais como comemorações cívicas, festas, edição de decretos e leis, mudanças de nomes de ruas, de praças e de municípios: Tais ações perpassam até mesmo o cotidiano das pessoas através da normatização de condutas da população.

[^] Segundo Vesentini, a Revolução de 30 cresce como fato à medida em que vai ganhando significação, mas caso contrário “dificilmente a quebra das práticas cotidianas, relativamente rotineiras daquele outubro teria transparecido como fato histórico.” VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato. São Paulo; HUCITEC, 1997. p.45.

Segundo Maria Célia Paoli⁹, entre os anos de 30 e 40 é o poder do Estado que configura a sociedade; nos trabalhos sobre este período, as classes e os grupos sociais aparecem como expressões de decretos, leis, textos, intenções e projetos.

Em "A Teia do Fato", Carlos Alberto Vesentini constata que a Revolução de 30, definida enquanto marco divisor de duas diferentes etapas da história do Brasil, evidencia o fim de um período e apregoa o início de um novo momento, marcado pelo despertar da consciência da nação. Ao mesmo tempo foi criado um adversário político - a política oligárquica - que legitimou o fato (Revolução de 30) como necessário e tradutor da vontade geral da nação. Para ele, "... o refazer da memória legitima o poder vigente e define o campo de ação coletiva em um único lugar".⁹ Vesentini ressalta o papel dos documentos, dos discursos e da imprensa periódica na construção da memória do fato e de sua influência enquanto legitimadores do novo poder político instaurado a partir de então.

A terceira questão com que me deparei liga-se ao fato de como a figura de Getúlio Vargas se estabelece, centralizadora e com plena autonomia, desde o início do movimento até sua saída do poder em 1945. Pela documentação e a análise dos periódicos, tal proposição não se evidencia, pelo menos nos primeiros anos de governo, já que são raras as manifestações de culto à sua imagem; além disso, Vargas aparece como uma liderança política que depende de outros grupos para se manter no poder.

Neste sentido, este trabalho propõe-se à realização de um estudo junto aos

⁹ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In. LOPES, José Sérgio Leite (Coordenador). Cultura e identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo; Editora Marco Zero, [1987?], p. 98.

⁹ VESENTINI, Carlos Alberto, op. Cit., p. 131.

Órgãos de imprensa, à historiografia e aos documentos oficiais para vislumbrar que princípios nortearam a construção do fato e da memória do movimento de 30 em Florianópolis, entre os anos de 1930-1935. Faz-se necessário, para tanto, compreender que medidas foram utilizadas, de que maneira os discursos foram veiculados, com que amplitude estas mensagens foram transmitidas, e sua atuação na composição da memória histórica. Especialmente em relação aos documentos oficiais, visa-se compreender em que medida a memória de 30 foi demarcada pela ação do Estado, produzindo, assim, uma imagem de que estava preparado para gerenciar. Cabe ressaltar, segundo Bourdieu¹⁰, que tendo o simbólico a função de classificar e instituir valores, ele pode modelar comportamentos e desta transformar-se em instrumento de dominação. Através de sua manipulação, toma-se possível dar visibilidade e legitimar determinados sujeitos ou grupos como detentores de maior poder em uma determinada sociedade. Para tanto, inúmeros recursos podem ser utilizados, com coerência, sutileza e técnica, na fabricação de imagens. Como observa este autor, é através da eficácia simbólica dos rituais de instituição que se consagram as diferenças, a identidade, ou seja, que se instauram determinadas representações do real.

A escolha pelo município de Florianópolis para a elaboração da pesquisa deve-se em parte ao fato de que, sendo a capital de Santa Catarina, a cidade destaca-se como centro administrativo e político do Estado. Por outro lado, uma pesquisa que pretendesse dar conta da construção da memória deste movimento em todo o Estado de Santa Catarina tomaria dimensões muito amplas, daí a opção por restringir a análise à cidade de Florianópolis.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2.ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1998. (Clássicos 4).

Buscando compreender a construção da memória pelos discursos dos jornais e da documentação produzida pelo poder público, é preciso considerar que a escrita, ao registrar o fato, seleciona o que deve ser lembrado, constituindo, assim, uma determinada memória. Deste ponto de vista não é possível considerar os escritos como "neutros", mas sim como organizadores da memória. Nesse sentido, cabe analisar o que foi selecionado para ser lembrado sobre o movimento de 30 em Santa Catarina, de que forma e quando este fenômeno deveria ser lembrado, e qual sua receptividade. Enveredando pelo caminho já trilhado por Alcir Lenharo, cabe analisar como, através dos textos políticos, se institui a construção de um imaginário político que permite expressar como resultado o controle de toda uma sociedade. Segundo Lenharo, "As instâncias atingidas não ficam circunscritas a determinados espaços sociais; por isso mesmo, dão acabamento à obra da máquina da propaganda, podendo os condutores dos micropoderes ir do mundo do trabalho ao âmago do cotidiano de cada um para intervir em suas expectativas e sonhos, reorientar seus projetos de vida, docilizar seus corpos e mentes, o que pode implicar, reversivamente, numa nova relação política com o trabalho e imprimir um novo sentido até mesmo nas relações interpessoais".^^

Frente à impossibilidade de investigar todos os periódicos em circulação na cidade de Florianópolis no período em estudo¹², foram utilizados neste trabalho de pesquisa o jornal *O Estado*, órgão que se diz independente, e o *República*, que se mantinha ligado ao governo instituído no pós-30. Tal estudo visa compreender e

" No decorrer de sua obra o autor analisa como o poder político no Brasil, durante o Estado Novo, foi construído através da propaganda, dos discursos, das imagens e principalmente, da sacralização da política. LENHARO, Alcir. Sacralização da política. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1986. p.43.

¹² Durante o período em que se efetivou a pesquisa junto às fontes, a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, único local no Estado onde é possível encontrar os periódicos do município de Florianópolis, entre os anos de 1930 e 1935, encontrava-se em reforma. Disponibilizados para a efetivação da pesquisa estavam apenas os jornais *O Estado*, já microfilmado, e o *República*, que ainda não havia sido mandado para processo de restauração e microfilmagem. Os outros periódicos existentes no período não se encontravam em disponibilidade para pesquisa.

interpretar como o movimento foi noticiado pela imprensa florianopolitana, procurando avaliar até que ponto os escritos dos jornais influenciaram na construção de um imaginário político. Como sugere Loiva Félix¹³, articulando diferentes significados os indivíduos, através do imaginário, articulam seu mundo, criando uma dada realidade. Assim, emitindo opiniões, aplaudindo e/ou criticando o movimento, estabelecendo condutas, sugerindo ações, cobrando práticas, a imprensa, através de suas falas, interferiu junto à população e ajudou a construir as representações que se criaram sobre o movimento e a nova administração instituída a partir dele. Cabe ressaltar ainda o estudo de Maria Helena Capelato¹⁴, em que a autora, através de um estudo comparativo, analisa a propaganda política no varguismo e no peronismo. Utilizando-se dos novos estudos no campo da história política, considerando as questões ligadas ao imaginário, sua análise demonstra como o uso dos símbolos, imagens e mitos possibilitou a construção de um imaginário social que arregimentou a massa popular em apoio a tais regimes.

Para sua melhor compreensão, este trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro analisa como a imprensa florianopolitana deu publicidade ao movimento de 30. Neste sentido são identificados diversos olhares lançados sobre o movimento, ressaltando-se diferentes aspectos, como o medo da população, suas expectativas, os atos de violência, os bombardeios e os heróis que consagraram sua vitória. O segundo, por sua vez, contempla as reações de críticas e aplausos da imprensa no decorrer dos

¹³ FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje: novas abordagens. In; Revista Catarinense de história. N.5. Florianópolis: Editora Insular; UFSC. 1998. p.60.

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP; Papiros, 1998 (coleção textos do tempo)

anos de 1930 - 1935. Tais posicionamentos vinculam-se à postura política que os diferentes periódicos adotaram; sendo assim, é na imprensa dita independente que se encontram as críticas ao movimento. Finalmente, no terceiro capítulo, busca-se compreender em que medida as práticas adotadas pelo poder instituído no pós-30 articularam uma rede discursiva amparada na prática normatizadora, que caminhava no sentido de um discurso de regeneração da sociedade, com o intuito de legitimar o movimento de 1930 como um marco de diferenciação do regime político anterior.

Capítulo I

Os movimentos de 30 através da imprensa de Florianópolis.

Procurando analisar e compreender como foi noticiado pelos órgãos de imprensa da cidade de Florianópolis o movimento de 1930, qual seu posicionamento, as imagens e os discursos que traziam sobre o movimento, selecionei os jornais que figuravam entre os principais órgãos em circulação na cidade nesta época e que me possibilitassem tal compreensão.

Frente à impossibilidade de investigar todos os jornais existentes em Florianópolis no período compreendido entre os anos de 1930 e 1935, a pesquisa foi desenvolvida apenas junto ao jornal *O Estado*, órgão que se dizia independente, pois se declarava “sem quaisquer ligações políticas”, e junto ao jornal *República*, que, logo após a vitória do movimento em Florianópolis, tomara-se o órgão representante do governo no Estado de Santa Catarina.

Conforme Maria Margarete Sell da Mata¹ em sua análise sobre o Jornal *O Estado* entre os anos de 1915 - 1931, o comando deste periódico sofreu alterações. Foi comprado em 1925 por Victor Konder, que convidou o intelectual e professor Altino Flores para dirigi-lo. Este jornal, a partir dessa data, defendia as propostas do Partido Republicano Catarinense, já que seu proprietário era vinculado a esse partido. Seu diretor, segundo Mata, mantinha sua luta política através das linhas de *O Estado* em

¹ MATA, Maria Margarete Sell da, *Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1930)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1996.

apoio ao poder executivo estadual, que tinha à sua frente Adolfo Konder.[^] Com a vitória do movimento de 30, Victor Konder foi exilado e Altino Flores assumiu o comando de *O Estado*. A partir de então, mesmo tendo este periódico se posicionado a favor da candidatura de Júlio Prestes e tecendo críticas à Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas durante a campanha para a sucessão de Washington Luiz, com a vitória do movimento de 30 passou a aplaudir as forças rebeladas e a criticar aqueles políticos que mantinham seu apoio a Júlio Prestes[^].

Já o *Republica*, que até o movimento de 1930 era representante no Estado do Partido Republicano Catarinense, teve sua direção substituída pela nova administração estadual que assumiu o poder em outubro de 1930. Foram nomeados[^] pelo governo civil e militar de Santa Catarina o general Ptolomeu de Assis Brasil, Haroldo Callado, Barreiros Filho, Antonio Maneio da Costa, Oswaldo Melo, João Batista Pereira e Jairo Callado para a direção e gerência[^] do jornal *Republica*, que, a partir de então, passou a ser o órgão representante do novo governo no Estado.

No desenrolar da pesquisa nas notícias destes jornais, foi possível observar que o movimento de 1930 é evidenciado não de forma homogênea, mas dentro de uma multiplicidade de contextos e formas. Ora eram ressaltadas as vitórias e conquistas, os heróis, aqueles que foram considerados por parte da historiografia como idealizadores e protagonistas do movimento; ora se evidenciava a população de Florianópolis

[^] Adolfo Konder, irmão de Victor Konder, governou o Estado de Santa Catarina entre os anos de 1926 e 1930.

[^] Segundo Mata, tal postura de *O Estado* pode ser explicada se considerarmos que os jornais não são partidos políticos e sim empresas e “um público de leitores é muito mais um público consimilador do que um adepto de uma causa política.” MATA, Maria Margarete Sell da, *Op.cit.* p.51.
" Resolução n.3. 25 de outubro de 1930.

[^] Conforme Mata, a substituição da direção se dá, possivelmente em razão de o novo governo querer afastar da direção deste periódico os jornalistas que pertenciam ao governo anterior, fazendo com que esta nova equipe, formada por pessoas que apoiavam o movimento de 30, desse novo direcionamento ao jornal. MATA, Maria Margarete Sell da. *Op.cit.* p. 52.

enquanto espectadora, buscando mostrar suas expectativas e seus aplausos aos vencedores. Por outro lado, o movimento foi também noticiado ressaltando a violência e o medo. Notas que destacavam os bombardeios, o êxodo da população para regiões do interior, amedrontada diante do avanço das tropas, tiveram espaço nas páginas dos jornais.

Sendo assim, frente a esta diversidade de abordagens, é possível lançar sobre o movimento de 30 diferentes olhares, o que me proponho a fazer em seguida.

I.1 - Na poeira do movimento.

A partir da eclosão do movimento, em 3 de outubro de 1930, perpassando por sua dispersão pelo país e culminando, em 25 de outubro do mesmo ano, com a entrada das tropas rebeladas na cidade de Florianópolis, podemos identificar que os momentos iniciais do novo governo estabelecido tiveram grande destaque nos jornais deste município. Estes primeiros tempos, que compreendem o último trimestre de 1930 e todo o decorrer de 1931, são caracterizados por decisões tomadas, muitas vezes no calor da hora, com o intuito de legitimar o novo governo estabelecido.

Paralelamente aos primeiros atos do governo, a população teve reações e atitudes diversas, com relação tanto ao movimento como às mudanças do governo e aos seus primeiros atos.

Tanto o jornal *O Estado* como o *República* destacaram em primeira página, na edição do dia 25 de Outubro de 1930, a entrada das tropas rebeldes em Florianópolis. Certamente não foram estas suas primeiras notícias sobre o movimento.

que já vinha sendo acompanhado pela imprensa florianopolitana desde seu início. Na edição do dia 6 de outubro de 1930, o jornal *O Estado* publicara suas primeiras notas, afirmando que o movimento que explodira em Minas Gerais e Rio Grande do Sul não havia atingido seus objetivos e que o governo federal não tardaria a tomar-se senhor da situação. Em relação aos acontecimentos em Santa Catarina afirmava que:

Infelizmente, Santa Catharina, devido a sua situação geographica teve que sofrer a invasão e occupação de partes de seu território, e sentir, assim, mais profundamente as consequencias do movimento.

Resta, porém, que o nosso povo tenha calma e confiança precisas, visto como os governos da União e do Estado, estão devidamente aparelhados para restabelecer a ordem e garantir em toda sua plenitude a vida e os haveres de todos os cidadãos.®

Nesta primeira nota, este jornal parece não acreditar que o movimento chegaria a ter maior amplitude, e ao mesmo tempo procura tranquilizar a população diante dos fatos. Nos dias que se seguiram, as notícias continham o mesmo teor; pediam calma à população, que não dessem crédito aos boatos que se espalhavam, que o governo encontrava-se aparelhado para atender as circunstâncias do momento.

O jornal *Republica*, como órgão do Partido Republicano Catarinense, não media esforços em chamar a atenção da população para que se mantivesse tranqüila, não acreditando nas burlas que espalham falsas noticias, pois tratava-se de movimentos sediciosos isolados e que o governo, em atuação conjunta de civis e militares, manteria a integridade da Pátria. Em seus escritos era dada publicidade às medidas tomadas pelo governo estadual para conter o movimento, assim como às palavras do presidente da República ao povo. Em seu manifesto à nação, que foi publicado por este jornal, o

presidente Washington Luís conclamava o povo a unir-se contra o movimento. O chefe do governo ressaltava que durante o período de eleições alguns grupos tentaram perturbar a ordem do país, mas no momento o governo se mantinha voltado à normalidade e ao desenvolvimento, enquanto “rompe este brutal movimento sem ideias, « que só o rancor anima e a ambição conduz.”⁷

Ambos os jornais traziam pequenas notas que destacavam os telegramas de apoio enviados ao governo, a organização de batalhões patrióticos em diferentes Estados brasileiros, o avanço das forças federais, entre outras, tendo por objetivo manter a calma junto à população e ao mesmo tempo evidenciar o domínio do Governo sobre o movimento;

O governo da União bem como o do Estado encontram-se aparelhados para atender as circunstâncias do momento.

O público não deve dar ouvidos aos boateiros nem acreditar em balelas criadas por imaginações excessivas[^]

Diante do avanço do movimento pelo Brasil e pelo Estado de Santa Catarina, *O Estado* muda seu discurso e destaca a amplitude do movimento. Sendo assim, publica que;

As crônicas brasileiras jamais registraram movimento revolucionário de tamanha extensão e tão ampla repercussão. Plantado com vagar e executado de estalo, sobre bases seguras, collocou desde logo, o poder central em serias dificuldades. Porque este, embora convencido de que a ameaça revolucionária viria um dia a tomar-se realidade,(...) não supunha, entretanto, que, sob o juramento de fidelidade de vários próceres políticos, se ocultasse o desejo de rebeldia, que, afinal se traduziu nas atividades em luta.®

[^] Manifesto à Nação. Republica. 11 de outubro de 1930.

* A hora actual. O Estado. 9 de outubro de 1930. p. 4.

® Em tomo dos actuais acontecimentos. O Estado. 15 de outubro de 1930. p. 1.

Especificamente sobre o movimento em Santa Catarina, a mesma nota

aponta que:

(...) os sucessos do sul, do oeste, e norte catarinense não são bastante para que nos deixemos dominar pelo receio e ainda menos pelo terror. A testa de nosso governo, como já o disse essa folha, temos um homem que inicia agora seu programa administrativo e que foi levado ao poder pela vontade livre dos eleitores de todas as correntes políticas militantes entre nós, o que repetamos, - é a maior garantia para nossa integral tranqüilidade.*”

Chama a atenção, não somente nesta mas também nas diversas notas sobre o movimento, que não são destacados nomes de lideranças, assim como seus objetivos, tanto que, segundo *O Estado*, “o povo ignora os ideais do actual movimento.”¹⁰

Os escritos indicam que o governo Federal parecia não esperar que nesse momento irrompesse efetivamente um levante no Brasil. Ao mesmo tempo, ao que tudo indica, as lideranças políticas tendiam a aceitar o resultado das eleições presidenciais ocorridas a 1º de julho de 1930¹¹. Cabe ressaltar que o inconformismo diante do resultado das eleições é apontado por livros didáticos e compêndios de história como um dos fatores primordiais da eclosão do movimento. No caso específico catarinense, as notas de *O Estado* indicam que as diferentes correntes políticas aceitavam o resultado das eleições que haviam colocado à frente do governo o Sr. Fúlvio Aducci, representante do Partido Republicano Catarinense.

Entre os dias 17 e 25 de outubro não aparece a edição do jornal *O Estado*, que, quando volta a circular, nada comenta sobre esta suspensão. O jornal *República*

¹⁰ Ibidem

¹¹ Ibidem.

¹² Concorreram na eleição para sucessão de Washington Luís, Júlio Prestes pelo Partido Republicano e Getúlio Vargas pela então formada Aliança Liberal. O resultado deu vitória a Júlio Prestes, garantindo a continuidade no poder das oligarquia cafeeiras.

não é editado apenas por um dia, 24 de outubro, data que antecede a entrada das forças rebeldes na capital catarinense.

A partir deste momento, quando a cidade de Florianópolis é efetivamente tomada e que se instala a nova administração, este movimento passa a ser mais efetivamente noticiado por estes órgãos de imprensa.

Até essa data o governo estadual encontrava-se em posicionamento contrário ao movimento. Como capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis era, e continua até os dias atuais, o centro administrativo do Estado e sede do governo estadual que se mantinha partidário do governo de Washington Luís. Segundo *O Estado*:

A administração começava sob grandes votos de simpatias, pois que o sr. Presidente, na eleição, havia recebido o suffragio de elementos de todas as correntes políticas aqui militantes.

Quando a noticia da Revolução aqui chegou, não houve quem não lastimasse a conjuntura em que o sr. Fulvio Aducci era de chof&e collocado. Por outro lado, sabidas as sympatias populares que o cercavam, e conhecidas a correção com que as Tropas Revolucionárias vinham procedendo, no seu avanço pouco a pouco entraram todos a confiar na calma do presidente do Estado e na solução do momento histórico que atravessamos.*^

É possível perceber que o jornal *O Estado* evidencia a aceitação da população ao governo de Fúlvio Aducci, mas, no entanto, se encontra apreensiva frente ao movimento. Em função deste posicionamento favorável da imprensa catarinense ao governo até então estabelecido, a cidade de Florianópolis manteve-se como um dos últimos redutos a serem conquistados pelo movimento, que objetivava pôr fim à chamada República Velha. Os municípios que compõem o Estado de Santa Catarina ou

hWiam aderido ao movimento, ou já haviam sido incorporados pelas chamadas forças revolucionárias. Restava a capital, que, segundo os jornais e a historiografia catarinense, estava sendo protegida por forças do governo:

A defesa federal foi confiada aqui, ao sr. João Nepomuceno Costa, que chegou do Rio de Janeiro, por avião, assumindo o comando da quinta Região Militar.

Aos dois destroyers que, antes da nascença do Movimento, aqui já estavam, mais tres se vieram juntar, na seguinte numeração: 2,5,8,9 e 12; a seguir o scout 'Bahia' e o couraçado 'Floriano'.

(...) O govemò do Estado tentou arregementar civis. Procurou-se mesmo contar com o funcionalismo publico. Era dificil.

(...) De facto, à cabeça da ponte Hercílio Luz (lado da Ilha) cavaram-se trincheiras, localizando-se nellas a 3a B.I.A., fuzileiros navais e o resto da Força Publica. Foram arrancados 30 metros de assoalho da Ponte e trançados, de lado a lado, fios de arame farpado.

Da banda do continente estavam como dissemos os revolucionários. Estes, segundo consta, foram sempre visados pela artilharia dos destroyers, desde Imbituba, porêm não sofreram uma única baixa.

Diariamente, a nossa população alarmada, ouvia o canhoneio da Marinha. As granadas causaram enormes estragos em propriedades da Palhoça, São José e EstreitoC...)*"

Há nestas notas uma imagem de um movimento composto por violência, por bombardeios e, conseqüentemente, medo e apreensão. Interessante perceber que os jornais falam em bombardeios e destruição, mas a imprensa nada comenta sobre mortes, tanto da população como dos revolucionários. Corrêa¹⁴ documenta que as descargas dos canhões atingiam residências e casas comerciais no Estreito e que por telegrama enviado ao comando da resistência ao movimento em Santa Catarina, Osvaldo Aranha

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ "CORRE A, Carlos Humberto. Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984. p. 69

chamava a atenção para o fato de os bombardeios atingirem apenas casas, mulheres e crianças e não revolucionários, o que manchava a tradição da Marinha brasileira.

Em “Estreito, vida e memória de um bairro”, em que seu organizador, Iaponan Soares, através do uso da memória de alguns moradores do Estreito, resgata a história desse bairro, encontra-se pequena referência a esta questão, ressaltando que os inconseqüentes bombardeios “destruíram dezenas de residências e estabelecimentos ao longo da costa. De quando em quando, corpos mutilados apareciam nas praias”.¹⁶

Chama a atenção, ainda, que após a tomada de Florianópolis nada se comenta nos jornais sobre mortes de civis por causa de bombardeios. Uma comissão de senhorinhas, segundo nota de *O Estado*, organizou um festival artístico no Theatro Álvaro de Carvalho em “benefício das famílias mais necessitadas residentes no Estreito, que, durante a Revolução foram prejudicadas pelo bombardeio dos destroyers e outras circunstâncias do momento.”¹⁷ Foram noticiadas as comemorações pela vitória, foram feitas críticas ao governo deposto, mas nada foi escrito comentando a ocorrência de mortes. Nos depoimentos colhidos junto de pessoas que viveram aquele momento, estas mortes não aconteceram. Segundo o Sr. Laudelino Medeiros*¹⁸,

Ninguém dormia de noite por causa dos destroyers, tinham dois no canal. Eles faziam fogo para o continente. Em São José teve uma bala que fiou uma palmeira e outra que foi para a sacristia da igreja, também teve casa que foi atingida, mas ninguém ficou ferido. Morreu imi soldado que estava no acampamento, aqui no pasto Rampinelli, explodiu a granada do seu armamento. Ele está enterrado aqui no cemitério de São José. Mas do povo da cidade não morreu ninguém, nunca vinha uma bala baixa.

¹⁶ SOARES, Iaponan (org.) *Estreito, vida e memória de um bairro*. Florianópolis; Fundação Franklin Cascaes, 1990. p. 20.

¹⁷ Festival de caridade. *O Estado*. 25 de Outubro de 1930.

¹⁸ Depoimento concedido à autora em 20 de dezembro de 2000.

Há de se considerar que as notas dos jornais, ao apregoarem vitórias dos revolucionários e espalharem boatos, muitas vezes com o intuito de causar pânico entre a população, provocaram insegurança. Sem informações precisas e diante do burburinho, a população fugia procurando abrigo, tanto no interior da ilha como na parte do continente.

Os jornais e a historiografia catarinense^{^^} documentam superficialmente essas fugas:

O êxodo das famílias foi enorme, para o interior da ilha. Também do interior do continente se retiraram para cá muitas famílias sem que os Revolucionários hostilizassem os que as iam buscar, em lanchas, escaleres e canoas.^{^^}

Em razão das escassas notícias sobre o êxodo na historiografia e na imprensa florianopolitana, procurei maiores informações através de entrevistas com moradores de Florianópolis que vivenciaram aqueles agitados dias. Através de depoimentos constatei que muitas famílias retiravam-se para localidades no interior de Florianópolis e São José, município pertencente à Grande Florianópolis, deixando para trás tudo o que tinham, suas casas, roupas e utensílios:

Os revoltosos foram lá em casa, disseram pra nós: não precisa sair de casa que nós não vamos fazer nada pra vocês. A minha mãe deu até café pra eles. Só que depois que os soldados foram lá em casa o pai e a mãe ficaram com medo, aí nós fomos pro sítio, lá nas Picadas.

Como nós morávamos em Forquilhas, onde era mais afastado do Estreito, os conhecidos do meu pai levavam suas coisas pra lá, roupas, panelas. A casa ficou cheia até

¹⁹ Segundo Walter Piazza, os moradores partiam em retirada “num êxodo sem precedentes para o interior da Ilha, abandonando a capital”. Este autor refere-se ao fato sem muitos detalhes, já que sua obra concentra-se na análise do poder político institucional. PIAZZA Walter. Santa Catarina: sua História. Florianópolis: Ed. UFSC, Ed. Lunardelli, 1983. p.631.

o teto, o pessoal tinha medo de roubarem suas coisas, dali iam para os sítios.²¹

Enquanto os moradores das regiões próximas de Florianópolis se mantinham no exílio, algumas casas abandonadas por seus moradores eram utilizadas pelas tropas rebeladas como abrigo e para obtenção de alimentos: “Quando nós voltamos, a casa tinha sido aberta, os revoltosos tiveram lá, usaram os garfos, facas, as louças, mais não roubaram nada.”^^

Com a pressa em deixar a região de conflitos, os moradores partiam para locais considerados mais seguros caminhando ou em carro-de-boi, o que provocava algumas vezes a separação provisória de famílias. Segundo dona Marina^^:

Eu morava no Rita Maria, uma parte da minha família saiu para a Costeira e outra parte foi para São José, para Ponte de Imaruim. O meu pai tinha poucas condições, então ele e minha mãe foram para São José e eu fui com minha tia, que tinha boas condições financeiras, para a Costeira, de lá vinlia alguém buscar mantimento para os refugiados em um armazém.

Nestas fligas, algumas pessoas refligiavam-se em sítios ou engenhos de conhecidos, amigos, familiares, ou, quando necessário, até mesmo de desconhecidos, nascendo destes encontros laços de amizade. Segundo depoimento do sr. Hermínio:

Eu morava em Barreiros. Pouca gente ficou por lá, só uns mais velhos não saíram de casa, umas duas famílias. Nós fomos para um engenho, de um sr. chamado Francisco da Jorda, nas Forquilhas. Nesse engenho tinham umas 70 ou 60 pessoas. Nós levamos só a roupa e mais alguma louça, prato, panela, tinha gente que carregava porco e galinha. Um bocado de gente dormia no chão, criança, gente de idade, moços. O pessoal sentava pra conversar, eu gostava de ir caçar passarinho e conversar debaixo das

²¹ Entrevista concedida à autora pelo Senhor José Custódio de Oliveira, em 15 de fevereiro de 2000.

²² Depoimento concedido por meu pai, Hermínio José D’Avila, em 18 de dezembro de 1999.

²³ Depoimento concedido à autora pela senhora Marina Müllen da Paz, em 05 de janeiro de 2001.

laranjeiras. Depois de uma semana nós voltamos, era até bonito ver, parecia uma procissão/"

Mas não somente apreensão e medo permearam os dias de exílio. Ao deixarem suas casas em busca de segurança encontraram familiares e conheceram outras pessoas e, na convivência diária, laços de amizade foram surgindo. Mais especialmente entre as crianças e jovens, para quem o exílio representou o encontro com a novidade:

Eu era guri, queria é bagunça, tinha mato, árvore, cana-de-açúcar. O meu professor Luiz Melo levou um gramofone, ele botava aqueles discos. Aos domingos vinha gente lá dos morros para ouvir a música. O professor fazia um tipo de festirinha, lá não tinha perigo.^

Iaponan Soares através do depoimento de antigos moradores do Estreito, documenta este êxodo:

Eu estava trabalhando no balcão da venda do sr. André Maykot quando os revoltosos chegaram e pediram para o povo ir embora, alegando que eles iriam ocupar o Estreito naquela noite. O Sr. André tratou de fechar a venda, colocou o dinheiro que tinha num saco, botou-o às costas e seguimos juntos pela rua Espivák, pegamos o Sapé e fomos embora para Picadas. Chegando lá, o sr. André ficou na casa de um fi-eguês e eu fui procurar os meus familiares que se acomodaram numa casa mais na fi-ente. Já estava quase anoitecendo quando encontrei minha gente.(...) No dia seguinte, à noite, os revoltosos entraram no Estreito, que estava praticamente vazio, pois parte de sua população tinha se refugiado em Potecàs e Forquilha, no interior de Barreiros e outra parte tinha procurado o interior da Ilha de Santa Catarina.^*

Na literatura catarinense, através dos escritos de Salim Miguel, esse êxodo

²⁴ Depoimento do Sr. Herminio José D'Avila , concedido à autora em 18 de dezembro de 1999;

²⁵ Depoimento do Sr. Laudelino Medeiros, concedido à autora em 20 de dezembro de 2000.

²⁶ SOARES, Iaponan. Op. Cit. p.33, A citação corresponde ao depoimento de Quíncio Romalino da Silva

também se evidencia. Ep “A morte do Tenente e outras mortes”, no conto Outubro, 1930²⁷, este autor nos dá pistas das fligas ocorridas para o interior de Biguaçu, município que pertence à região da Grande Florianópolis, devidas ao movimento de 30. Salim Miguel criou-se no interior de Santa Catarina, em zonas de colonização alemã e açoriana, tendo esta última grande influência em sua formação e em seus escritos. Morando a partir de 1943 em Florianópolis, juntamente com outros jovens criou um movimento cultural que ficou conhecido como “Grupo Sul”. Participavam deste grupo escritores, cronistas, poetas, historiadores, entre outros, que, através de congressos, escritos, ilustrações, divulgavam a cultura do homem de origem açoriana criando uma imagem positiva desse representante da brasilidade.²⁸ Assim, nos escritos do Grupo Sul, com o objetivo de ressaltar esta positividade da cultura açoriana, estes escritores vão ter como tema central a vida cotidiana destes habitantes do litoral, que são em grande parte descendentes dos açorianos, sua cultura, sua cidade, suas tradições, procurando resgatar e registrar esta memória.²⁹ Nesta perspectiva, as obras de Salim Miguel também falam do cotidiano dos moradores da grande Florianópolis. Entre os anos de 1965 e 1979,

²⁷ MIGUEL, Salim. Outubro, 1930. In: A morte do tenente e outras mortes. Rio de Janeiro; Edições Antares; Brasília; INL, 1979 (Coleção Diadorim).

²⁸ FLORES, Maria Bemardete Ramos Flores. A autoridade do passado. In: A farra do boi: palavras sentidos, ficção. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC. 1998. p. 113-141. Conforme a autora, este grupo está inserido dentro do contexto de luta pela hegemonia cultural do Estado catarinense, sendo também nesta perspectiva que foi realizado no ano de 1948, em Florianópolis, o Primeiro Congresso de História Catarinense. É movida por tal propósito que esta “plêiade de pesquisadores ilustres” fala do homem açoriano com positividade, ressaltando “sua bravura, sua história na construção da brasilidade de Santa Catarina”.

²⁹ Luciene Lehmkuhl, em sua análise sobre a produção dos artistas do Grupo Sul, compreende que “Nesse momento estes escritores trazem, para si e para suas obras, esse mundo que é composto pela cidade, pelas pessoas comuns que transitam pelas ruas, pelos moradores do interior da ilha, pelos boêmios que vagam nas noites, por toda a sorte de personagens, cenários e ações que sejam familiares a quem os narra. Assim, é possível começar a perceber que mundo é esse, representado e registrado pelos artistas, que acabou merecendo não morrer. Um mundo imortalizado pelo fazer humano, cujos vestígios são utilizados hoje na construção de uma história.” LEHMKUHL, Luciene. O que merece não morrer. In. Imagens além do círculo - o grupo de artistas plásticos de Florianópolis e a posituação de uma cultura nos anos 50. Florianópolis, UFSC/ Santa Catarina, 196, p. 13-19. Dissertação de Mestrado em História.

Salim Miguel viveu no Rio de Janeiro. Quando de sua volta a Florianópolis continuou se dedicando à cultura, tendo seus escritos mantido um tom memorialista.

Assim, o que se pode observar é que os escritos da literatura, sendo cuidadosamente analisados e interpretados, podem servir como fonte para a compreensão de determinada época histórica, considerando especialmente as discussões sobre a utilização da literatura como fonte histórica³⁰. É neste sentido que a obra de Salim Miguel auxilia na compreensão do já referido êxodo. Segundo este autor:

Mais gentes chegavam a cada dia. A casa se enchera de caras estranhas e tensas, de pessoas que moravam quase todas em Biguaçu, umas vin[^]s por indicação de outras, convidadas por parentes ou amigos comuns. Entravam, se apresentavam, procuravam alojamento por um dia, horas, até se localizarem em outro lugar que já tinham em vista, este dia se prolongava até encontrarem outro problemático refúgio.(...)

Muitos dos que ah pousavam nem se conheciam, de diferentes categorias e de classes sociais, antes mal se cumprimentavam, tendo agora que se aceitar, obrigados a contragosto a conviver, dias e dias sem nada para ser feito, enervados com aquela vida e com aquele lugarejo perdido no interior de Santa Catarina, longe da passagem das forças revolucionárias.”³¹

Em seus escritos, Salim Miguel narra o cotidiano destes dias de exílio;

Nos primeiros dias davam longos passeios, iam pescar, voltavam exaustos, sentavam na calçada tomando sol, discutiam, procuravam encontrar pontos de contato, afinidades, parentelas afins, jogavam carta, dominó.

³⁰ Nicolau Sevcenko percebe a importância do estudo dos escritos literários como evidências para a escrita da História. Segundo ele, através da análise da literatura pode-se ter conhecimento de uma determinada época, já que mesmo tendo o autor literário liberdade de criação e sua obra ser um produto artístico, destinado a agradar, seus escritos estão vinculados a sua sociedade e a seu tempo. A literatura, assim, toma-se o testemunho de uma sociedade, por falar dos planos que não se concretizaram, falar também dos homens que foram vencidos pelos fatos, tratando-se de uma rica fonte para o historiador não apenas preocupado com os grandes heróis. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4.ed. São Paulo. Brasiliense, 1995.

³¹ MIGUEL, Salim. *Op. cit.* p. 136.

Depois se deixavam estar, largados, lerdos e inúteis, pensando no que haviam deixado para trás, temerosos de saques.”³²

A partir daí, é possível perceber um outro lado do movimento que pouco foi evidenciado pela imprensa, e menos ainda historicizado, mas que diante dos escritos literários e dos depoimentos daqueles que testemunharam este momento, foi vivenciado pela população de Florianópolis. Um movimento em que não havia apenas disputas pelo poder político institucionalizado, mas também lágrimas e sorrisos, medo e coragem, encontros e desencontros.

Se o êxodo da população não mereceu destaque na imprensa, o mesmo não aconteceu com a entrada das tropas rebeldes em Florianópolis, que foi intensamente noticiada pelos jornais *O Estado e República*. Neles um misto de comemorações, aplausos, violência, podem ser identificados.

No jornal *República* proliferaram discursos que permanentemente cultuavam o sucesso do movimento e seu papel de regenerador do país. Tais discursos vinham ao encontro do projeto de desenvolver mudanças socioculturais no Brasil que se articulavam dentro de um ideário moderno. Neste sentido, fazia-se necessário reeducar a população, integrando-a dentro de novos conceitos pautados na moralidade, na ordem e no civismo, a fim de estabelecer uma nacionalidade brasileira.^^

””Ibidem. p. 136

³³ Em *A invenção do Brasil Moderno* encontra-se uma interessante análise de como este ideal regenerador do governo pós-30 se estabeleceu. Através de distintos artigos os autores demonstram que no decorrer dos anos 30 são criadas instituições científicas, educacionais e religiosas para efetivar tal propósito. Neste sentido, o discurso médico, as reformas urbanas, a pedagogia se aliavam ao intuito de normatizar a sociedade. Sendo assim “A Revolução de 30 havia reforçado a possibilidade institucional para que as .. idéias modernas ocupassem os vários ‘lugares’ socialmente e o fazia na medida em que se afirmava uma onda de crescentê autoritarismo.” HERSCHMANN, Micael M. ; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.) *A invenção do Brasil moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 - 30*. Rio de Janeiro; Rocco, 1994. p. 34.

Um dos fatores que justificam o empenho do *Republica* em mostrar a importância do movimento para a construção da sociedade brasileira é que a partir desse momento este jornal atuaria enquanto órgão oficial do novo governo estabelecido. Segundo Carlos Humberto Corrêa, logo após ser empossado como Governador Civil e Militar de Santa Catarina o General Ptolomeu de Assis Brasil adotou as primeiras medidas que deram início à publicidade da nova administração, estando entre elas a substituição da direção do jornal *Republica*, que seria então dirigido por “gente de confiança”, dando início, através da divulgação das notícias oficiais, a um processo de “reeducação política do povo”.³⁴

Neste sentido, se por um lado são relatadas as comemorações oficiais e as calorosas saudações populares ao movimento, por outro há uma preocupação em criar a imagem de regeneração do país a partir do afastamento da “crosta política, resfiiada e inútil”.³⁵ A partir do momento em que, através das representações, buscava-se criar a figura da nova autoridade instituída, dos “salvadores da pátria” para estabelecer a nova ordem política, fazia-se necessário, em contraposição, esquecer os vencidos. Para tanto, cabia representar os grupos políticos até então dominadores do poder como aqueles que, ligados às oligarquias dominantes, estabeleceram uma política excludente. Era necessário então, “(...) destruir a velha máquina carcomida e construir outra que corresponda aos anseios do povo”.³⁶ E, a partir daí, para realizar a obra moralizadora e saneadora, era ainda preciso identificar o movimento enquanto único caminho possível para a regeneração do país:

³⁴ CORRÊA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Ed. UFCS. 1984, p. 80.

³⁵ Florianópolis está em festa. *Republica*. 29 de outubro de 1930.

³⁶ Nova mentalidade. *República*. 07 de abril de 1931. p. 1.

(...) separado o joio do trigo e limpo o campo das ervas daninhas começa o edifício a cimentar em base solida, formando a nova mentalidade que a de ser a guieira segura dos nossos destinos.

Uma nova mentalidade, pois se forma e de tal forma que será uma revolução permanente, vigilante armada, contra a injustiça, o egoísmo, a ambição, o despotismo, as oligarchias, e de combate enfim, aos vícios que nos atiraram a beira do abysmo de aias bordas, vamos saindo* agora cautelosamente.^

Conforme Vesentini a Revolução/marco toma-se um divisor da história do Brasil, demarcando a recusa a uma mentalidade (República Oligárquica) e instituindo um novo tempo, oposto a este, e caracterizado pela consciência cívica. Neste sentido, a memória é refeita para respaldar tal periodização. Para ele, “Utilizar o fato/tema e combater pela sua posse, transparece como instrumento de controle do poder e garantia da manutenção da temporalidade que se pretende instaurar.”³⁸

Sendo assim, com o objetivo de referendar as autoridades agora instituídas e legitimar a nova administração, a entrada das tropas na Ilha é entendida e mostrada para a população em geral como imponentíssima, triunfal, delirante, empolgante, e que o povo “fremindo de incontida satisfação, desde logo se confraternizou com as tropas(...)”^^. A cidade em festa vivia um sonho de liberdade.

O Estado, enfatizando a entrada dos revolucionários na capital, o faz destacando as aclamações e aplausos do povo florianopolitano. Rêssalta que, quando da entrada das tropas, “sobre os soldados choviam braçadas de flores, atiradas por

³⁷ *Ibidem.*

³⁸ VESENTINI, Carlos Alberto. *Op.cit.* p. 137.

³⁹ A entrada nesta capital das hostes liberais. *Republica*. 26 de outubro de 1930.

senhoras e senhorinhas, enquanto outras agitavam lenços vermelhos”^^ Destaca que as casas comerciais fecharam, para que seus empregados pudessem participar das comemorações. Este jornal noticia também a distribuição de carne verde feita pela nova administração aos pobres:

Por ordem do sr. General Ptolomeu de Assis Brasil, governador civil e militar do Estado, foi hoje, de manhã, no Mercado Publico, feita distribuição de carne verde aos pobres que ali se encontravam.

O acto do governador mandandò fazer aquela distribuição mereceu calorosos aplausos da multidão que a elle assistiu.”^

Nestas primeiras notas de *O Estado* encontra-se uma imagem positiva em relação ao movimento; seus líderes estão sendo aplaudidos, o novo governo preocupa-se com o povo pobre, portanto muitas expectativas se formam em torno desses novos tempos.

O jornal *Republica*, através de seu discurso, ressaltou para a população local o sucesso e a “necessidade” da instalação do novo governo. Suas mensagens certamente estavam vinculadas a determinados grupos que, á partir do movimento, teriam um novo espaço aberto para sua ascensão ao poder. É caso, por exemplo, daqueles ligados à Aliança Liberal.. Assim, no intuito de dar visibilidade a determinado sujeito ou grupo, é possível a utilização de uma gama de recursos que direcionam e imprimem sentidos”*^ É nesse sentido, e buscando tomar hegemônica a intenção de determinados grupos políticos, que o jornal *República* deu início à publicidade, em

⁴⁰ A entrada das forças revolucionarias em Florianópolis. *O Estado*. 25 de outubro de 1930. p. 1.

⁴¹ Distribuição de carne verde aos pobres. *O Estado*. 27 de outubro de 1930.

⁴² O mito e o símbolo como legitimadores de grupos e valores foram trabalhados por José Murilo de Carvalho em seu estudo sobre o imaginário da República no Brasil, onde analisa os principais símbolos utilizados pelos republicanos brasileiros e sua eficácia em legitimar o novo regime. CARVALHO, José

especial, das comemorações oficiais, organizadas em reconhecimento à vitória do movimento. A de se considerar, segundo Chartier⁴³, que as estratégias e práticas produzidas por determinados grupos tendem a impor uma autoridade, legitimar projetos e justificar condutas.

A esse respeito, cabe aqui ressaltar, conforgie Maria Helena Capelato, que “a referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas”.⁴⁴ A fim de atrair a população e estabelecer vínculos com o novo governo, são utilizadas imagens e símbolos, incorporando-as ao imaginário do povo.

Dentro dessa perspectiva, o *República*, durante o último trimestre do ano de 1930 e no decorrer do ano de 1931, constantemente noticiava os atos que, de alguma maneira, homenageavam o novo governo estabelecido e as figuras políticas ligadas a ele. Estas manifestações, na medida em que necessitavam da participação da massa popular a fim de identificar o movimento como vontade coletiva, em geral ocorriam nas ruas e praças públicas, onde eram organizados préstitos, desfiles e apresentação de bandas. Como não poderia deixar de ser, longos e calorosos discursos eram feitos, apregoando os valores e o heroísmo dos grandes vultos da revolução, sendo sempre, segundo o jornal, vivamente aplaudidos.

Organizado o prestitu, a comissão promotora da homenagem deu o signal de partida para a praça Quinze.

Murilo. A formação das aimas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo; Cia das Letras. 1990.

⁴³ Para Chartier, a realidade social é construída estando ligadas a interesses de grupos que fazem uso para tanto de elaborações discursivas. Assim, cabe ao historiador compreender que o discurso e a representação de uma classe ou de determinados grupos tomam-se muitas vezes hegemônicos, moldando o comportamento dos indivíduos que deles se apropriam. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel p. 17

⁴⁴ CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP; Papiros, 1998. p.36.

As bandeiras do Brasil, da Parahiba e de Minas Gerais eram empunhadas pelas exmas senlioras Zica Santos Borges, Haydée Reif de Paula e senliorinha Carmem Ramagem.

Outras senlioras e senhorinhas conduziam pequenas bandeiras nacionaes.

Soldados das forças que se acham nesta capital e alunos de estabelecimentos de ensino, formavam a seu lado uma guarda de honra.

Enorme massa popular acompanhava o cortejo precedido das bandas de musica da Força Publica e 'Amor a Arte'.

⁴⁵

Em comemoração pela vitória obtida, foram também celebradas missas festivas, que contavam com a presença de autoridades, pessoas de destaque da sociedade florianopolitana e diretores de repartições, entre outros. A fim de garantir a presença do povo, comissões de senhoras de caridade se encarregavam de fazer farta distribuição de pães aos pobres. Antes e depois da solenidade religiosa, a população e autoridades ouviam as peças musicais executas pela banda da Força Pública, que também prestigiava o evento. Como bem lembra Pierre Nora; “Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. (...) Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria.”⁴⁶

Estas comemorações e desfiles aconteciam, segundo o *Republica*, nos municípios que compõem a região atualmente conhecida como microrregião de

⁴⁵ A homenagem da mulher catarinense. *Republica*, 02 de novembro de 1930.

⁴⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares, hi: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História da PUC- SP. n.10. 1993. p. 13

Florianópolis⁴⁷ e por todo o interior do Estado, sempre seguindo os mesmos moldes. Cultuavam-se nelas especialmente as principais figuras ligadas ao movimento, tais como o General Ptolomeu de Assis Brasil, João Pessoa, Getúlio Vargas e Nereu Ramos. Este último, político da cidade de Lages, município da região serrana, posicionou-se de imediato favorável ao movimento. Como líder da Aliança Liberal no Estado, teve efetiva participação no movimento em Santa Catarina, chegando a assumir o governo estadual a partir de 1935. Nereu Ramos é uma figura muito cultuada no pós-30, sobretudo no jornal *República*. Este jornal documenta uma grande manifestação organizada em Florianópolis em sua homenagem, da qual participaram caravanas de vários municípios catarinenses. Essa homenagem foi organizada de uma forma que lembra antigas procissões religiosas, onde eram veneradas figuras santificadas.

Os delegados dos municípios formavam no cortejo grupos, empunhando um painel que os distinguia uns dos outros.

Em seguida vinham as comissões que representavam as sociedades de classe, com os seus vistosos estandartes(...).

Depois a banda musical da Força Pública, (...) e mais adiante a Pfyarmonica Joséfense(...) e enfim a 'União dos Artistas' e o 'Amor a Ilha'.

Entre uma e outra dessas bandas estavam os membros das delegações que não fora possível coUocar, por demasiado numerosos, junto aos painéis dos municípios e às bandeiras sóciaes.

O povo ladeava essas delegações, em massa compacta, essas delegações empunhando meio milhar de bandeiras nacionaes, vermelhas e lindos lampeões japoneses.

Fechando o cortejo, que apresentava um aspecto imponente e soberbo, via-se uma longa fila de

⁴⁷ Conforme classificação adotada pelo IBGE, a microrregião de Florianópolis, parte componente da mesorregião da Grande Florianópolis, é integrada pelos municípios de Antonio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

automóveis, todos omados de bandeiras e flambeaus, homenagem especial dos Chauffeurs de praça^{1**}

Durante toda a caminhada, que aconteceu pelas ruas principais da cidade de Florianópolis, eram dados vivas a Nereu Ramos e à revolução triunfante. Conforme o cortejo avançava, aconteciam paradas em diferentes pontos da cidade, onde eram proferidos discursos. Após cada um destes pronunciamentos, novos grupos de moças, de estudantes e de trabalhadores, incorporavam-se ao cortejo. Finalmente, estacionaram frente à residência de Nereu, onde encontraram autoridades municipais e o interventor Ptolomeu de Assis Brasil, quando novamente foram proferidos discursos. Terminando a manifestação, a multidão seguiu para a praça Quinze, cantando um hino feito em homenagem a João Pessoa. Vale ressaltar que, através do imaginário cria-se a imagem dos inimigos e dos amigos, dos rivais e aliados^{1**} Articulando diferentes significados, os indivíduos organizam seu espaço e distribuem diferentes papéis sociais.

A investigação dos jornais possibilitou, também, a percepção de forte presença de mulheres nestas comemorações, que, de acordo com os artigos publicados, participavam ativamente na organização de tais eventos. Segundo *O Estado*, as homenagens prestadas ao sr. Ptolomeu de Assis Brasil, efetuadas dias após a tomada de Florianópolis, foram organizadas por mulheres da capital, já que o mesmo havia poupado a cidade dos horrores de um bombardeio⁵⁰. Ainda em homenagem ao Interventor Federal, as senhoras e senhorinhas ofereceram como presente um bronze representando a justiça e diversas corbelhas de flores. Além da participação nesta

⁴⁸ Grandiosa manifestação, em homenagem à Nereu Ramos. *Republica*. 28 de novembro de 1930. p. 1.

⁴⁹ Baczko, Bronislau. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. V.S. Lisboa; Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1985.

⁵⁰ Manifestações ao sr. General Governador Civil e Militar. *O Estado*. 30 de outubro de 1930.

organização, a figura feminina ganha destaque nos desfiles e comemorações. Levavam as principais bandeiras, pronunciavam discursos, usavam lenços ou peças de roupa vermelha em homenagem ao movimento. Vale lembrar que era apregoado como um dos principais objetivos do Partido da Aliança Liberal estender o direito de voto às mulheres, o que iria se concretizar com a Constituição Brasileira de 1934. Em nota de *O Estado*, foi publicada a organização de comissões de mulheres, que, em diferentes momentos e distintas regiões do país, iriam dialogar “com os vultos da Revolução acerca dos direitos políticos da mulher”⁵¹

Dando continuidade a essas comemorações que vinham ocorrendo na capital e em toda a Grande Florianópolis, algumas das principais lideranças do movimento, da Aliança Liberal⁵² e políticos da nova administração partem para o interior do Estado, onde novas homenagens especiais eram organizadas. Segundo o governo, a visita ao interior do Estado teria como propósito conhecer melhor as necessidades mais urgentes do ex-Contestado e da região norte de Santa Catarina, mas, ao mesmo tempo, é possível observar que propiciaram publicidade ao movimento e ao novo governo estabelecido. Nos diferentes municípios por onde passava a comitiva eram feitas grandes recepções, com bandas, desfiles e discursos, e, segundo o jornal *Republica*⁵³, aconteciam sob calorosos aplausos da população. Há neste sentido uma preocupação em evidenciar a aceitação do novo governo junto à população do interior do Estado.

⁵¹ Pretensões femininas. *O Estado*. 19 de janeiro de 1931.

⁵² Segundo Carlos Alberto Silveira Lenzi, Vidal de Oliveira Ramos e seu filho Nereu de Oliveira Ramos fundaram e comandavam a Aliança Liberal em Santa Catarina. A 2 de outubro de 1929 esta agremiação foi fundada em Santa Catarina, instalando-se em Florianópolis à Praça XV de Novembro. LENZI, Carlos Alberto. *Op. Cit*, p.94.

⁵³ Chegada do interventor e comitiva em São Francisco. *Republica*. 10 de janeiro de 1931. p. 1.

Segundo os jornais, nas cidades por onde passavam, as autoridades reuniam-se com políticos, visitavam fábricas, recebiam o povo para ouvir suas reclamações e reivindicações. Assim, dava-se continuidade ao propósito do Estado de identificar quem eram os heróis e os traidores da pátria. O jornal *O Estado*, ao divulgar nota publicada pelo jornal A Notícia, de Joinville, destaca que:

O interventor encontra-se-à , durante sua estadia nesta cidade, à disposição de quem quiser procura-lo para qualquer reclamação.

Esse gesto de s. ex. revela bem o espirito de um verdadeiro democrata, que não foge, antes se regosija, em ouvir do povo os seus queixumes de justiça.

Contrasta flagrantemente, tão nobre attitude, com as visitas dos mândões do passado regime, para quem o povo não merecia atenção, só logrando ingresso nos alcatifedos aposentos dos mandatários os bajuladores.^{^^}

O Jornal *O Estado* divulga também algumas destas comemorações oficiais, dando evidência, porém, àquelas ligadas mais especificamente à vitória do movimento. Em seus escritos não são explicitamente cultuados nomes de figuras políticas de Santa Catarina ligadas ao movimento revolucionário. Ao mencionar os ditos “heróis da revolução”, encontram-se neste periódico referências a João Pessoa, Getúlio Vargas e Ptolomeu de Assis Brasil. João Pessoa foi uma das figuras mais intensamente cultuadas como o grande mártir do movimento, pois sua morte teria contribuído decisivamente para a criação do ideal revolucionário. Sua forte imagem como símbolo revolucionário passou a ser cultuada cotidianamente, já que em sua homenagem foi composto um hino que, conforme decreto^{^^} do governo estadual, foi incluído no hinário escolar do Estado, para ser executado nos estabelecimentos de ensino público e privados. O

⁵⁴ **Ibidem.**

⁵⁵ **Decreto n. 87. 14 de março de 1931.**

decreto justifica esta inclusão afirmando que este hino⁵⁶ fora “espontânea e patrioticamente” introduzido nos estabelecimentos de ensino. Dizia o hino que foi publicado por *O Estado*:

La do Norte um herói altaneiro
que da Pátria o amor conquistou.
Foi um vivo Pharol, que ligeiro
accendeu e depois se apagou.

João Pessoa, João Pessoa.
Bravo Fillio do sertão
Toda a Pátria espera um dia,
A tua ressurreição.

João Pessoa, João Pessoa.
O teu vulto varonil
Vive ainda, vive ainda,
No coração do Brasil.

Como um cedro que tomba na mata
Sob um raio que em cheio o feriu.
Assim elle, ante a fúria insensata
De um feroz inimigo cahio!

Parayba, ó rincão pequenino,
Como grande este homem te fez!
Hoje em ti cabe todo o destino,
Todo orgulho da nossa altivez!⁵⁷

A obrigatoriedade de cantar⁵⁸ este hino nas escolas acabou por causar polêmica. Em telegrama endereçado ao Diretor de Instrução do Estado, a diretora de um Grupo Escolar da cidade de Lages pedia instruções de como agir diante do posicionamento de alguns pais que não permitiam que seus filhos cantassem o hino a João Pessoa. Em resposta, o diretor disse que considerava absurda tal pretensão e que

⁵⁶ O Hino a João Pessoa, foi composto por Eduardo Souto (música) e Oswaldo Santiago (letra).

⁵⁷ Hino a João Pessoa. *O Estado*. 30 de outubro de 1930. p. 6.

⁵⁸ Coiffomie entrevista com o Sr. Fernando Trilha, os estudantes tinham sempre que cantar este hino, especialmente quando havia festas comemorativas na escola. Em sua entrevista, o senhor Fernando cantou todo o hino que ainda tem bem claro em sua memória.

devia ser aplicada a exclusão do aluno, caso mantivessem a teimosia de não cantar o hino, “primeiro entre tantos, comparável ao hino nacional.”^^

Em *O Estado*, assim como foi feito pelo *Republica*, foi divulgada a organização de homenagens a estes “einentes brasileiros”. A entrega ao governo do Estado dos retratos de Getúlio Vargas e de João Pessoa, que, segundo nota deste jornal, foram adquiridos através de subscrição popular e posteriormente colocados no salão de honra do palácio, foi motivo para mais uma destas manifestações.

Através dos escritos dos jornais, em especial do *República*, por meio de comemorações, discursos, elogios, procissões, tecia-se uma outra imagem do movimento. Agora não permeada de violência, medos e tendo a participação de pessoas comuns, mas sim executado pelos grandes heróis, que mereciam os aplausos e a devoção do povo. A imagem desses heróis ia sendo assim edificada, eram eles os justos e democráticos regeneradores do país. Enquanto representantes do Estado, esses heróis apareciam como os construtores da nação, ocupando todo o cenário social e relegando a população a um lugar secundário.⁶⁰

É neste sentido, enquanto vontade e atuação de determinados sujeitos e grupos, que o movimento de 1930 em Santa Catarina aparece especialmente nos compêndios sobre a história do Estado, em uma historiografia mais tradicional. Cabe ressaltar que nos novos estudos historiográficos em Santa Catarina não somente os “grandes homens” são considerados sujeitos históricos. Deslocando-se a atenção para

⁵⁹ Telegrama à Directoria de Instrução. *Republica*. 13 de março de 1931. p.l.

⁶⁰ Maria Célia Paoli, em seu estudo sobre a classe trabalhadora nos anos 30-40, compreende que o Estado domina a sociedade; assim as experiências vividas pelos trabalhadores foram empurradas para a sombra, fazendo com que suas experiências, ações e vivências apareçam apenas nas falas dos outros. PAOLI, Maria Célia. Op. Cit. P.98-99.

toda a atividade humana, nos estudos históricos mais recentes o cotidiano passou a ser parte integrante da história.^{61*}

Entre os autores catarinenses que se dedicaram ao estudo desta temática temos Walter Piazza⁶², que utiliza um pequeno capítulo de seu livro para descrever a problemática de 30 em Santa Catarina. Em sua obra, Piazza enfatiza as causas do movimento, como ocorreu a "tomada" do Estado pelas forças revolucionárias, destacando as lideranças políticas catarinenses e os interventores, a política de colonização e, finalmente, os resultados sociais e políticos desse movimento para o Estado.

Já Oswaldo Cabral⁶³ restringe seu procedimento de análise aos "grandes personagens", privilegiando-os enquanto sujeitos históricos e enfatizando essencialmente a política institucionalizada. Relata o movimento revolucionário de uma forma descritiva, em que os acontecimentos são dispostos dentro de uma Cronologia linear.

Cristina Scheibe Wolff, ao analisar a obra destes autores no contexto da historiografia catarinense, observa que, "Além da grande ênfase aos fatos políticos e militares, estas obras apresentam grande preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos, com biografias e cronologias referentes a estes personagens."⁶⁴

⁶¹ Para Peter Biirke, nos estudos históricos da atualidade o desafio para o historiador é mostrar como o cotidiano faz parte da história e relacioná-lo com os grandes acontecimentos. BURKE, Peter (org.) Abertura : A nova história, seu passado seu futuro. In: A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, (Biblioteca Básica). P. 7-62.

⁶² PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. Lunardelli, 1983

⁶³ CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. 2.ed. Rio de Janeiro:Laudes. 1970.

⁶⁴ WOLFF, Cristina S. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. In: Revista Catarinense de História. Florianópolis: Terceiro Milênio, n.2.1994. p.08

Outro autor que abrange em sua obra o estudo desta temática é Carlos Humberto Corrêa. Em “Um Estado entre duas Repúblicas”, este autor realiza um estudo onde enfatiza as relações políticas institucionalizadas, antes e pós-30. Sua obra destaca os líderes políticos estaduais e sua participação no movimento, que, para este autor, se distanciou da participação do povo. Segundo Corrêa, “TSÍão tendo qualquer caráter popular, a Revolução, em Santa Catarina, justificou-se através dos anseios próprios da oposição, que completava, com os membros do governo, a mesma composição da elite política nacional.”⁶⁵

Não há dúvidas da importância dos trabalhos destes autores citados para a História de Santa Catarina. No entanto, estes referem-se ao tema descrevendo os principais “agentes” e as consequências na história política catarinense. Portanto, o olhar que estes autores lançaram sobre o movimento possibilitou a criação de uma imagem voltada para o poder político institucionalizado. Cabe ainda fiisar que estes autores são muito utilizados para a elaboração de compêndios escolares, estabelecendo, portanto, esta imagem do movimento entre a comunidade escolar catarinense^{^^}.

Mas outras imagens sobre o movimento foram construídas pelos jornais. *O Estado*, ao noticiar a entrada das forças revolucionárias em Florianópolis, deixa transparecer uma nova feição para o movimento de 30; a violência da população. Segundo este jornal, no afã de comemorações a massa da população acabaria por cometer atos de violência. O primeiro deles ocorreu quando o povo atirou ao mar o carro blindado que teria sido construído para atacar as forças revolucionárias que

⁶⁵ -CORRÊA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Ed. UFSC. 1984. p.232.

^{^^} Segundo Bourdieu, “O efeito simbólico exercido pelo discurso científico (...) é inevitável, na medida em que os critérios ditos ‘objetivos’, precisamente o que os doutos conhecem, são utilizados nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento.” BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico: memória e sociedade*. Lisboa: Difel. 1983. pp. 119-120.

ocupassem a capital, e o segundo quando foi empastelado o Jornal Folha Nova: demonstrando seu descontentamento por este periódico em seus últimos números ter feito fortes críticas ao movimento revolucionário, a massa da população avança contra este jornal:

Então, num relance os populares, entre os gritos de 'Abaixo o Pasquim' e 'Fora o galego' começaram a emborcar os caixotes, a derrubar prateleiras, a quebrar os moveis, e a destruir todas as machinas.

Houve quem se quisesse oppor à destruição daquella gazeta, mas o povo não atendeu e consumou a obra.®”

Foi possível ainda identificar, através das notícias dos jornais da época, nestes primeiros tempos da nova administração, as mudanças ocorridas no espaço público em função do movimento de 30. Ao lançar um olhar sobre as ruas, monumentos e praças, é possível analisar o quanto e em que medida a cidade se transformou, criando uma série de sinais de reconhecimento: aos novos nomes com que rebatizaram suas ruas e praças públicas, e construções de monumentos, fazendo com que os moradores mantivessem um convívio diário e permanente com esses “marcos da Revolução” e o governo estabelecido a partir dela.

Esta transformação se estabeleceu especialmente através da mudança de nomes de ruas e praças. Buscava-se aliar estas mudanças à necessidade de homenagear os grandes heróis da pátria e essencialmente considerá-las como uma vontade geral da população:

Um numeroso grupo de populares resolveu mudar o nome da Alameda Adolpho Konder para Alameda 'João

Pessoa' e da praça Pereira e Oliveira para 'Getulio Vargas' o que foi feito com vibrantes aclamações, falando diversos oradores**

O teor dessas notas dos jornais são corroboradas pela documentação oficial do município de Florianópolis;

O Dr. José da Costa Moellmann, Prefeito Municipal de Florianópolis, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista as manifestações populares logo após a entrada das forças libertadoras nesta capital, nas quais foram mudadas os nomes de alguns logradouros públicos da cidade, e

Considerando que estas manifestações devem ser atendidas, pois que significam realmente a vontade da população desta cidade,

Resolve mudar para Getulio Vargas, João Pessoa e Nêreu Ramos, respectivamente, os nomes das antigas Praça Pereira Oliveira, Alameda Adolfo Konder, e rua Marechal Foch.⁶⁹

É somente em 1933 que o então prefeito Dorval Melquiades de Souza, por resolução municipalTM, restitui a antiga denominação à Praça Pereira Oliveira, e substitui a denominação da Praça 17 de Novembro para Getúlio Vargas, cujo nome permanece até os dias atuais.

Esta substituição de nomes de ruas ligadas às lideranças revolucionárias ocorre também em outros municípios do Estado. Proliferam no Estado logradouros e até municípios denominados Nereu Ramos, Vidal Ramos, Getúlio Vargas, João Pessoa, Antonio Carlos, entre outros.

[®] Mudança de placas. O Estado. 31 de outubro de 1930.

⁶⁹ Resolução Municipal, n. 28 de 18 de fevereiro de 1931.

TM Resolução Municipal n.10. 27 de maio de 1933.

Em São José, por exemplo, município vizinho a Florianópolis, a quem até então pertencia o Estreito⁷¹, segundo o jornal *Republica*⁷² o prefeito Gregório Philippi recebeu abaixo-assinado contendo mais de trezentas assinaturas solicitando a mudança do nome do distrito Estreito para João Pessoa e da rua Nova para Dr. Nereu Ramos. Esta solicitação foi atendida e as mudanças realizadas após uma grande comemoração oficial no município. Em decreto oficial⁷³, assinado pelo Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, Ptolomeu de Assis Brasil, o distrito de Estreito passou a denominar-se João Pessoa, permanecendo assim até 1943, quando foi anexado ao município de Florianópolis e retomou à antiga denominação. No decorrer da leitura dos jornais da época é possível perceber que a população não se habituou com a mudança de nome; sempre que era feita referência ao distrito João Pessoa, ou vinha aliado ao nome Estreito, ou usava-se mesmo somente Estreito;

A denominação de Estreito é antiquíssima, e tão de uso corrente entre o povo, que difícil ou quase impossível sera forçá-lo a aceitar a troca.

Parece-nos assim que a Prefeitura de São José andaria bem reoficializando a denominação primitiva daquelle districto.⁷⁴*

⁷¹ O bairro do Estreito fica localizado na parte continental do município de Florianópolis.

⁷² *Jornal Republica*. 04 de dezembro de 1930. p.3

⁷³ Decreto n.27. 20 de dezembro de 1930.

Capítulo II

O papel da imprensa na tecitura das imagens.

A imprensa florianopolitana, ao dar publicidade às atitudes e determinações do governo estabelecido a partir de 1930, teceu imagens desse movimento criando representações que, em diferentes momentos, adquiriram múltiplos aspectos. Mesmo com a censura estabelecida sobre a imprensa, nos primeiros tempos do governo, dependendo do posicionamento político adotado pelo jornal e das atitudes ou omissões do governo municipal, estadual e federal, no período que compreende os anos entre 1930 a 1935, as imagens apresentadas divergiam: ora eram feitos grandes elogios, ora veementes críticas.

No decorrer da pesquisa foi possível observar que o olhar do Jornal *O Estado* e o do jornal *Republica* sobre o movimento de 30 diferenciavam-se muito em flinção de suas ligações e posturas políticas. As mensagens veiculadas pelo jornal *República*, em linhas gerais, mantinham-se aliadas ao movimento e à nova administração estadual. Já em *O Estado* encontra-se, em alguns momentos, a divulgação de mensagens que apoiavam movimento e o governo estabelecido e, em outros, percebe-se uma discordância.

No entanto, é possível identificar no discurso destes periódicos que ao noticiarem o movimento de 30 ao mesmo tempo se estabelecia um confronto político entre os diferentes grupos da elite catarinense que procuravam manter-se no poder. Tais confrontos já se manifestavam na década anterior.

Na década de 20, o Estado de Santa Catarina foi marcado por diferenças econômicas entre as regiões do Planalto Lageano e do Vale do Itajaí. Segundo Cristiane Manique Barreto a região do Vale, de predominância de imigração alemã, no decorrer dos anos 20 se caracterizava pelo desenvolvimento industrial, enquanto o Planalto Lageano, povoado por famílias que vinham de diferentes estados brasileiros como o Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, nesta mesma década contava com poucas indústrias.[^]

Assim as elites que se formaram nestas diferentes regiões do Estado passaram a defender projetos políticos divergentes. A elite do Vale do Itajaí, tendo como expoente a família Konder, manteve-se na defesa da pequena propriedade e da indústria: já a do planalto, representada especialmente pela família Ramos, defendia a grande propriedade e a indústria pastoril. Defendendo projetos diferenciados, essas elites acabaram por entrar em “divergência” para conseguir seus propósitos, que terminavam por alcançar a esfera política.

Os anos de 1920 foram marcados pela predominância política no Estado das elites do Vale, que procuravam em sua administração obter certos benefícios para essa região. Quando da formação da Aliança Liberal e da candidatura de Getúlio Vargas para a presidência da República, marcada para o ano de 1930, os Ramos passaram a dar seu apoio a tal candidatura, sendo uma alternativa, em caso de vitória dos candidatos da Aliança Liberal, de passarem a ocupar a frente do poder. Com a vitória do movimento

[^] BARRETO, Cristiane Manique. *Entre laços e nós. Formação e atuação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

[^] Conforme Barreto, “ Segundo dados do IBGE, de 1920, enquanto Brusque, Blumenau e Itajaí contavam com inúmeros estabelecimentos industriais e comerciais, tais como: indústrias têxteis, de couro, de madeira, de metalurgia, cerâmica, alimentícia, etc., em Lages existiam poucos estabelecimentos, entre eles, seis na área de cerâmica, oito de couro, pele e outras matérias duras do reino animal, duas madeireiras, três de aparelho de transporte (arreo e artigos de selaria), sendo que em São Joaquim, município vizinho, também se verificava a mesma situação: três de couro, sete madeireiras, duas de vestuário e uma de aparelho de transporte (arreo e artigo de selaria). *Ibidem* p. 90.

de 30 e a ascensão política de Vargas ao governo federal, os Konder foram aliados do poder, enquanto os Ramos passaram a ocupar importante papel na política catarinense.

O que se pode observar é que os grupos da elite catarinense, desde a Primeira República encontram-se fraturados, sendo marcados por tensões e enfrentamentos políticos, mesmo estando ambos vinculados ao Partido Republicano Catarinense. É a partir do movimento de 30 que se torna possível o delineamento destes grupos. No entanto, mesmo com posicionamentos políticos distintos esses grupos tem uma série de pontos em comum, como por exemplo relações matrimoniais, de tal modo que toma-se complexo trabalhar esta realidade. Se faz ainda necessário um estudo historiográfico sobre estes grupos da elite catarinense, envolvendo tensões, rupturas e laços.

Assim, as páginas de *O Estado* e do *Republica* acabam por refletir o cenário das lutas políticas que se travam no Estado entre esses grupos da elite e que vão se desenrolar em todo o período aqui estudado.

II.1. Críticas e aplausos ao movimento

o jornal *Republica*, como já citado anteriormente, até o ano de 1934 era o porta-voz da nova administração, e, neste sentido, tinha por principal objetivo publicar o expediente do governo e os demais atos oficiais, recebendo para tanto mensalmente a quantia de dois contos de réis do Tesouro do Estado. A contratação de periódicos para publicação de atos oficiais não era uma prática nova, de acordo com Joana Pedro[^],

[^] PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. p. 33.

estendia-se desde o século XIX. Eram publicados neste periódico, por exemplo, decretos e leis do governo provisório, os editais, as notas oficiais das diferentes diretorias estaduais, a correspondência expedida e recebida, entre outras publicações.

Cabia ainda ao *Republica* justificar os atos do governo estadual ou federal, especialmente diante das críticas feitas por outros jornais de Florianópolis ou de outros municípios do interior do Estado e pela oposição, que eram taxados de “traidores”, “boateiros”, “maus brasileiros”, “péssimos cidadãos”. Através de atos e/ou palavras, segundo este jornal, eles “Tentam desprestigiar os grandes vultos da Revolução e menoscar o seu trabalho estafante, digno de todos os louvores e todas as bênçãos dos bons patriotas.”*

Ao mesmo tempo que dava publicidade à obra administrativa, esse jornal, através de suas notícias, legitimava o governo estadual e federal, ressaltando sua imagem positiva. As entusiasmadas notícias publicadas nos primeiros dias da nova administração mantiveram-se constantemente nos meses e anos que se seguiram. Tecendo elogios, noticiando obras, divulgando comemorações, visitas e viagens do governo, ressaltando a aceitação, o carinho e as aclamações do povo, o movimento era representado como de vontade coletiva e seus idealizadores como os arautos que pregavam a regeneração do país⁴.

Essa postura tomava-se ainda mais evidente quando das datas comemorativas ligadas ao movimento revolucionário. Os dias 3, 24 e 25 de outubro - correspondentes respectivamente à eclosão do movimento, domínio da capital federal e

⁴ Jomal *Republica*. 22 de março de 1931. p. 1

[^] Capelato observa que no varguismo as comemorações e festas cívicas foram meios muito utilizados enquanto criadores da imagem da sociedade em festa, ocultando a idéia das práticas exercidas para o controle social, e representavam uma sociedade em festa, harmônica e feliz. CAPELATO, Maria Helena Op. Cit. Pp. 57-58.

entrada das tropas em Florianópolis - recebiam especial atenção. Nas edições referentes a essas datas, o sucesso e os feitos do novo governo mereciam destaque. Em comemoração ao primeiro ano do governo revolucionário, o *Republica* destaca que:

Há um ano entrava nesta capital a frente das forças libertadoras nacionais, o sr. General Ptolomeu de Assis Brasil. Acolheu-o com entusiasmo e carinho toda a população de Florianópolis(...)

O povo de Santa Catarina recebeu a sua ascensão ao governo satisfeito e confiante(...)

Começou então a segunda etapa da jornada salvadora.

E há doze meses, o interventor Assis Brasil, coadjuvado por auxiliares dedicados, comanda a ofensiva, vasta e profunda, pela reorganização administrativa, econômica e financeira do Estado.^{1^}

Na mesma nota são divulgadas as reformas realizadas pelo Interventor

Federal no aparelho administrativo do Estado:

“Acabou com os processos de contabilidade oculta.

Afrontou, corajosamente, a impopularidade de uma política de severa fiscalização e inflexível compressão dos gastos públicos.

(...) As nossas finanças, tanto do Estado como dos municípios e que estavam devastadas, reabilitam-se pela ordem administrativa, redução das despesas e aumento da receita.

Reformou o código judiciário, assegurando maior independência à magistratura.

Não obstante as dificuldades financeiras(...), foram criadas mais 39 escolas e o erário estadual subvencionou 190 escolas mantidas até o ano passado pelas escolas federais.

A Força Pública é hoje uma corporação selecionada e militarmente disciplinada.”^{2^}

É interessante perceber que as datas cívicas nacionais ligavam-se agora especificamente ao movimento de 30, O dia comemorativo da Independência do Brasil

¹ ® Primeiro ano de governo revolucionário em Santa Catarina. *Republica*. 25 de outubro de 1931. p. 1.

² Ibidem

(7 de setembro) até o ano de 1934 não mereceu maior destaque por parte deste órgão de imprensa. A Proclamação da República (15 de novembro) ainda recebia alguma atenção, mas vinculada ao movimento de 30. Em sua edição de 3 de outubro de 1933, data comemorativa do terceiro ano da Revolução, o movimento é identificado como um sentimento coletivo da nacionalidade, que “uniu solidamente a Pátria na decidida vontade de realizar o sonho dos apóstolos de 89 fazendo da República um regime que os homens governassem menos que as leis.”⁸ Ou seja, as datas comemorativas e os fatos legitimados como “históricos” vão sendo instituídos e redefinidos pela ação do Estado, permitindo sua interferência cada vez mais ampla nas práticas sociais.

Quando da passagem do segundo aniversário do movimento, a data de 24 de outubro é caracterizada pelo *Republica* como de vital importância para a nacionalidade, sobrepondo-se a todas as outras por sua significação histórica:

Ela é o resumo da evolução cívica brasileira, é a síntese das tradições raciais, a sumula das tendências coletivas.

(...) O dia 24 de outubro é o dia do Brasil grandioso e eterno, grandioso nas pompas e galas com que o dotou a Natureza, eterno no seu culto ao sentimento de honra e no seu amor da liberdade.⁹

Mesmo depois da criação da Imprensa Oficial de Santa Catarina, o *Republica* trazia ainda algumas notas oficiais, publicadas em uma página especial para este fim. Agora, como representante oficial do Partido Liberal, destacava as figuras políticas ligadas a esse partido que se mantinham aliadas ao governo. As figuras que mereciam maior destaque por este jornal eram Nereu Ramos, presidente do partido, seguido de Aristiliano Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina a partir de 1933.

⁸ 3 de outubro. *Republica*. 3 de outubro de 1933. p.1

⁹ 24 de outubro. *Republica*. 24 de outubro de 1933. p.1

Já o Jornal *O Estado* apresentou diferentes imagens do movimento no decorrer dos cinco primeiros anos que se seguiram. Após as primeiras notas vinculadas ao movimento de 1930, nos meses posteriores foi possível observar nesse órgão de imprensa que eram poucas as notícias referentes ao Estado de Santa Catarina e à cidade de Florianópolis. No último trimestre do ano de 1930 ainda são encontradas muitas referências ao movimento e à nova administração, sendo divulgados alguns fatos ocorridos, sem, no entanto, tecer comentários ou fazer avaliações. A maioria das notas veiculadas, em especial a partir de ano de 1931, transcreviam mensagens recebidas de outros Estados brasileiros, podendo-se notar, em algumas delas, o descontentamento político em relação aos atos dos seus respectivos governos. É evidenciado nessas notas, por exemplo, que em alguns Estados instalou-se um regime de intolerância - problemas com interventores relacionados às possíveis substituições e renúncias, demissões injustas de funcionários do governo; divergências surgidas dentro do movimento, ocasionando brigas políticas, a não aceitação pelo povo das trocas de nomes de ruas, a miséria e a falta de emprego que se abatiam sobre a população. No entanto, a maioria destas críticas vindas de outros Estados, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, vinculam-se à censura à imprensa e à falta de uma Constituição para o Brasil.

Diante deste descontentamento é possível observar certa instabilidade política nesses primeiros anos pós-30, diferente do que é mostrado pela maioria dos livros didáticos referentes à história do Brasil, dos compêndios de história e de uma historiografia mais tradicional - um movimento onde o poder se concentra de imediato nas mãos de Getúlio Vargas, instaurando um longo período em que este líder político centraliza o poder em suas mãos. Diante da instabilidade, das críticas e das divergências políticas, tudo indica que, para estabelecer-se no poder, Getúlio Vargas, nestes

primeiros instantes de governo, teve que firmar determinadas alianças que lhe garantissem o apoio necessário para se manter na direção do governo brasileiro.

Ao mesmo tempo, frente à atitude de *O Estado* de dar publicidade às críticas vindas de fora e de não se posicionar explicitamente diante das atitudes do governo de Santa Catarina, tudo indica que havia determinada censura que dificultava e/ou impedia seu posicionamento crítico em relação à política estadual e federal. No entanto, ao transcrever as notícias vindas de fora, o Estado em certa medida driblava a censura exercida sobre ele. Seu silêncio pode ser lido como uma crítica realizada de forma indireta. Era como falar por detrás de uma cortina, sem que lhe pudessem distinguir a face. A censura exercida sobre os outros jornais espalhados por todo o país era até descortinada, mas em momento algum *O Estado* deixa evidente que também sofria tais sanções.

A documentação oficial do Estado de Santa Catarina traz as medidas restritivas que foram adotadas. Em circular remetida aos promotores públicos é recomendado que estes façam “...a censura nos jornais que se publicarem nas Comarcas, a fim de evitar notícias que provoquem a intranqüilidade pública.”¹⁰

Em carta do Interventor Ptolomeu de Assis Brasil, publicada pelo jornal *O Estado*, o governante estadual transfere para o governo federal a responsabilidade pela censura sofrida pela imprensa catarinense, dizendo que de seu governo “jamais partiu, até agora, qualquer limitação a livre crítica dos jornais. A censura ora em vigor é cumprida em virtude da providencia oportuna do governo federal.”* O Interventor

¹⁰ Circulares da Secretaria do Interior e Justiça- 1931. Circular aos Promotores Públicos de 9 de maio de 1931.

catarinense deixa ainda clara a importância da imprensa enquanto formadora de opinião e doutrinação da população. Para ele:

Agindo, doutrinando, influenciando pela divulgação ella prepara o ambiente intellectual, e seus effeitos se manifestarão segundo o espirito que os fomentarem, saturados de sublimidade que educa e eleva, ou polluidos pela peçonha da perversidade que corrompe e rebaixa.

(...) A intolerância já é meia violência, e esta só se justifica como ato de legitima defesa, nunca como norma educativa ou doutrinaria de colaboração^{^^}

Esta censura a que era submetida a imprensa pode ser identificada através de nota do *Republica*. Este periódico, durante o ano de 1934, em meio à campanha para eleição do governo estadual, refere-se à censura exercida sobre a imprensa catarinense. Ao comentar e criticar a posição política adotada pelo jornal *O Estado* no decorrer da campanha eleitoral, contrária ao candidato do governo, destaca que este órgão de imprensa, mesmo quando discordava das ações dos governantes pós-30, não o faziam de forma tão agressiva como agora estava fazendo. Remetendo-se ao início do governo e à censura à imprensa, escreve;

... durante a fase de necessárias restrições á liberdade de imprensa, enquanto as outras folhas locais se exigia a prévia censura da matéria a divulgar-se, O Estado era confiado ao critério de seu diretor, que é ainda o que tem seu ilustre nome ao cabeçalho daquele vespertino e nunca se poudo ter violada, pôr ele, essa merecida deferência das autoridades encarregadas de impedirem a publicação de conceitos e fatos perigosos à estabilidade da ordem pública.^{1^}

Diante disto, ficam evidentes às restrições sofridas por *O Estado*. Mesmo que seu diretor tivesse certa autonomia com relação às publicações, esta lhe era concedida mediante sua limitação em manter-se dentro dos padrões pelo governo

¹² *Ibidem*.

estabelecido. Tudo leva a crer que o caminho encontrado para burlar tal vigilância era a transcrição das notas de órgãos de imprensa estabelecidos em outros estados do Brasil.

Se até então as críticas de *O Estado* se davam mediante a transcrição de outras notícias, a partir do ano de 1931, acalmados os ânimos dos primeiros instantes do pós-movimento, com o governo agora garantindo certa estabilidade, teve início o que poderia ser identificado como uma cobrança em relação às promessas feitas pelo movimento. Neste sentido, proliferaram notas que reivindicavam, a nível federal, a volta do país ao regime constitucional. Nos primeiros meses do ano de 1931, aparecem transcrições de periódicos de outros Estados, mas já em meados do mesmo ano, são encontradas notas que manifestavam a opinião da direção, dos redatores e colaboradores do próprio jornal *O Estado*:

Constata-se em todo o país um amplo movimento de opinião em favor do restabelecimento do regime constitucional. (...)

A suspensão das garantias constitucionais já não encontra justificativa em qualquer das razões que a determinaram. O estado de espírito que gerou a Revolução é uma força definitiva e permanente que tende a vigorar-se a cada dia, insusceptível a quaisquer influências opostas à sua orientação e finalidade.^^^

Este jornal não manifestou sua crítica ao fim do regime constitucional no Brasil apenas através de textos. Em suas páginas foi possível encontrar uma série de charges que, com certa dose de ironia, criticavam medidas tomadas pelo prefeito municipal - como por exemplo o extermínio de cães que andavam soltos pelas ruas, a divisão das forças políticas estaduais - como também se dedicavam à cobrança da constitucionalização do Brasil.

Nas charges, publicadas por *O Estado*, é possível identificar o uso de problemas encontrados no cotidiano da população, como a demora na espera do ônibus, as relações conjugais, as conversas, para demonstrar sua contrariedade frente à demora da elaboração da Constituição brasileira, uma das promessas da nova administração que até então não fora cumprida.

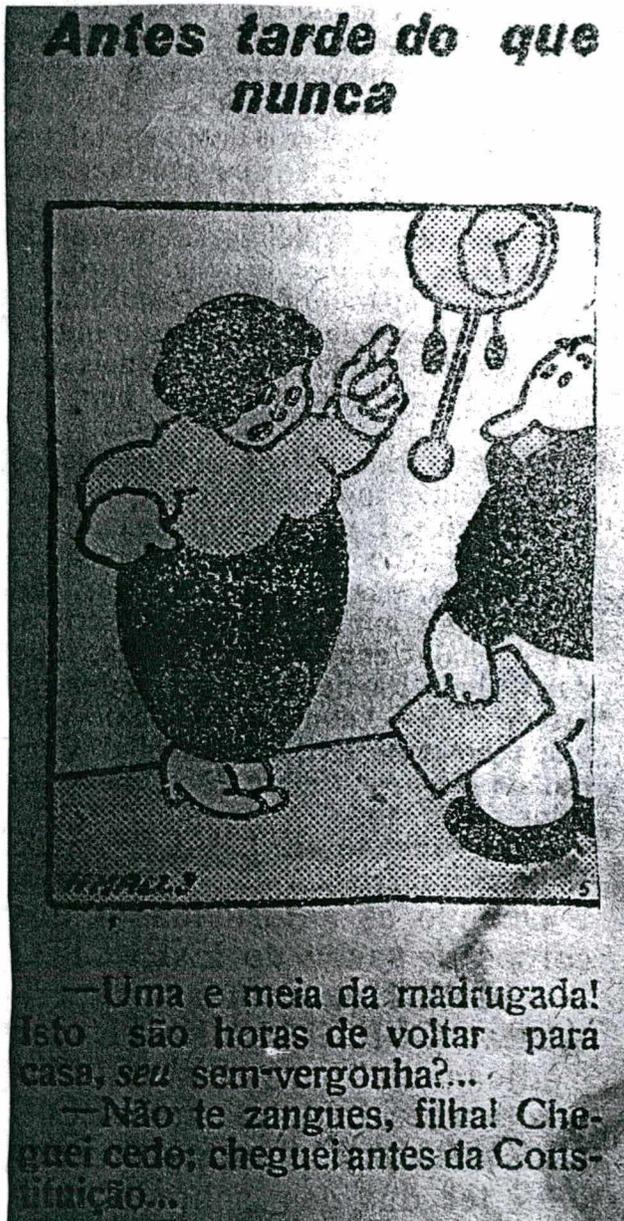


Figura 1 – Charge do Jornal *O Estado* do dia 16 de setembro de 1931.

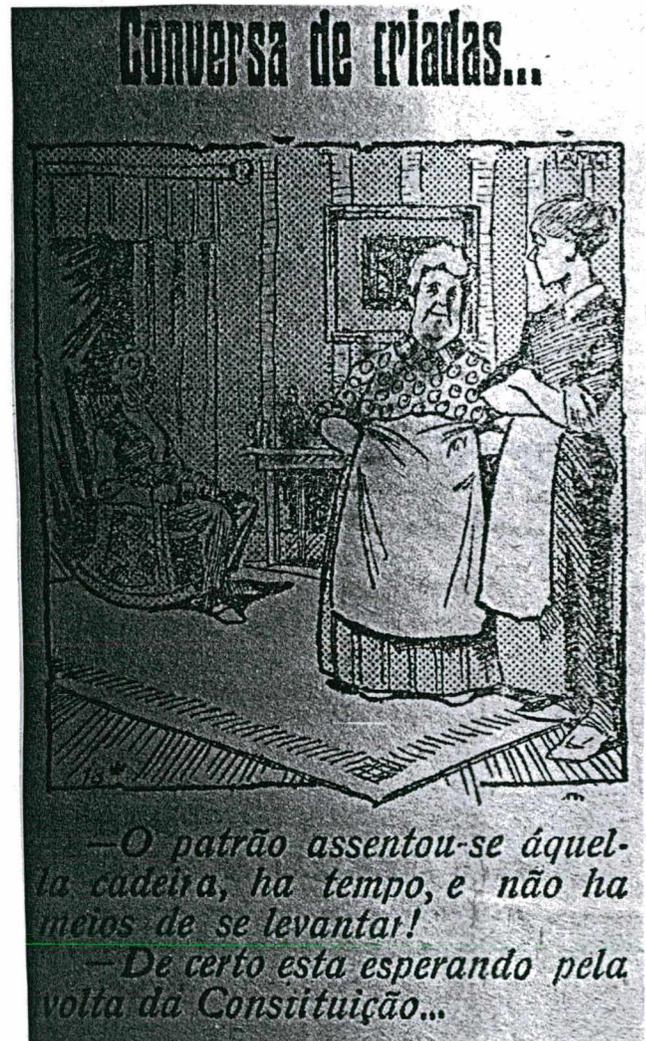


Figura 2 – Charge do Jornal *O Estado* do dia 13 de maio de 1931.

Ao mesmo tempo, com ironia faziam uso do discurso das autoridades para justificar esta demora: era necessário primeiro que o novo governo instituído organizasse a nova administração, tratando da questão constitucional a seu tempo.



Figura 3 – Charge do Jornal *O Estado* do dia 11 de maio de 1931.

No entanto, se as críticas inicialmente não apareciam de forma explícita em relação ao governo federal e estadual, o mesmo não acontecia quando se tratava das autoridades municipais, que eram alvo de muitas cobranças. Suas primeiras notas

relacionadas à administração municipal e estadual, trazem um teor de expectativa e esperança de melhorias:

Espera-se da Directoria de hygiene um grande serviço à população; o combate aos mosquitos/

Consta-nos que o governo do Estado está providenciando afim de resolver o asyrameno dos atacados pela lepra já em tão grande numero em nosso Estado.

Sabemos que será brevemente criada nesta capital a corporação da Guarda Municipal, destinada à guarda e policiamento da cidade

Tudo leva a crer que diante da frustração de não terem sido colocadas em prática estas e outras medidas é que o jornal *O Estado* passou, em meados do ano de 1931, a se posicionar frente ao governo municipal. Diante de tal posicionamento crítico, cabe ressaltar que na análise das fontes, tanto em documentos oficiais como nos periódicos, em nenhum momento foram encontrados escritos em que o governo instituído pós-30 explicitasse um programa de governo, tanto em nível estadual como municipal. As notas acima referidas, publicadas em *O Estado*, apresentam um teor muito mais voltado para expectativas frente ao governo do que de efetiva materialização destes desejos. Seu discurso nos primeiros meses de administração destina-se especialmente a imprimir ao movimento um determinado sentido, caracterizando-o enquanto necessidade e vontade coletiva, do que em dar publicidade aos seus objetivos:

Lembremo-nos, portanto, dos dias maus e das noites incertas e não hesitemos num momento sequer, da necessidade de ser mantido e unido, lealmente, todo o elemento que foi causa eficiente e preponderante da Victoria da Revolução.

¹⁵ Mosquitos na capital. *O Estado*. 12 de janeiro de 1931. p. 1

¹⁶ Um leproso. *O Estado*. 13 de Janeiro de 1931. p. 3

¹⁷ Guarda Municipal de Florianópolis. *O Estado*. 17 de Janeiro de 1931. p. 6. Apesar da expectativa de *O Estado*, a Guarda Municipal de Florianópolis foi criada somente em 30 de dezembro de 1936. Até esta data em diversos momentos o Jornal *O Estado* cobrou das autoridades municipais tal atitude, publicando reclamações sobre a falta de policiamento e o aumento da criminalidade em Florianópolis.

Nada ainda existe definitivamente feito a não ser o arcabouço de um grande edifício

Sejamos obreiro do ideal vitorioso e não sombras vagas corvejando ante a sua imagem, como se ruína já fosse/18

Dentro desta perspectiva de mostrar o movimento como necessário para a implantação de uma nova postura política normatizadora com base na lealdade, na ordem, na racionalidade, e na vontade coletiva é que podem ser identificadas determinadas ações do poder político instituído. Utilizando-se de meios como comemorações públicas, mudança de nome dos logradouros, das praças, etc, como visto anteriormente neste trabalho, era possível, por um lado, criar a imagem do inimigo (o antigo governo) e, por outro, ressaltar a importância das lideranças da nova administração, produzindo a imagem de um Estado preparado para o gerenciamento da Nação. Ou seja, através de ritos, festas cívicas e símbolos constituía-se uma educação pública.¹⁹

Embora não se encontre nas fontes consultadas um programa de governo estadual, para sua legitimação o poder público adotou determinadas medidas. O jornal *O Estado* tanto aplaudiu aquelas consideradas por ele enquanto acertadas, como também criticou outras. A partir do mês de agosto do referido ano, inicialmente de forma um pouco tímida, pedindo permissão ao prefeito²⁰, *O Estado* abriu espaços em suas páginas para o governo municipal. Sendo assim, a prefeitura municipal recebeu uma série de reivindicações, sugestões e críticas, que, inicialmente tímidas.

¹⁸ Pelo nosso ideal. *O Estado*. 11 de dezembro de 1930.

¹⁹ Segundo Baczkó, desta forma se instaura um imaginário político na vida da coletividade, produzindo os princípios legitimadores do poder e modelos que formam o cidadão virtuoso. BACZKO, Bronislaw. *Op. Cit.* p. 314.

²⁰ José da Costa Moellniann era neste período quem ocupava a prefeitura de Florianópolis, tendo sido nomeado por Ptolomeu de Assis Brasil, governador Civil e Militar do Estado de Santa Catarina, através do decreto n. 27 datado de 27 de outubro de 1930.

passaram posteriormente a se caracterizar pela ousadia e até mesmo por um ar de deboche.

Através de pequenas notas, artigos, cartas de leitores e charges, a prefeitura tinha suas ações e omissões fiscalizadas por *O Estado*. Criticavam-se os alagamentos de ruas e praças, cobrando a colocação de aterro e a desobstrução de canais de água; a falta de um melhor policiamento da cidade e o crescimento dos fiartos que vinham aliados a ele; a criação de uma Guarda Municipal, promessa até então não cumprida; o envenenamento indiscriminado de cães, que teve início com os que perambulavam pelas ruas, atingindo até os que viviam nos quintais, guardando residências; a ineficiência da diretoria de higiene, diante do sangue acumulado no matadouro existente no Estreito (João Pessoa) e da falta de providência em relação às epidemias que estavam ocorrendo no Estado, entre tantas outras críticas.

Uma das atitudes que mereceu as críticas de *O Estado* foi o desalojamento de famílias pobres da região conhecida como “Empresa” pelo prefeito da capital. Considerando como falta de preocupação do Prefeito em relação aos anseios e dificuldades da população mais pobre, tal atitude provocou reações por parte desse jornal, pois acreditava “que, num período de administração discricionária, qual o que atravessamos, a prefeitura deverá limitar-se a solver os casos inadiáveis.”^{^^} Diante da frustração popular que esta atitude causou, teve forte repercussão em *O Estado*, que o noticiou como desumanidade da prefeitura:

O acto do governador discricionário da cidade, (...) é sobretudo revoltante, por importar no desabrigo de crianças e mulheres que não tem aonde recolher-se, assim enxotadas pelo despotismo daquela autoridade(...)

A revolução, que triumphou aqui entre aclamações da pobreza, engodada pelo prometido barateamento da vida e pela generosa distribuição de esmolas feita nos primeiros dias no Mercado Publico^^, muda de aspecto, assim bruscamente, aos olhos dos miseráveis, de quem exige pesados sacrificios, que cáem sobre elles como horríveis flagellos.

E essa feição carrancista parte precisamente da Prefeitura municipal, de quem mais directamente depende a população pobre.'^^

Nos meses que se seguiram, *O Estado* permaneceu cobrando a resolução, por parte da prefeitura, do que era por este jornal considerado como problemas urbanos, e que mereciam maior atenção.

Cabe ressaltar que, se as criticas em relação à prefeitura eram feitas explicitamente, o mesmo não acontecia quando se tratava do governo estadual, especialmente quando da interventoria de Ptolomeu de Assis Brasil. No ano de 1932, quando se cogitou a possibilidade de seu pedido de renúncia do cargo de interventor estadual, *O Estado* assim comentava;

Desde os primeiros tempos do governo do illustre Riograndense, o povo catharinense vinha pedindo a s.exa, para não exonerar-se. (...) Estamos satisfeitos com nosso interventor e somente discordamos de certos bairrismos tão natural como o bairrismo gaúcho que tem a força de unir partidos de ponto de vista inconciliáveis. Nesse particular, achamos que s.exa, como delegado do govêmo federal, bem poderia evitar a nossa humilhação com o atestado tácito de nossa incapacidade e idoneidade para auxiliar a sua administração em nosso Estado. No mais, os erros de s.exa., si os ha, são erros que a intenção basta para saná-los, às vistas públicas, ainda que a missão de jornalista nos force, por vezes, a expor a divergencia do nosso modo de encarar, ora factos, ora pessoas, ora resoluções.^*^

²² A nota se refere aqui à distribuição de carne feita aos pobres no Mercado Público Municipal, logo após a entrada das forças revolucionárias em Florianópolis e empossado o novo governo, Essa distribuição, conforme noticiado pelos jornais, passou a ser feita uma vez por mês no mesmo local.

²³ Jomal O Estado. 15 de agosto de 1931. p.6

Fica evidente no discurso deste jornal sua restrição ao governo federal pela não nomeação de um interventor natural do Estado de Santa Catarina. Mesmo que elogiasse a administração de Ptolomeu de Assis Brasil, foi possível perceber que *O Estado* atribuía os erros e excessos administrativos tendo uma forte ligação com o fato de se ter à frente do governo estadual uma figura “estranha”, portanto não conhecedor das necessidades e anseios de seu povo. Durante o período em que se estendeu a discussão sobre a mudança ou não da interventoria catarinense, o discurso foi pautado por esta questão. Pensando sobre a questão do bairrismo, fica evidente a existência, por parte de grupos políticos catarinenses, da vontade de se ter à frente do governo estadual alguém que se identificasse com os problemas e necessidades do Estado, não sendo possível assim deixar de lado a idéia da criação da identidade regional, que é identificada por Bourdieu como construção simbólica. Para este autor, através da articulação de símbolos, língua, bandeira, interesse, emblemas, entre outros, os indivíduos se identificam como pertencentes a uma determinada região ou grupo. Neste sentido a manipulação de símbolos cria determinadas representações, distinguindo o regional do exterior, o nacional do estrangeiro.^^

Enquanto as comemorações ligadas ao aniversário do movimento de 30 recebiam especial atenção do Jornal *Republica*, que nestas datas apregoava sua importância e seus feitos, por parte de *O Estado* elas mereciam menos destaque, sendo apenas noticiado o fato de que haviam acontecido no município de Florianópolis.

No decorrer do ano de 1932 outro fato ocorrido no Estado de São Paulo, mas com repercussões nacionais, mereceu a atenção dos Jornais *Republica* e *O Estado*.

²⁵ BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer. Tradução de Sérgio Miceli. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. (Clássicos; 4) pp. 107-116.

Era a chamada Revolução Constitucionalista de 1932^{^^}, movimento que trazia como principal bandeira a reconstitucionalização do Brasil.

Tanto *O Estado* como o *Republica* publicaram nota do Gabinete do Interventor Federal na qual, através da Imprensa Nacional, eram dados esclarecimentos ao público sobre as conseqüências do movimento irrompido em São Paulo. Por essa nota, o movimento era mostrado como “traição as liberdades publicas, aos direitos do cidadão e a honra nacional”.²⁷

No decorrer dos meses em que se desenrolou, o movimento paulista foi evidenciado através de notas oficiais do governo publicadas por estes dois jornais, sendo considerado como sedicioso e impatriótico. Em comunicação oficial publicada por *O Estado*, o movimento paulista era apontado como tendo tais características:

Movimento nitidamente reacionario, visando a recomposição de um passado político que reduziu a Nação ao estado de ruína em que a veio encontrar a Revolução de Outubro.^{^^}

Segundo Pinheiro,^{^^} o movimento Constitucionalista de 1932 não pode ser considerado como uma excentricidade das oligarquias paulistas, mas sim um movimento de reivindicação fi-ente ao governo autoritário instalado no Brasil a partir de 1930. Pinheiro considera o período 1930-34 já uma ditadura, sendo o movimento paulista, portanto, considerado, uma oposição ao estado de exceção instalado no Brasil. Para este autor, “havia no movimento elementos autênticos de reivindicação legal de um

²⁶ O Movimento Constitucionalista de 1932, irrompido em São Paulo, englobava a oligarquia rural paulista, setores do empresariado e das classes médias. Seu núcleo era o Partido Republicano Paulista, sustentado por setores do Partido Democrático, que se opunham ao Interventor Paulista, João Alberto.

²⁷ Comunicação Oficial. (Jornal do Brasil). In; *O Estado*. 12 de Agosto de 1932.

²⁸ *Ibidem* e publicado também em *Republica*, 13 de agosto de 1932.

²⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922 - 1935*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

marco que hoje poderia ser chamado de estado de direito, completamente desrespeitado pelo regime recém-instalado.”³⁰

Apesar de ambos os jornais analisados publicarem as notas oficiais sobre o movimento paulista de 32, é possível perceber que adotaram posicionamento diferenciado ao dar publicidade ao movimento constitucionalista.

y'

Em *O Estado*, a maioria das notas sobre esse movimento eram transcrições de jornais de outros Estados do Brasil. Além disso, eram também publicadas notas oficiais que, em sua maioria, ressaltavam as vitórias das tropas federais e notificavam as famílias de Santa Catarina sobre a situação das tropas catarinenses que se dirigiam para o combate:

É recebido um telegrama destinado às famílias dos soldados, que estão todos no Paraná e em perfeita saúde/

Quanto a um posicionamento sobre o movimento, nada fica claro em *O Estado*, mas considerando as poucas informações veiculadas sobre o assunto e que em nenhum momento houve por parte desse órgão de imprensa uma conclamação da população para a luta, é possível inferir que sua omissão estava relacionada com o controle existente sobre a imprensa. Por outro lado, há de se considerar que o objetivo principal do movimento, a constitucionalização do Brasil, era também desejo desse jornal, que em diversos momentos, como visto anteriormente neste trabalho, expressou seu desejo de volta ao regime constitucional.

³⁰ *Ibidem*. p. 270.

Já o *Republica*, ao noticiar o movimento paulista, conclama as forças estaduais a se posicionarem a favor do governo e lutar ao seu lado. Ao mesmo tempo, enaltece a importância da manutenção da ordem estabelecida no Brasil a partir do movimento revolucionário de 1930. Conforme este jornal:

Na nossa historia, vanguardeiros dos destinos da patria, a Nação e o Govêmo tudo esperam da vossa lealdade, da vossa resistencia, da vossa abnegação, da vossa bravura. Mais um esforço e teremos a vitoria definitiva e justa recompensa da constancia com que vos tendes mantido ao lado da ordem. Para a segurança dos destinos do Brasil, fóra da ordem estabelecida pela revolução triunfante, só existe o partido da desordem tentando arrastar o país a anarquia.^{^^}

Considerando as notas recebidas pelo governo estadual e publicadas pelo jornal *Republica*, tudo indica que enquanto os outros Estados brasileiros logo se manifestaram favoráveis ao governo federal e enviaram tropas para seu auxílio. Santa Catarina se manteve por mais tempo afastada do conflito. Este periódico publicava telegramas e cartas enviadas ao governo estadual notificando que de outros Estados brasileiros já haviam partido tropas em auxílio ao governo federal. Da Bahia, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Alagoas, foram recebidas comunicações sobre a organização de batalhões patrióticos para compor a força pública. E evidenciam estas correspondências que “não precisa o governo pedir. Todos oferecem. É o Brasil inteiro contra o núcleo de desvairados.”^{^^} Tal situação poderia estar ligada a fhastrações do governo estadual em relação ao poder público federal, como, por exemplo, a intenção de se ter efetivamente a nomeação de um político catarinense para o governo do Estado.

³² A todos os Estados da ordem. *Republica*. 12 de julho de 1932. p.1

³³ *Jornal Republica*. 19 de setembro de 1932.

Dentro desta perspectiva, chama atenção a publicação de carta enviada por Henrique Rupp Junior³⁴ a Getúlio Vargas comunicando que tem razões para duvidar da lealdade dos comandantes da guarnição federal e da Força Pública de Santa Catarina em relação ao movimento paulista, o que mereceu posteriormente notas de tais oficiais negando essa informação. Enquanto no *Republica* apareciam as notas desses oficiais, em *O Estado* publicava-se o telegrama do governo federal solicitando com a máxima urgência a volta de Ptolomeu de Assis Brasiliense³⁵, em licença no Rio Grande do Sul, para assumir a interventoria catarinense, que nesse momento era ocupada por Cândido Ramos, do Partido Liberal. É possível perceber a preocupação do governo federal em ter à frente da administração um político de sua inteira confiança.

Há de se considerar, também, as notas publicadas apenas por *O Estado*, manifestando o desejo de se ter à frente do governo do Estado um interventor catarinense. Em sua coluna política, intitulada O Momento, este periódico ressaltou a importância de que o interventor do Estado não poderia estar alheio às nossas necessidades regionais, impedindo, assim, que aqui ocorresse um velho mandonismo. Diz que não poderia ser aceito um governo discricionário sem os escrúpulos constitucionalistas³⁶.

Durante o período em que se desenrolou o movimento revolucionário de 32, ele foi considerado como anti-patriótico pelo jornal *Republica*, mas posteriormente, quando representantes do Partido Liberal Catarinense ficaram à frente do governo estadual catarinense, esta imagem recebeu novos contornos, mais patrióticos; "...não

³⁴ Henrique Rupp Junior era o presidente da Legião Revolucionária em Santa Catarina.

³⁵ Segundo Corrêa, com o fim do Movimento Constitucionalista Ptolomeu de Assis Brasil voltou a pedir sua exoneração a Getúlio Vargas. CORREIA, Carlos Humberto. Op. Cit. p. 124. .

jorrou em vão esse sangue generoso, porque ele há de proclamar, bem alto, pelas palavras de nossa história, a admirável vocação brasileira para a democracia(...)"³⁷

Se até então o movimento de 30 mantivera-se sob certa “proteção” de julgamentos e críticas por parte de *O Estado*, no decorrer dos anos de 1933 e 1934, em meio às eleições para a escolha dos representantes de Santa Catarina na Assembléia Nacional Constituinte, marcada para maio de 1933³⁸, este quadro sofreu alterações, o mesmo acontecendo na campanha para a eleição de Deputados Federais e Estaduais no Estado de Santa Catarina.³⁹ Em suas notas, é possível observar que os jornais *O Estado* e *Republica* utilizavam como carro-chefe na propaganda eleitoral o movimento de 30.

O Estado, ao mesmo tempo que enaltecia a importância da reforma eleitoral para a democratização do Brasil, dizendo que se mais não tivesse feito a Revolução de 1930, essa reforma já teria sido uma obra considerável, ressalta a importância da imprensa para a educação conveniente do cidadão votante, abrindo-lhe a consciência e demonstrando o valor de seu voto para bem da coletividade:

Quer-nos parecer, porém, que à imprensa e à tribuna cabe, agora um relevante papel na educação conveniente do cidadão votante, abrindo-lhe a consciência e a convicção do próprio valor individual, no seio da coletividade a que pertence e para que com a qual Uie pesa um dever solene o de não trahir o interesse geral em proveito meramente pessoal.

(...) ao jornal - parece-nos - cumprir educar as massa orientando-as por um destino superior a toda a situação

³⁷ Relatório da Diretoria de Interior e Justiça. Exercício de 1º de março a 31 de dezembro de 35 e de 1º de janeiro a 30 de abril de 36. p. 5.

³⁸ A Eleição para os representantes catarinenses na Assembléia Constituinte, que ocorreu em 3 de maio de 1933, acabou sendo anulada pelo Superior Tribunal Eleitoral devido à transparência dos envelopes utilizados para o pleito. Sendo assim, foram marcadas novas eleições para 3 de dezembro do mesmo ano, iniciando os partidos concorrentes nova campanha política. Neste segundo pleito foram eleitos Nereu Ramos, Arão Rebelo e Carlos Gomes de Oliveira pelo Partido Liberal Catarinense e Adolpho Konder pela Coligação.

estreita e ensinando-üie aquele civismo ideal que é o próprio fundamento da Democracia/®

Assim o jornal parece querer justificar possíveis notas que venha a publicar diante da campanha eleitoral.

Realmente, analisando as notícias vinculadas a esta questão, é possível observar que o posicionamento e as imagens transmitidas por *O Estado* deixaram de lado sua apregoada postura de “neutralidade”. Mesmo assim, quando *O Radical* do Rio de Janeiro e a Agência Brasileira divulgaram nota afirmando ser *O Estado* órgão do Partido Republicano Catarinense, este periódico declarou que “é jornal independente, sem nenhuma ligação portanto, com qualquer idéia política, religiosa ou de qualquer espécie”,⁴¹

Independente ou não, suas notas adquiriram uma feição questionadora e crítica frente ao movimento de 1930. Se, como visto anteriormente, o movimento de 30, logo após a entrada das forças revolucionárias, foi apresentado para a população local como de “vontade nacional”, “obra de heróis”, “merecedor de flores e aplausos”, a partir de então passa a ser caracterizado como uma invasão:

Os Catharinenses que ainda têm um pingão de sangue nas faces não esquecerão que foram os ‘liberais’ que chamaram, de braços abertos, as colunas invasoras que entraram em nossa capital como em terra conquistada, afrontando-nos nas ruas, praças e salões de clubes da cidade com as bôcas dos revólveres a aparecer a as adagas metidas à gaúcha no cano das botas enlameadas, Santa Catarina, então algemada (o que não a impediu de ser a última trincheira a cair) nada pôde fazer, breve, porém, pelo voto, vai desferrar-se numa reabilitação memorável e única.

⁴⁰ No terreno das idéias com o voto livre. *O Estado*. 7 de novembro de 1933.

⁴¹ *Jornal O Estado*. 22 de julho de 1933. p.1

Esta transformação no discurso de *O Estado* por um lado liga-se ao fim da censura e das expectativas em relação ao governo estadual e por outro vincula-se, muito provavelmente, ao apoio dado por este jornal à coligação política*^^ que se formou com o intuito de concorrer e derrubar os candidatos do Partido Liberal. Tal apoio torna-se evidente considerando-se que em suas edições *O Estado* dava publicidade à campanha da fi-ente única, ressaltando a simpatia do povo por esta coligação, convocando a população para o livre exercício do voto, em especial o funcionalismo público, a quem em várias edições chamava a atenção para não subordinar seu voto à máquina administrativa.

Dando continuidade à propaganda da coligação, eram também neste período feitas por *O Estado* várias críticas à prefeitura do município de Florianópolis, ao governo estadual e até mesmo ao governo federal. O periódico analisa, por exemplo, a organização de comissões de sindicância estabelecidas no pós-30, considerando-as inúteis, pois, além de onerarem o Tesouro, impediram a construção de obras públicas. Comentando sobre a pobreza na capital, diz que o problema não será resolvido com as tímidas e dispersivas medidas adotadas pelo governo. Chama a caixa de esmolas existente na cidade de paliativo e a polícia civil de inapta. Sugere que se faça um levantamento estatístico para tal questão, apurando as necessidades físicas, morais e intelectuais da pobreza.

Em relação ao governo federal, em nota intitulada “Um Estado que os Deuses esqueceram”^^, *O Estado* comenta o fato de Santa Catarina ter sido esquecida pelo governo federal, salientando que as obras que para cá eram prometidas, acabavam

⁴³ Esta coligação era composta pelo Partido Republicano e a Legião Republicana, formando a aliança “Por Santa Catarina”

vultos mais eminentes da política brasileira. Neste sentido, criticava os últimos anos do governo;

A Revolução, no decurso desses três annos passados, tem revelado à nação estupefacta muito ouro falso, que passará nos primeiros tempos como metal de lei e muita mediocridade se ergueu, por um momento, apenas para exhibir o proprio desvalor../*

Quando da passagem do aniversário de Victor Konder, *O Estado* teceu elogios ao aniversariante, contando toda a sua vida política e seus feitos, e dias depois publicou carta seguida de assinaturas de catarinenses em apelo a seu regresso ao Brasil. Diz a carta que não se podem negar seus bons serviços prestados a Santa Catarina e ao Brasil, “numa carreira política das mais nobres e bellas, marcante pela clarividência, desinteresse e fé nos nossos destinos, o Konder illustre desde promotor a ministro de Estado.”^^

Adolpho Konder, principal candidato de coligação “Por Santa Catarina”, também merecia atenção e elogios por seu governo. Prestigiando sua figura e estabelecendo comparações entre seu governo e o estabelecido no pós-30, *O Estado* criticou este movimento. Em nota assinada pelo colaborador M.F., comentando a derrubada de árvores na Av. Hercílio Luz feita pela prefeitura municipal, salientava que:

Até o governo Adolpho Konder, essa cidade era cuidada, caiu d’então para cá em abandono e desleixo.

Parece que a arrancada de 1930 também nos arrancou o amor as nossas coisa⁵⁰.

⁴⁸ Podem retomar à Pátria. *O Estado*. 01 de setembro de 1933. p. 1

⁴⁹ Jomal *O Estado*. 9 de maio de 1933. p.6

⁵⁰ As árvores da Avenida Hercílio Luz. *O Estado*. 29 de maio de 1933. p.3

Quando da chegada de Adolpho Konder de volta a Florianópolis, foi publicada nota nesse jornal convidando a população para recepcioná-lo. Diante da organização desta comemoração e das decisões tomadas pela coligação a partir da chegada de Adolpho Konder, o jornal *Republica* salientou que ele foi messianicamente esperado pelos outros partidos que se fundiram para combater o Partido Liberal. Comenta ainda que ele é o mentor, o guia, o Duce®\ “sem a sua presença, sem a sua anuência, sem o seu placet, nada se poderia resolver a respeito da chapa (...)”⁵²

No entanto, paralelamente à campanha eleitoral que naquele momento se estabelecia, o que se pode perceber através dos discursos dos jornais *O Estado* e *Republica* é a existência de uma disputa entre as famílias Konder e Ramos, já existente anteriormente e que neste instante ganhava maior visibilidade. Assim é que *O Estado*, ligado à família Konder, que fora afastada do cenário político catarinense após o movimento de 30, exaltava a figura de seus representantes políticos através de artigos, fotos e elogios.

O *Republica*, então representante do Partido Liberal, durante todo o desenrolar da campanha para a Assembléia Constituinte de Santa Catarina conclama o povo para votar nos candidatos de seu partido;

A envergadura moral e política desses ilustres patrícios, é de si mesma capaz de conquistar, como aliás, já conquistou a simpatia geral do eleitorado que feito de mentalidade nova, não poderá recusar os seus votos aos que lhes merecem, por todos os títulos, inclusive pelos de uma brilhante folha cívica de serviços ao nosso glorioso Estado natal, definitivamente integrado nos postulados cardiais da Revolução Brasileira.⁵³

⁵¹ O negrito foi mantido conforme a nota do jornal.

⁵² Jornal *Republica*. 12 de novembro de 1933. p. 1

⁵³ Jornal *Republica*. 11 de dezembro de 1933. p.1

No entanto, não só por anunciar as comemorações realizadas em todo o Estado quando da chegada de seus candidatos e por tecer-lhes elogios caracterizou-se a campanha eleitoral divulgada nas páginas do *Republica*. Sua tônica discursiva vòltou-se especialmente para a propaganda dos benefícios que trouxera à população brasileira o movimento de 1930, como por exemplo o voto secreto.

As posturas adotadas por *O Estado* e o *Republica* se mantêm posteriormente, quando da eleição para o governo do Estado, realizada em maio de 1935⁵⁴.

O Republica continuava a ressaltar a importância do movimento de 30 para a moralização da política brasileira, a destruição do poder das oligarquias e a implantação da democracia no Brasil;

Sem duvida no voto secreto e na salvaguarda do pensamento eleitoral pela vigilância da justiça, foi a Nação fartamente compensada, mas a Revolução de 1930, que se outro mérito por ventura não tivesse, lhe valia de justificativa plena a destruição das antigas oligarquias nos Estados, fez, não só da reforma do sistema eleitoral, mas de inúmeras outras aquisições democráticas o marco avançado e inderrubável que assinala na história patria uma auspiciosa renovação de costumes e uma estupenda reabilitação do civismo nacional(...).⁵⁵

Estabelecendo comparação entre as eleições na Primeira República e no pós-30, enfatizava que enquanto estas foram marcadas pela presença e fiscalização da justiça eleitoral e do voto secreto, aquelas se caracterizaram por prisões arbitrárias, e que em Florianópolis, na hora em que os eleitores iam depositar seus votos nas urnas.

⁵⁴ A eleição para o novo governador do Estado, eleito indiretamente, foi marcada para 29 de abril de 1935. Aristiliano e Nereu Ramos disputavam o cargo. Em sessão realizada em 1º de maio de 1935, os deputados que apoiavam Nereu em manobra política o elegeram para o cargo.

⁵⁵

mandava-se a cavalaria passar nas ruas centrais ao som de cometas, intimidando a população.^{^^} Ao mesmo tempo, dava publicidade aos feitos do novo governo instituído:

Em quatro anos de domínio, a Revolução que nasceu a 3 de outubro já deu aos brasileiros o voto secreto, o voto feminino, as leis de proteção ao trabalho, o ensino confessional como disciplina integrante dos horários das escolas públicas, o reconhecimento do casamento religioso, a organização administrativa municipal, a publicidade do movimento dos erários/[^]

Já o jornal *O Estado* empenhou-se em chamar maior atenção para o fato de os interventores permanecerem no cargo, mesmo sendo candidatos, o que acontecia também em Santa Catarina. Dizia ser necessário que deixassem o cargo para que se travasse o mais livre dos comícios de que já se teve notícias, não permitindo a utilização da máquina administrativa para angariar votos. Neste sentido, suas notas, assumindo uma postura crítica, comentavam as visitas ao interior do Estado, os discursos proferidos, as obras executadas, os elogios da imprensa situacionista, condenando ser tudo isto feito apenas na campanha eleitoral;

As populações visitadas, cujo censo vai sendo levantado sem exageros - questão de um zero a direita - se inflama de entusiasmo, porque o interventor *age* as claras (...) não se preocupa com a política.(...) É certo que nas eleições passadas, numerosas e grossas turmas se' puseram a tapar buracos nas estradas, sendo suspensas por motivos de força maior logo após o pleito.^{^*}

No entanto, não somente as discussões sobre as eleições catarinenses permearam os discursos do *Republica* e de *O Estado* nos anos de 1934 e 1935. Outros

⁵⁶ A propósito ratos. *Republica*. 06 de janeiro de 1935,

⁵⁷ Não mentiu o 3 de outubro. *Republica*. 03 de outubro de 1934.

⁵⁸ *Jornal O Estado*. 25 de setembro de 1934

movimentos políticos ocuparam também as páginas desses periódicos; A Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora.⁵⁹

A partir de meados de 1934 o jornal *O Estado* passava a noticiar sobre o movimento integralista. Em várias edições foram publicadas notas que faziam referência ao movimento, seja convidando para celebrações, anunciando a chegada de lideranças dessa agremiação na capital catarinense, fazendo críticas ao socialismo ou até mesmo realçando atos de violência cometidos por integralistas. Várias edições traziam em sua primeira página notas sobre integralismo assinadas por Othon d'Éça e por José Diniz, fazendo de certa maneira a propaganda positiva do movimento.

Já no *Republica* a Ação Integralista Brasileira teve menor espaço. As poucas referências a este movimento noticiavam a chegada de Plínio Salgado à cidade e a parada integralista realizada em comemoração à Proclamação da República:

Pela manha crescido numero de onibus chegou á cidade transportando milicianos de Blumenau, Joinville, Brusque, Jaraguá, Biguaçu, Palhoça e São José.

Após a formatura em frente à sede social, as diversas companhias rumaram para o campo da F.C.D., onde o chefe provincial Dr. Gama d'Éça passou revista às tropas, que em seguida prestava juramento à bandeira. Após essa cerimônia com boa ordem foi feito o desfile pelas ruas da capital.^{^®}

Foi no entanto ao final de 1935 que o *Republica* noticiou mais intensamente o integralismo, ressaltando ações tomadas contra este movimento. O teor dessas notas

⁵⁹ Cabe ressaltar que mesmo com a Constituição promulgada em 1934, a maioria das medidas que ampliavam as leis sociais tiveram sua concretização limitada. Em função disso, a partir de 1933 aumentam as agitações populares e operárias. Siugem no Brasil manifestações de inspiração fascistas, com a formação da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.), e manifestações que reuniam comunistas, democratas socialistas e ex-tenentes que formaram a Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.) A partir de sua fundação, estas agremiações políticas se espalham pelo Brasil, sendo implantados pelos seus seguidores comitês em diversos Estados Brasileiros. Em Santa Catarina foram também fundados núcleos integralistas e aliancistas.

permitem visualizar tal fato; ‘Fechamento da AIB’⁶¹, “O procurador eleitoral rejeitou mandato de segurança dos integralistas”⁶², “Integralista preso arrancou a camisa e foi embora.”⁶³

Nestas notas não se explicitam aplausos ou críticas ao movimento de 30, no entanto a adesão ao integralismo pode ser vista como uma forma de demonstrar desencanto por parte de alguns grupos políticos catarinenses em relação aos caminhos trilhados no pós-30.

Segundo Luiz Felipe Falcão⁶⁴, o movimento integralista, criado em Santa Catarina em 1934, expandiu-se pelo Estado, especialmente naquelas zonas de imigração alemã e italiana. Segundo este autor, um dos motivos da implantação da AIB no Estado catarinense está ligado à desilusão de alguns indivíduos com os rumos do movimento de 30. Por um lado, o Partido Republicano Catarinense fora aliado do poder e passara a sofrer veementes críticas; por outro, o Partido Liberal Catarinense, aliado ao governo Vargas, demorava a realizar as reformas prometidas, deixando muitas lideranças políticas sem um referencial claro de ação. Diante de tais circunstâncias, o integralismo tomava-se uma nova possibilidade de exercer uma ação política e de expressar o desalento com os rumos tomados pelo movimento de 30.

Não somente aqueles vinculados a agremiações políticas e os que tinham acesso aos jornais demonstraram seu descontentamento em relação aos rumos tomados no pós-30. A população também demonstrou sua indignação frente às promessas não

⁶¹ Fechamento da AIB. Republica. 23 de novembro de 1935.

⁶² Ibidem.

⁶³ Sublevação em Natal e Recife. Republica. 26 de novembro de 1935. p.1

⁶⁴ FALCÃO, Luiz Felipe. O separatismo como traição ou integralismo, nazismo e nacionalização. In: Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000. p. 121-167.

cumpridas ou a indiferença do poder público diante de seus problemas cotidianos. Assim tomaram atitudes que implicitamente criticavam o governo instituído, e que ganharam publicidade através dos escritos de *O Estado*. Vale lembrar, segundo Chartier⁶⁵, que as imagens não afetam os leitores de forma homogênea. Os indivíduos apropriam-se das imagens e informações de diferentes maneiras, construindo diferentes sentidos e produzindo práticas diferenciadas.

A reação da população diante dos bondes puxados a burro, o meio de transporte utilizado em Florianópolis, que, segundo os moradores, além de ultrapassado e desconfortável, ainda “era muito lento”⁶⁶, exemplifica sua indignação.

Já em 1931 jovens estudantes do Instituto Polytecnico, pertencentes à camada mais abastada e culta de Florianópolis, protestaram diante da manutenção desse meio de transporte ainda utilizado na cidade. Em sua manifestação, com seu “entusiasmo exaltado”, os estudantes entraram na estação da Carris Urbanos e cometeram depredações, arrancando cortinas e espatifando objetos. Depois reth-aram da estação três bondes que lá se encontravam, descarrilando-os, virando um deles e destruindo um trecho da linha. Segundo as notícias da época, tinham ainda a intenção de jogá-los ao mar e atear fogo na estação, o que não chegou a ser feito. *O Estado*, comentando tal fato, diz que:

Si... ha por ahi alguém que se sinta humilhado por estarmos ainda na idade do bonde a burro - e de facto é vexatorio - esse alguém deve arregimentar elementos para uma ação decente junto aos poderes competentes, unicos que poderão rescindir o conctrato em virtude do qual se mantém esse antiquado systema de tracção animal e chamar concurrente para o estabelecimento de outro systema de conducção mais rapido e mais modemo.(...) A

⁶⁵ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Estudos avançados. N. 11. (5). 1991. p. 179.

⁶⁶ “Segundo entrevista concedida à autora pelo sr. Hermínio José D’Avila, “o bonde era tão lento que quem fosse seguindo a pé chegava bem antes dele.”

justiça não se opera pela violência, mas pela razão e pela lógica/^^

Diante da cobrança pela desordem praticada, considerada irracional e deselegante para rapazes da sociedade florianopolitana, estes abandonam o processo de que inicialmente haviam lançado mão, e “enveredam por melhor caminho que só poderá reforçar o bom conceito de que sempre gozou a mocidade estudiosa de Florianópolis⁶⁷. Organizam um livro de assinaturas, que foi entregue ao então interventor Ptolomeu de Assis Brasil, pedindo a rescisão do contrato da companhia de bondes. Poucos anos depois, manifestações populares contra a permanência dos bondes como meio de transporte utilizado no centro de Florianópolis ganham novamente espaço nas páginas da imprensa. Desta vez uma grande massa de indivíduos, que, segundo a chefatura de polícia, era formada por um número superior a mil pessoas, sem distinção de classes,

(...) avançou contra o bonde da Cia Carris Urbanos e Suburbanos, que acabava de parar na praça XV de Novembro, em frente a casa Moelmann e desatrelando os muares o levou ao cães próximo levando-o dali abaixo e ateando-lhe fogo.⁶⁸

As notas sobre o fato, veiculadas por *O Estado* e outros periódicos⁶⁹, indicam que a população tomou esta atitude por não mais aceitar os bondes puxados a burro como meio de transporte. Como o poder público mantinha ainda o contrato com a companhia apesar das manifestações contrárias, a população, buscando um meio mais rápido e moderno de transporte, parece ter pretendido resolver tal situação. No entanto.

⁶⁷ *Jornal O Estado*. 02 de outubro de 1931. p.6

⁶⁸ Para annullar o contracto da Companhia de bondes. *O Estado*. 05 de outubro de 1931. p.6

⁶⁹ Um bonde destruído por populares. *O Estado*. 26 de setembro de 1934. p.6

⁷⁰ O jornal *A Pátria*, que fazia forte oposição ao governo, em sua edição de 26 de setembro de 1934, também dá publicidade ao fato dizendo que: “Não se conformando com a descida dos bondinhos até a praça 15, resolveram ontem, muitos adversários desse anacrônico meio de transporte, formxlar o seu protesto. Assim é que pelas 20 horas, reuniram-se, tiraram a viatura dos trilhos, em meio de formidável algazarra, e depois naturalmente de destrelarem os animais, atiraram-na ao mar (...)”

é possível inferir de tal episódio que tenha sido esta a forma encontrada pela população para demonstrar seu descontentamento diante das autoridades públicas.

Lucésia Pereira^{^*}, que através da análise da obra do poeta Trajano Margarida realizou um estudo da cidade de Florianópolis nos anos 30, identifica junto aos escritos desse poeta impressões dos segmentos da população que estavam à margem do poder político. Conforme esta autora, através de sua obra o poeta expressa sua desilusão em relação ao movimento de 30, manifestando também um sentimento que se fazia presente entre muitos dos moradores da cidade:

Cinco anos completam hoje,
Não sou eu que os descubro
Da vitória inesperada,
Dos da arrancada de Outubro

Cinco anos que a nossa terra,
Como quem vê procissão.
Viu passar a gauchada
Aos montes, em confusão.

E viu também meio triste,
Como eu vi encabulado.
Milhares de decaídos
Usando lenço encamado.”⁷²

Capítulo III

Esboços de um projeto regenerador da sociedade.

A pesquisa desenvolvida junto aos documentos oficiais no período correspondente aos anos de 1930 a 1935, especialmente nos relatórios do governo Estadual e de diferentes órgãos a ele ligados, nas correspondências oficiais, nos decretos e resoluções, possibilitaram a visualização de medidas adotadas pelo poder político institucionalizado a partir do movimento de 30, articuladas dentro de um discurso modernizador. Tais medidas também podem ser identificadas como um projeto de instituir marcos de diferenciação entre a nova administração e o governo anterior.

No entrecruzamento de fontes, quando da pesquisa na imprensa do município de Florianópolis deste período, especialmente nos jornais *O Estado* e *Republica*, foi possível observar que os discursos desses periódicos também aparecem aliados aos propósitos do governo, objetivando a normatização de condutas da população. Estes órgãos de imprensa, ao apregoarem a necessidade de se “embelezar” a cidade, trazer o “progresso”, “melhorar os hábitos e costumes” do povo, cobravam da administração municipal e estadual, ao mesmo tempo, medidas para que tal objetivo fosse conquistado.

No entanto, consultando estudos e obras sobre a história de Santa Catarina foi possível constatar que esse discurso modernizador que se destacava nos periódicos nestes anos pós-30 não era novo. Pesquisas já realizadas sobre

Florianópolis (antiga Desterro) no século XIX e nas décadas de 20, 30 e 40 do século XX⁴ já apontavam para discursos e práticas semelhantes por parte da administração pública e da imprensa local.

Diante disto e no intuito de estipular um marco divisor na história política, econômica e social catarinense é que foi possível observar a necessidade de os novos grupos políticos dominantes pós-30 se diferenciarem daqueles que se tinham mantido à frente da administração catarinense até então. Para tanto, o governo empenhou-se na efetivação de práticas normatizadoras que já se manifestavam no discurso de seus antecessores. Nesta perspectiva, diferentes ações e medidas no sentido de esquadrihar a população foram colocadas em prática no decorrer dos anos de 1930-1935.

Ao mesmo tempo, através de estudos estatísticos, do controle da contabilidade, do estabelecimento de normas de comportamento e reordenação de condutas, o novo poder político teve a possibilidade de exercer um controle maior sobre as administrações municipais, o processo educacional e até mesmo a vida cotidiana da massa da população.

Dentro desta perspectiva, o que se pretende compreender é em que medida este discurso dos periódicos se manteve com mudanças ou inalterado. Por outro lado, através dos documentos oficiais, intenta-se analisar e interpretar as ações do Estado, que ao mesmo tempo normatizava condutas e possibilitava sua instituição como novo poder político dominante.

⁴ Refiro-me especialmente aos trabalhos realizados por Hermetes Reis de Araújo (A invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis), Rosângela Miranda Cherem (Caminhos para muitos possíveis. Desterro no final do Império), Roselane Neckel Kupka (Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis - 1910/1930) e Cynthia Machado Campos (Controle e normatização de condutas em Santa Catarina - 1930/1945) que serão ainda neste trabalho mais profundamente analisados.

III.1-A reforma de condutas sociais como marco de diferenciação.

o século XIX foi um período marcado por grandes transformações sociais, quando tivemos a ascensão de uma nova classe, a burguesia, e, concomitantemente, um grande aumento da miséria urbana. Nas cidades, grupos humanos viviam em condições quase que subumanas dentro de bairros superpopulosos.

Neste contexto, a classe burguesa procurava instaurar uma nova ordem, com valores modernos, e que deviam ser seguidos pelos outros segmentos sociais. Nesta perspectiva, aos poucos procurava-se romper com os valores tradicionais.

Uma das maneiras pelas quais estes valores burgueses se incorporaram no cotidiano das pessoas no século XIX foi através do discurso médico-higienista emergente que ocorreu sobretudo em função de uma nova mentalidade aliada a uma nova sensibilidade. Surgiram novos hábitos de higiene pessoal, assim como uma preocupação com a higiene pública e com as inovações sanitárias.

Maria Stella Bresciani, em seu livro, “Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza”, estuda as multidões e a pobreza dos bairros dessas cidades. A autora relata as péssimas condições de vida dos operários e a degradação de homens e mulheres devido à miséria, à superexploração e às más condições de higiene em que viviam estas pessoas. Bresciani percebe que nas décadas finais do século XIX as condições de vida nos bairros pobres vai desenvolver a idéia sanitaria “As implicações econômicas da degradação física e moral dos trabalhadores urbanos são constantemente lembradas por esses sanitaristas que

consideram os custos das medidas preventivas - melhores condições de moradia, sistema de distribuição de água e sistema de esgotos - menores que os custos da doença - interrupção do trabalho e perda de salário - para não falar dos altos custos da contenção das sucessivas epidemias que tomam conta dos bairros pobres de Londres até a década de sessenta.”⁷. A autora identifica o fator econômico como uma das causas principais das idéias sanitárias emergentes na época. Ao mesmo tempo, considera que as vantagens obtidas através da implantação destas idéias são lucrativas para a classe burguesa e submetem os operários a novos padrões de comportamento.

O grande crescimento populacional das cidades e os problemas estruturais decorrentes da urbanização exerceram um grande impacto sobre toda a estrutura do Estado. Segundo Michel Foucault⁸, as questões ligadas à governabilidade tiveram que ser, então, redefinidas. Baseado no postulado de quem governa, deve saber governar a si mesmo, a sua família, o seu patrimônio, a sua casa, a população passa a representar o objetivo final do governo, à medida que governar implica em melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua expectativa de vida, sua saúde, etc. Nesta perspectiva, o jogo político torna-se mais complexo, dando lugar a novas técnicas políticas que abordarão o corpo, a saúde, a alimentação, a moradia, tendo na população seu objeto fundamental.

Sendo assim, pelo entusiasmo com o progresso ganha corpo o discurso médico-sanitarista, evidencia-se a preocupação em “modernizar” as cidades, avança o

⁷ BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.29-30

⁸ MICHEL FOUCAULT. *Microfísica do poder*. 14.ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999.

desejo de civilizar condutas. Este fenômeno não se restringe à Europa, atinge também o Brasil entre os séculos XIX e XX.

Nas últimas décadas do século XIX no Brasil, acontecem profundas transformações econômicas, sociais e políticas. O advento da ordem republicana traz consigo o aparecimento de novas classes sociais e a implantação de novas medidas econômicas. Assim, paralelamente ao crescimento das camadas médias urbanas, segundo Nicolau Sevcenko⁴, surgem os “homens novos”, que, enriquecidos pelas especulações financeiras, agora com distinção social, vão ocupar os cargos decisórios e rendosos do governo.

Por outro lado, algumas cidades brasileiras enfrentavam problemas por causa do repentino aumento da população devido ao êxodo dos ex-escravos das fazendas de café e da imigração estrangeira. Faltavam casas para abrigar tantas pessoas; havia problemas de abastecimento de água, saneamento e higiene. Além disso, o lixo espalhava-se permanentemente pelas ruas, infestadas de ratos e mosquitos que transmitiam a peste bubônica e a febre amarela.

Assim, esta nova classe emergente, a burguesia, sentia a necessidade de remodelar os hábitos da população em geral, como também a estrutura das cidades, que, para acompanhar o “progresso” e ter um aspecto moderno, deve alinhar-se aos padrões europeus. Neste contexto, a higiene pessoal e as preocupações com o saneamento básico vão se constituir num dos objetivos da burguesia que, aliando-se com o Estado, intervirá por meio de ações públicas, consolidando desta forma os seus valores em

⁴ SEVSENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 4.ed. 1995.

todos os segmentos sociais. Houve uma remodelação arquitetônica dos centros urbanos. Antigas casas foram derrubadas para dar espaço às grandes avenidas ou às novas edificações. Tentava-se construir a cidade moderna derrubando o que estava velho ou atrapalhando.

A cidade foi tomada por-uma onda de consumo, afinal ser moderno era estar em sintonia com as novidades, com a “última moda”. Procurava-se romper com os valores tradicionais, buscando um novo modo de vida e de mentalidade. Segundo Sevcenko, em seu estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro, esta metamorfose teve como base quatro princípios fundamentais; “a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão de grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.”⁵

A partir desta preocupação com as práticas sanitárias, que estavam aliadas aos grupos sociais dominantes, começaram a ser tomadas medidas para acabar com o quadro caótico em que se apresentavam as cidades, adequando seu cotidiano às exigências da modernidade. Como afirma Sevcenko, “Era preciso pois findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago,- vivendo em maior desconforto, imundície e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim.”⁶

⁵ Ibidem. P.30.

⁶ Ibidem. P.29

Este quadro das cidades apresenta-se em diferentes regiões do país. Oswaldo Cabral, em seu livro *Nossa Senhora do Desterro*/ também atribui estas características à Desterro desse período. Segundo Cabral, a sujeira, o lixo e os miasmas estavam espalhados por toda a área urbana e as epidemias assolavam a população da cidade. Referindo-se à sujeira que caracterizava algumas cidades brasileiras no século XIX, Cabral destaca que “Em Nossa Senhora do Destêrro a regra via-se confirmada, não se conhecendo exceção. Quando surgia alguma epidemia é que se cuidava de evitar o depósito de tudo quanto exalasse qualquer fedentina, não por ela, que era dura e pituíta dos nossos antepassados, mas ‘pelos miasmas e infecções que se derramavam no ar’.”[^]

Estudos sobre (Desterro) Florianópolis no final do século XIX e início do século XX também apontam para tais questões. Rosângela Miranda Cherem,[^] identifica em Desterro, na década de 80 do século XIX, discursos e práticas nos quais se explicitava a intenção da burguesia em enquadrar a Ilha-capital nos “trilhos do progresso”. Para tanto, fazia-se necessária uma série de medidas, justificadas pela nova preocupação higiênica e nova sensibilidade estética que ajustassem o cenário urbano de Desterro aos anseios de modernidade. Assim, segundo a autora: “Prescrutando e esquadrinhando a cidade, da praça pública aos córregos no fiindo dos quintais, do hospital ao cemitério, da biblioteca ao teatro, das residências aos esgotos, homens nos deixaram através[^] de seus registros indicações de para onde olharam e o que nestes pontos desejaram mudar.”^{^^}

[^] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Notícia L Florianópolis: Lunardelli. 1971.

® *Ibidem*. p. 170.

® CHEREM, Rosângela Miranda. *Caminhos para muitos possíveis. Desterro no final do Império*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP. 1994.

¹⁰ *Ibidem*. p.32.

Hermetes Reis de Araújo*¹, analisando a cidade de Florianópolis na Primeira República, lança seu olhar sobre as reformas urbanas e o reajustamento social, que nela aconteceram. Segundo ele, em Florianópolis estas atitudes estavam pautadas no desejo das elites locais em “promover um amplo reajustamento social de sua população aos imperativos e às territorialidades burguesas de organização social.”¹². Formada por comerciantes, funcionários do Estado, bacharéis, profissionais autônomos, pequenos proprietários, etc., as elites locais passaram a se diferenciar dos segmentos pobres da população. Hermetes ressalta que mesmo Florianópolis não tendo acompanhado o ritmo de desenvolvimento econômico e de crescimento populacional que marcaram outras cidades brasileiras, ela foi palco de um diversificado movimento que visava remodelar hábitos, sanear e organizar o convívio urbano.

As primeiras décadas do século XX apontam para a mesma direção. Entre (os anos de 1910 e 1930, segundo Roselane Neckel Kupka,¹³ efetivaram-se medidas para remodelar a cidade, organizar o espaço e modelar condutas. Com este intuito foi implantada a rede de esgoto, casas foram destruídas, avenidas foram abertas, asilos foram construídos, a penitenciária foi edificada, atitudes consideradas anti-higiênicas foram condenadas. Para esta autora: “Na ânsia de demarcar seu lugar social, os mais abastados (vinculados ao transporte e ao comércio de mercadorias), assim como indivíduos pertencentes às camadas médias (profissionais liberais, funcionários públicos, etc.) passaram a aspirar distinções frente ao restante da população, advogando

¹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república*. Dissertação de Mestrado em história. São Paulo: PUC. 1989.

¹² *Ibidem*.il

¹³ KUPKA, Roselane Neckel. *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis - 1910/1930*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC. 1993.

o domínio de certas parcelas do espaço urbano e a adoção de hábitos e sensibilidades demonstrativos de diferenciação social”¹⁴.

O movimento de 30 e o afastamento do poder político dos grupos até então dominantes não significou o fim desses discursos e práticas com intuito modernizador e modelador. Os novos grupos que assumiram o poder político, se de imediato não tomaram medidas que materializassem esses desejos, elaboram esboços que passaram a ser edificados a partir de 1934.

Nos primeiros meses pós-30, observando-se os documentos oficiais, evidencia-se nas atitudes tomadas pelo governo estabelecido, tanto em nível municipal como estadual, uma articulação com o intuito de legitimar a nova administração. Foi nesse sentido, como visto anteriormente, que ocorreram comemorações cívicas, mudanças de nomes de ruas e praças, distribuição de carne aos pobres, afastamento dos “inimigos”, nomeação de autoridades aliadas ao novo governo, entre tantos outros atos. Os periódicos, por sua vez, davam publicidade a tais atitudes.

Passados os primeiros meses, baixada a poeira do movimento, com as novas lideranças assumindo os espaços políticos, a necessidade de consolidar a nova administração ainda se mantém como forte intuito, e para tanto diferentes medidas passaram a ser tomadas, dentro do propósito de legitimação, estabelecendo marcos de diferenciação em relação ao governo anterior, e se distinguindo por “outra maneira de administrar”¹⁵.

¹⁴ *Ibidem* p. 29.

¹⁵ Segundo Vésentini, estipulando outubro como marco que elimina e põe fim a um outro tempo, a nova administração já não mais se vale da mobilização, mas passa a se caracterizar-se pela obra, propondo um outro estilo administrativo. VESENTINI, Carlos Alberto. *Op. Cit.* P. 137.

Ao que tudo indica, uma das maneiras encontradas pelo governo pós-30, para atingir seu objetivo se pautava na necessidade de estabelecer forte controle não só sobre a administração dos diversos municípios do Estado, mas também sobre a população em geral. Assim, para tal propósito foram tomadas medidas que traziam em seu bojo intenções modernizadoras. Nos documentos oficiais do período chamam atenção as questões ligadas à educação, à inspetoria escolar, à nacionalização do ensino, e foi possível encontrar a adoção de uma série de medidas que se vinculam ao intuito de esquadrihar a população dentro de parâmetros estipulados pelo poder público. Vinculadas a essas medidas foram instituídos o controle estatístico, a normalização de condutas e a publicidade e contabilidade dos atos públicos.

Analisando, por exemplo, o Relatório da Secretaria do Interior e Justiça¹⁶, apresentado ao fim do primeiro ano da nova administração, é possível observar a emergência de práticas de controle e fiscalização que objetivavam, segundo esse documento, a “moralidade no emprego do dinheiro do povo”. A tônica discursiva, neste primeiro ano de governo da interventoria, parece estar pautada na necessidade de exercer maior fiscalização sobre os gastos públicos, os atos políticos e o ensino. Segundo o relatório, foi criado nesta secretaria um arquivo para a guarda metódica e catalogada dos orçamentos, balancetes mensais, correspondências trocadas e outros documentos. Pelo relatório, o secretário diz ser assim possível conhecer todos os assuntos pertinentes às prefeituras municipais e informar sobre eles, pois seus balancetes mensais passaram a ser pontualmente publicados. Há de se considerar que, ao mesmo tempo, a criação do arquivo permitiu ao governo estadual manter sob seu controle e vigilância os governos municipais.

¹⁶ Relatório apresentado ao Interventor Ptolomeu de Assis Brasil pelo Dr. Manoel Pedro Silveira, secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, correspondente ao período de 25 de outubro de 1930 a 25 de outubro de 1931.

O intuito do governo pós-30 em redefinir o papel do Estado, adotando para tanto eficientes medidas de fiscalização, não ficava restrito apenas aos assuntos da administração pública, atingindo também aquelas medidas ligadas à instrução pública.

Conforme relatório apresentado ao governo estadual:

Como em tudo mais, na instrução pública a fiscalização constante, enérgica e competente, é o único meio capaz de levantar o nível intelectual do professorado e de levar aos professores (notadamente os das escolas isoladas) ao rigoroso cumprimento de seus deveres.(- -)

A chefia escolar exercida por leigos e gratuita não tem eficiência como aparelho fiscalizador/^(

Para exercer uma vigilância mais eficiente sobre os assuntos educacionais são criadas novas inspetorias escolares, sendo considerado ainda ineficiente o número existente em fianção do crescimento de estabelecimentos de ensino em todo o Estado. Providências também são solicitadas em relação à chefia escolar, com a finalidade de tomá-la mais eficiente conio órgão de fiscalização. Dentro desta perspectiva, para a manutenção do controle sobre a gestão educacional, foi estabelecida, através do governo Federal e estendendo-se ao âmbito estadual e municipal, a elaboração de minucioso levantamento estatístico.

No relatório apresentado ao interventor Federal, Ptolomeu de Assis Brasil, sobre os trabalhos da Quarta Conferência Nacional de Educação¹⁷, o delegado catarinense comentou o fato de que, em sua maioria, os participantes do Congresso eram “técnicos” de todos os Estados brasileiros. Ao que parece, o representante catarinense esperava que no Congresso fossem tratar de questões que mostrassem

¹⁷ Relatório do Dr. Manoel Pedro Silveira, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça. Referente ao período de 25 de outubro de 1930 a 25 de outubro de 1931. p. 8-9

¹⁸ Este Congresso foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, com o intuito de discutir e assinar um convênio sobre a padronização das estatísticas escolares brasileiras. Representando o Estado de Santa Catarina estava o Professor Adriano Mosimann.

possíveis caminhos para a melhoria do sistema educacional. Nesse sentido, elogiava as conferências que foram apresentadas e os temas nelas discutidos, como “A educação pelo cinema”, “As grandes diretrizes sobre a educação popular” e “Realizações da Escola Nova no Distrito Federal”. Entre as propostas por ele apresentadas com este intuito, estava uma maior intervenção do Estado na questão da alfabetização, questões sobre a renda do Estado destinada à educação e a criação de um Departamento de Educação e de escolas profissionais. No entanto, o relatório demonstra que o primordial objetivo do Congresso, o que parece não ter agradado tanto ao representante catarinense, era o serviço de estatística escolar. Os congressistas discutiram o anteprojeto para padronizar as estatísticas escolares, estabelecendo que estas deveriam focalizar a organização administrativa do sistema educacional, o efetivo dos estabelecimentos de ensino e o seu respectivo aparelhamento. Neste sentido, seriam dadas indicações sobre;

- a) as disposições de ordem escolar relativas ao ensino;
- b) a indicação das leis, regulamentos, instruções, etc. (...)
- c) a indicação e o resumo dos textos que estabeleceram obrigatoriedade de ensino;
- d) a caracterização dos vários tipos de escola funcionando ou não;
- e) a caracterização sintética do regime escolar vigente (terrenos, horários, idade de admissão, composição das classes, exames sanitários, exames psicológicos, orientação profissional, etc.);
- f) as categorias, as condições de admissão e promoção, os efetivos e os vencimentos do pessoal de toda administração;
- g) as despesas anuais efetuadas com o ensino.^{^^}

O levantamento e organização destas inúmeras informações possibilitariam

¹⁹ Relatório da Quarta Conferência Nacional de Educação p. 30

traçar uma radiografia, tanto no que se refere à educação, quanto ao cotidiano da população e, a partir dela, exercer controle sobre o cotidiano de professores e alunos, sobre as pessoas a eles ligados, atingindo até o ambiente familiar. Ou seja, possibilitava a vigilância sobre a população: regular ações e estabelecer padrões de comportamento.

Para materializar tais desejos, era preciso, ao que tudo indica, um conjunto de ações ligadas ao ensino e ao cotidiano escolar. Segundo Neide Fiore, o movimento de 30, não apresentou de início um plano educacional definido e orgânico, mas “o clima revolucionário de então era propício ao aparecimento de novas idéias e de novas lideranças.”²⁰ Mesmo não tendo inicialmente um plano educacional, foi possível observar, segundo a documentação oficial, que, no período correspondente aos anos de 1930 a 1935, houve um considerável acréscimo no número de escolas, de matrículas e de frequência, tanto na rede estadual como na municipal. Os dados sobre os anos de 1929 e 1935 nas escolas estaduais demonstram tal fato ;

Tabela I

Anos	Matrícula	Frequência
1929	46.786	40.126
1930	48.225	41.185
1931	49.412	42.515
1932	51.728	35.987
1933	55.812	46.278
1934	58.729	41.505
1935	60.447	45.266

Fonte: Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1936, pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos.

Este aumento se verifica também nas escolas municipais;

Tabela II

Anos	Matrícula	Frequência
1929	6.309	5.556
1930	6.399	5.496
1931	10.825	9.324
1932	11.251	8.961
1933	18.082	15.913
1934	21.258	15.123
1935	23.164	17.369

Fonte: Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1936, pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos.

Os dados permitem concluir que, a partir do movimento de 30, a educação esteve na pauta de preocupações do governo estadual. Cabe ressaltar que era possível, nas tramas do cotidiano escolar, exercer uma série de ações e práticas que possibilitavam, por um lado, realimentar a memória de 30 e, por outro, imprimir comportamentos, seja através de comemorações, do canto de hinos, da adoção de textos e livros, da transmissão de valores. Como considera Foucault²¹, a utilização de estratégias e técnicas tem efeito produtivo: produz discursos, verdades e indivíduos²².

Segundo José Silvério Baía Horta²³, que analisa a relação entre educação e ordem política entre os anos de 1930-1945, desde o início do Governo Vargas a

²¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

²² Segundo Foucault, não é possível pensar as relações de poder exclusivamente com conotações negativas, como repressão e censura. Para ele, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” *Ibidem* p.8

²³ Horta, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1994.

educação ocupou nos discursos oficiais um papel de extrema importância, tendo por princípio a implantação da política autoritária. Para este autor, neste período o Governo Federal concebe a educação como um problema nacional, justificando assim sua intervenção nos diferentes níveis de ensino e a centralização do poder neste âmbito. Seguindo esse princípio e colocando a educação a serviço da nação, se estabelecem posteriormente ligações entre ensino e saúde. Para a , manutenção da ordem política, a educação moral do cidadão foi reintroduzida na legislação educacional, vinculando-se agora aos conceitos de pátria e raça.

Especificamente em relação às instituições escolares municipais, por exemplo, os números apontam um grande crescimento em Santa Catarina neste período. Em 1930, contava o Estado com 130 escolas municipais, elevando-se esse número ao final de 1935 para 564²⁴. Com o advento do movimento de 30 a administração estadual passou a exigir dos municípios uma aplicação percentual de seu orçamento para resolver o “problema da educação”.

A preocupação com o ensino não se resumiu a aumentar o número de escolas e alunos, destinar-lhe maior verba, levantar e quantificar informações. Nos relatórios apresentados já começavam a aparecer os primeiros esboços sobre a questão nacionalizadora, que toma corpo posteriormente, a partir de 1935, e especialmente no Estado Novo. No entanto, já no ano de 1931 foram tomadas algumas medidas com vistas a este fim. Considerando que a legislação se mantinha deficiente, sendo necessário regularizar o funcionamento da nacionalização do ensino primário e ensino privado, o interventor federal no Estado decreta que:

²⁴ Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina correspondente ao ano letivo de 1935.

Art.2- Mantem escolas estrangeiras já existentes, no entanto, devem manter para cada turma de sessenta alunos, ou fracção excedente, um professor habilitado, na forma do presente decreto, para o ensino, na língua vernacula, das seguintes matérias: -portuguez, geographia do Brasil, chorographia do Estado, historia pátria, educação moral, educação cívica e cantos patrios.^{^^}

Referindo-se às questões ligadas ao ensino em Santa Catarina, os documentos oficiais chamam a atenção para a manutenção de uma constante vigilância, impedindo “que se desenvolva no seu organismo cívico um quisto de estrangeirismo degenerador.”^{^^} Sendo assim, já apontam como um sério problema o fato de a direção de inúmeras escolas estarem sob a direção de professores de cultura, tendência e língua estrangeira.

No que se refere à questão da elaboração estatística, conforme o relatório do Congresso já mencionado neste trabalho, cabia ao Estado o levantamento de dados e informações não somente ligados às questões do ensino, mas também a museus, bibliotecas, arquivos, monumentos históricos e artísticos, teatros, concertos, gravações de discos, entre outros, permeando, assim, outros espaços cotidianos. Posteriormente, os dados obtidos deveriam, obrigatoriamente, ser divulgados pelo Diário Oficial do Estado, comunicados à imprensa da capital do país e publicados no boletim do Ministério da Educação e Saúde Pública. Para facilitar a ação das autoridades no levantamento de dados, obrigava-se o Governo Federal a elaborar uma legislação que estabelecesse penalidades a serem aplicadas aos estabelecimentos e pessoas que negassem informações ou dificultassem os trabalhos para organizar as estatísticas educacionais e

²⁵ Decreto n. 58. 29 de janeiro de 1931

conexas. A estatística, revelando os fenômenos próprios da população, permitiria a formulação de técnicas pelas quais se estabelece a manutenção do poder público.²⁷

Dentro dessa perspectiva, a de manter o controle sobre o poder público e estendê-lo ao dia-a-dia da população, foram criados no decorrer do ano de 1931, pelo então interventor Ptolomeu de Assis Brasil, o Arquivo Público Estadual^{^^} e a Diretoria de Estatística do Estado.²⁹

No Arquivo Público Estadual seriam mantidos e conservados, “metodicamente classificados”, livros e documentos da administração, assim como a legislação dos municípios. Mas, além disso, sua criação proporcionava a manutenção do controle sobre a massa da população, na medida em que adquiria e conservava também documentos de compra e venda ou concessão de terras, registro de nascimentos, hipotecas, testamentos, casamentos, óbitos e outros.

Quanto ao serviço de estatística em geral, ele vinha, segundo o governo, a complementar as funções do Arquivo. Sua incumbência era de receber, elaborar, coordenar e publicar toda sorte de informações estatísticas precisas relacionadas com o estado físico, administrativo, político, demográfico, econômico, intelectual e moral do Estado. Colhendo informações, levantando dados, registrando e analisando os resultados obtidos, o levantamento estatístico propicia e orienta a intervenção do

²⁷ Segundo Michel Foucault, quantificando número de mortos, de doentes, a taxa de natalidade, as epidemias, a riqueza, etc. o uso da estatística revela tudo o que é próprio da população, o que é imprescindível para um governo, que neste instante tem a população como fim e instrumento de governo. Para ele, “Campanhas através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população, etc.” FOUCAULT, Michel. Op. Cit. p.289.

²⁸ Decreto n, 186. 28 de dezembro de 1931.

Estado junto à sociedade. Enquadrados dentro dos parâmetros científicos, portanto dotados de racionalidade, permite a classificação e estabelecimento de padrões de comportamento, estabelecendo aqueles aceitos ou não.

Conforme o Comunicado da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, publicado no *Diário Oficial do Estado*:

Cumprir ao povo brasileiro ter sempre em mente que o pouco que sabemos sobre as possibilidades do Brasil, devemos-lo à estatística e que, prestigiando e favorecendo as investigações estatísticas, cada cidadão não faz mais do que contribuir para o conhecimento quantitativo da atividade nacional, único meio de tomar seguras e oportunas as medidas destinadas ao melhoramento das condições de vida e ao fomento do progresso.^{^®}

‘Tiscalizar’, ‘controlar’, ‘classificar’, ‘inspecionar’, ‘publicar’, ‘quantificar’, ‘moralizar’ parecem ser palavras de ordem nos anos iniciais do novo governo. A fim de adotar meios para organizar a sociedade, fazia-se necessário conhecer a população. Como afirma Campos, “A utilização desses dispositivos, que partiam da necessidade de efetuar uma espécie de ‘mapeamento’ sobre o qual seria possível determinar estratégias eficientes de intervenção social, certamente reforçaram a concretização dos projetos modernizadores no pós-30.”^{^^}

Outro ponto de relevância entre os documentos oficiais refere-se à segurança pública. No que tange à polícia civil, pede o secretário d’Estado dos Negócios do Interior e Justiça por meio de relatório sua melhor organização:

O Estado não dispõe de uma organização completa de natureza exclusivamente civil para o policiamento de prevenção e repressão. (...)

³⁰ Informações estatísticas e econômicas. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. N. 310. 27 de março de 1935.

³¹ CAMPOS, Cynthia Machado. Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo:PUC, 1992. p.48

“O Gabinete de identificação e pesquisas necessita de completa reforma no sentido de se introduzirem os processos modernos e eficientes de identificação e pesquisas/”

Ainda segundo o mesmo relatório, o secretário reclama da inexistência de cadeias públicas nas comarcas e caracteriza as prisões existentes como “pardieiros anti-higiênicos”³³. Em relação à Força Pública, diz ser necessário o ingresso de novos oficiais e praças, admitidos por concurso. Esta nova corporação, sob a competência de seu alto comando, seria mantida disciplinada e moralizada.

Mereceu ainda atenção do poder público no período estudado a Penitenciária da Pedra Grande³⁴. Segundo o secretário, quando da tomada do poder pela nova administração havia sido encontrado apenas o prédio da penitenciária, faltando o estabelecimento de um regime penitenciário, que era na realidade sua essência. Para tanto, conforme relatório:

Aprovado o Regulamento que é modelado na Penitenciária de São Paulo - uma das mais perfeitas do mundo - nomeados os funcionários, retirados os elementos que ali se achavam, os presos aguardando julgamento e presos correccionais, entrou no regime que conduz a sua finalidade. Foram instalados e se encontram em pleno funcionamento, as oficinas de marcenaria, moveis de vime e artefatos de osso. Dentro em breve serão instaladas as oficinas de sapataria. Visando baratear o custeio da casa, a diretoria preparou uma horta em a qual trabalham os detentos de melhor comportamento.³⁵

³² Relatório do secretário d’Estado dos Negócios do Interior e Justiça, referente ao ano de 25 de outubro de 1930 a 25 de outubro de 1931. p. 12.

³³ Ibidem p. 12.

³⁴ A penitenciária foi criada em 1926 no Bairro da Pedra Grande, hoje Trindade, e inaugurada em 1930 e aí permanece até os dias atuais.

Viviane Poyer³⁶, em sua análise sobre a penitenciária entre os anos de 1935 - 1945, faz um estudo histórico dessa instituição, evidenciando sua construção e as posteriores reformas pelas quais passou, articuladas dentro do modelo de condutas civilizadoras. Observa que, apesar da edificação do prédio no governo de Adolpho Konder, ele não contava com um regime penitenciário que lhe propiciasse o efetivo funcionamento. Segundo Poyer, foi na administração do interventor Ptolomeu de Assis Brasil, através de decretos datados de 01 de agosto de 1931, que se estabelece o regime penitenciário no Estado. No entanto, tal regime, mesmo introduzindo melhoramentos e oficinas de trabalho, modificando a vida carcerária, não adequava ainda totalmente esta instituição aos moldes modernos desejados quando de sua criação. Sua pesquisa evidencia que, para atingir os padrões da almejada “instituição penal moderna”, outras iniciativas deveriam ser tomadas pelo governo, especialmente aquelas ligadas aos novos preceitos de antropologia criminal e medicina legal.³⁷

Cabe ressaltar que, ao criar o regime penitenciário e, especialmente, instituir o trabalho para os detentos, o novo governo estabelecia preceitos pautados num discurso modernizador que evidenciava a reabilitação do preso através do trabalho cotidiano. Para Kupka, adotar um caráter disciplinador sobre os detentos e fazer uso de novas formas de pensar a punição vinha ao encontro do “movimento reordenador de espaços e das relações humanas nos anos 10-20”.³⁸

³⁶ POYER, Viviane. *Penitenciária Estadual da Pedra Grande: estudo da instituição entre 1935 - 1945*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC. 2000.

³⁷ Além da implantação do trabalho cotidiano, outras medidas foram tomadas visando a reabilitação do preso. Conforme nota publicada por O Estado, do Diretor da Penitenciária da Pedra Grande, empossado em junho de 1931, Dr. Queirós de Mesquita, seriam convidadas pessoas de destaque no meio social e intelectual para realizarem periodicamente “palestras de educação moral e cívica tendentes a purificar o espírito dos presidiários, os quais assim não se sentirão desamparados do conforto social de que tanto necessitam.” Penitenciária da Pedra Grande. O Estado. 06 de junho de 1931. p.6.

Mas não somente sobre os detentos se objetivava manter disciplina e controle; também a população era alvo da manutenção de práticas que permitissem ao novo governo mantê-la sob vigilância. Conforme o relatório³⁹ apresentado ao secretário d'Estado dos Negócios de Interior e Justiça, por decreto⁴⁰ do interventor, a fim de se executar o Regulamento de Higiene do Estado é adotada a caderneta profissional para aqueles empregados que lidassem com a produção e manuseio de alimentos. Nela deveria constar a ficha sanitária do trabalhador, onde eram listados 20 itens, entre eles: data do exame, nome, endereço, dados pessoais, datas de vacinação e revacinação, doenças anteriores, doenças das pessoas de convivência, pele, couro cabeludo, sistema linfático, esqueleto e articulações, boca, coração, sentidos, pulmões, sistema nervoso, órgãos genitais, espirometria, entre outros. O portador da caderneta deveria se apresentar trimestralmente na Diretoria de Higiene, para que fosse lançado um visto, caso contrário não poderia se manter no trabalho. Aos patrões dos atingidos pela obrigatoriedade do uso da caderneta, caso mantivessem um empregado que não a possuísse, seria cobrada multa. Adotaram-se, portanto, práticas higienistas para o manuseio de alimentos, que, com o aval do discurso científico, deviam ser estipuladas pelo Estado e incorporadas pela massa da população.

É com esse propósito que neste período são estabelecidas em Florianópolis normas para o abatimento de animais no matadouro público, para o funcionamento de açougues, para a entrega da carne. Considerando necessário regulamentar o comércio de carne fora do Mercado Público, a fim de que os estabelecimentos de açougues espalhados pela cidade não viessem a infringir os preceitos de higiene e estética urbana, o prefeito da capital, José da Costa Moellmann, editou uma resolução impedindo o

³⁹ Relatório apresentado pelo diretor do Interior e Justiça, José Rodrigues Fernandes, referente ao ano revolucionário de 25 de outubro de 1930 a 25 de outubro de 1931.

comércio ambulante de carne verde e estabelecendo o comércio em açougues particulares somente fora da zona central da cidade. A mesma resolução determinava os critérios para a instalação destes açougues, estabelecendo desde suas dimensões até normas de funcionamento:

Art. 7º - O numero de rezes a serem dependuradas em um açougue, não poderá ultrapassar de duas para cada dois metros e meio de frente de compartimento.

Art. 8º - Os açougues deverão ter:

- a) O piso revestido de ladrilhos lisos de cores claras, com inclinação suficiente ao escoamento das águas de lavagem,
- b) As paredes revestidas de ladrilhos brancos, vidrados até a altura de 2,20m e daí para cima pintado de cores claras.
- c) As portas de grades de ferro.
- d) Suportes de ferro para a carne, colocado a altura de dois metros e vinte centímetros.(...)^{^^^}

A mesma resolução estabelecia que as pessoas que se dedicassem ao corte e venda de carne verde deveriam submeter-se a exame médico e não poderiam ter doenças contagiosas. Além disso, deveriam estar devidamente trajadas, “de avental de gorro branco, e não poderão estar descalças ou fazer o uso de tamancos.”^{^^^}

É também encontrada nos documentos oficiais dos primeiros anos da década de 30 a adoção de medidas, por parte da administração municipal, para o embelezamento e progresso da cidade de Florianópolis. Este é o caso do antigo cemitério da cidade, que, por resolução assinada pelo prefeito municipal, deveria ser definitivamente extinto. Entre as considerações que provocaram tal atitude estava a má

⁴¹ Resolução n. 21. de 16 de fevereiro de 1931.

⁴² *Ibidem*.

impressão que a localização do cemitério, à entrada da cidade⁴³, dava ao município. Desde o ano de 1912 a municipalidade vinha se esforçando pela completa extinção do antigo cemitério de Florianópolis. Em 1925 foi suspensa ali a inumação de corpos, sendo o cemitério interditado. Conforme a Resolução Municipal⁴⁴, o prefeito municipal, José da Costa Moellmann, marcou o prazo improrrogável de seis meses a partir da data da publicação da Resolução para que fossem transferidos para o Cemitério de Itacorubi os despojos ainda existentes no antigo cemitério de Florianópolis. Findo esse prazo, os despojos seriam exumados e removidos pela prefeitura para o ossuário provisório existente no Cemitério de Itacorubi.

Nos ofícios e cartas da Prefeitura Municipal de Florianópolis e da diretoria de Higiene é possível observar pedidos e reclamações que vão ao encontro do desejo de modernizar e higienizar a cidade. Encontram-se reclamações sobre o estado sanitário do município e a solicitação de medidas para resolver esse problema, tais como; o tratamento e profilaxia das endemias, a luta contra as doenças venéreas e o combate à mortalidade infantil, a criação de um laboratório de análises clínicas e bromatológico e, principalmente, a educação e orientação da população, que deveriam ser feitas num dispensário a ser criado. Em carta enviada ao interventor Ptolomeu de Assis Brasil, o diretor de higiene explicita seu projeto de ação;

Crear-se-ia um dispensário nesta capital. Esse dispensário cuidaria da educação sanitaria do povo, por meio de conselhos palestras, conferencias, publicações, etc.

Faria o tratamento e profilaxia das endemias reinantes; Impaludismo e Verminose. Cuidaria da orientação e educação das mães no periodo de gestação.

Faria puericultura, higiene e dietetica infantil, corrigindo assim os defeitos de nutrição, poria em pratica outras

⁴³ O cemitério municipal ficava localizado próximo à cabeceira da Ponte Hercílio Luz, do lado da ilha.

⁴⁴ Resolução Municipal, n. 55 27 de agosto de 1931.

medidas indispensáveis ao desenvolvimento normal do lactante.

Abriria luta contra as doenças venereas.

Ao lado disso, nos municípios assolados pelas epidemias, seriam creados (...) idênticos dispensários ao da capital.⁴⁵

A partir de 1934, durante a interventoria de Aristiliano Ramos e em seguida no governo de Nereu Ramos, estes esboços modernizadores foram tendo seus contornos cada vez mais definidos, muitos deles se materializando até o ano de 1935, outros apenas posteriormente.

Durante este período foi criada a Imprensa Oficial de Santa Catarina. Considerada como essencial para a administração pública e para o povo a publicidade de leis e atos do governo, cabia à Imprensa Oficial a edição do Diário Oficial do Estado, que, além destas publicações, deveria inserir;

Artigos originais ou traduzidos sobre instrução pública, agricultura, transportes, colonização, comércio, estatística, historia, higiene, ciências, letras e artes e quaisquer outros assuntos de interesse geral, que concorram para o progresso moral e material do Estado, exceto aqueles que, a juízo do Diretor, possam provocar polemicas de caráter partidário, religioso, racial ou pessoal.^{^^}

Argumentando sobre a necessidade do esclarecimento das atitudes do governo junto à população, a edição do Diário Oficial possibilitava um controle de condutas que mantivessem a ordem estabelecida. Por outro lado, o papel pedagógico exercido até então pelos periódicos de Florianópolis, como já mencionado anteriormente neste trabalho, ganhava novo aliado. Agora, era a própria voz do poder

⁴⁵ Carta da diretoria de higiene do Estado datada de 25 de janeiro de 1932. Ao final da carta, consta o visto do interventor Ptolomeu de Assis Brasil, aplaudindo as medidas solicitadas e determinando providências e encaminhamentos.

público que clamava por atitudes e comportamentos dos cidadãos enquadrados dentro das feições estabelecidas pelo governo.

O *Diário Oficial*, que passou a circular no Estado a partir de 1 de março de 1934, tendo por função dar publicidade aos atos administrativos, traz em suas edições ofícios, decretos, resoluções e notas do governo estadual e municipal, ao mesmo tempo que mantêm uma propaganda positiva da administração, que entra agora “na fase do progresso do período revolucionário”.⁴⁷ Criado no momento em que a interventoria estadual era ocupada por Aristiliano Ramos, suas páginas não poupavam elogios ao então interventor do Estado:

O conspícuo chefe de governo do Estado de Santa Catarina, que, por todos os títulos, nestes dois anos apenas de brilhante e fecunda atuação na Interventoria do estado tomou-se credor da admiração, do respeito e do apreço de seu povo, pode, assim, nessa patriótica tarefa, fazer ressaltar a obra altiloqüente e proveitosa que aqui vem se desenvolvendo, dia por dia, sob a benéfica influencia do novo regime criado pela Revolução de 30.⁴⁸

Seus escritos procuravam demonstrar sua operosidade como administrador e as diretrizes de seu governo; educação, viação e saúde.

Nenhum administrador digno desse nome, á altura da vida moderna, das necessidades dos Estados modernos, porá á margem das suas cogitações administrativas o problema da higiene, que como o do ensino, é dos mais importantes de cada unidade. Assim compreendem, realmente, os bons governos, os administradores concios de seus deveres⁴⁹

⁴⁷ A obra do governo revolucionário em Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. N.329. 22 de abril de 1935.

⁴⁸ A obra revolucionaria em Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. N. 333. 26 de abril de 1935.

⁴⁹ Os problemas sanitários de Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. N. 327. 16 de abril de 1935.

Pensando nos problemas sanitários de Santa Catarina, Aristiliano Ramos colocou à frente da Diretoria de Higiene o Dr. Carmosino Camargo, considerado em nota do *Diário Oficial* como uma “individualidade científica de incontestável valor”, que traçou um plano de ação no sentido de pôr fim aos problemas sanitários de Santa Catarina. Dando continuidade às ações para resolver esses problemas, o governo instalou o Laboratório de Análises da Diretoria de Higiene em Florianópolis. Essas atitudes, segundo a mesma nota, permitiriam cuidar da saúde da população com o intuito de mantê-la apta para o trabalho:

É um serviço de grande significação, esse de assistência as gentes que labutam longe dos centros cultos, sem amparo e sem higiene, enfermas legando à Pátria, gerações fracas sem a necessária resistência para o trabalho.^*^

Especificamente em relação á região de Florianópolis, na intenção de levar a cidade ao rumo do progresso, foram realizadas obras para assegurar seu desenvolvimento. A região do Estreito foi apontada como uma das áreas que seria alvo de benefícios para atingir esta finalidade:

(...) resolvido a atender aos justos desejos das populações prejudicadas pelos governos passados, - foi o eminente coronel Interventor do Estado quem abriu as portas do progresso a João Pessoa , conseguindo que ali se construísse o novo e magestoso quartel para as forças do Exercito, o moderno e confortável prédio do Grupo Escolar José Boiteux.^.^

Frente ao desejo de reformulação de condutas, práticas eram exercidas que atingiam também pequenos hábitos e costumes da população que deveriam ser aprimorados. Em Florianópolis, a legislação já existente no Código de Posturas do

⁵⁰ *Ibidem.*

⁵¹ Os melhoramentos de João Pessôa. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. N. 219. 03 de dezembro de 1934.

município referente ao recolhimento de animais, aves, veículos e objetos apreendidos por abandono ou ao uso dos logradouros públicos passou a ser considerada esparsa, pois não havia conseguido eliminar esse hábito cultivado por alguns moradores até então. Sendo assim, foi criado⁵² em Florianópolis o Depósito Municipal para onde esses animais, veículos e objetos seriam a partir de então levados, caso fossem apanhados pela prefeitura.

No que tange ao embelezamento da capital, ele permanece como vontade dos novos administradores. Em Ofício⁵³ destinado ao palácio do governo, a prefeitura de Florianópolis, representada por seu então prefeito, reclamava da presença no Morro do Antão, em área próxima ao Hospital Militar, de uma verdadeira favela. Esta, segundo o ofício, se constituía devido à concessão de terrenos realizada através da Diretoria de Terras, por governadores e seus oficiais de gabinete. Sendo assim, pedia a adoção de providências no sentido de impedir tais doações, pois além de a construção destes ranchos propiciarem ao local um aspecto desagradável, traria no futuro despesas e incomodações para efetivar a desocupação desses moradores. Era alvo, de solicitação da prefeitura o impedimento de toda e qualquer obra que pudesse “entorpecer a marcha do embelezamento da capital” ou que fosse um “atentado á estética da cidade.”

As questões ligadas á limpeza, embelezamento e urbanização da capital continuaram recebendo forte atenção do poder público, mas sua defesa estava profundamente aliada às questões médico-sanitárias. Foram criadas em Florianópolis a taxa sanitária para remoção do lixo, o imposto territorial urbano sobre os terrenos não edificadas e situados no perímetro urbano. A saúde pública e seus levantamentos estatísticos mantinham-se também entre os pontos destacados que necessitavam da

⁵² Resolução Municipal n. 26 de 27 de julho de 1933.

ação governamental. Providências^{^^} no sentido de ser evitado, profilaticamente, um surto epidêmico de febre tifóide em Florianópolis foram solicitadas para o governo Estadual através da Diretoria de Obras Públicas, no sentido de melhorar as condições de higiene dos habitantes das fraldas dos morros e aperfeiçoar o serviço de esgoto. Em relação à Prefeitura do município, a melhoria dos serviços de coleta de lixo e a limpeza e drenagem das ruas era cada vez mais solicitada.

Era também exigida a reordenação dos hábitos e costumes da população. Assim, de acordo com edital da prefeitura publicado no *Diário Oficial do Estado*, “é expressamente proibido criar ou conservar animais suínos dentro da cidade e seus arredores ou trazê-los a solta nas outras povoações”^{^^} Quanto aos problemas de saúde, tanto da capital como do Estado, as autoridades apontavam como necessárias a organização de uma polícia sanitária no interior e na capital, a fiscalização de hospitais, maternidades, hospícios, e asilos, e, por fim, a organização de um serviço de estatística demográfico-sanitária. Sob o controle do Estado seria possível estabelecer normas de ordenação, impedindo práticas indesejadas e estabelecendo padrões de comportamento que identificassem o novo cidadão^{^^}.

Os documentos oficiais traziam também em seus escritos a intenção do poder instituído de transformar as práticas da população. Entre os anos 1930 e 35, esses documentos evidenciavam a necessidade da reeducação do povo fi[^]ente aos novos ares

⁵⁴ Relatório da Diretoria do Interior e Justiça . Exercício de 1^o de março a 31 de dezembro de 1935 é de janeiro a abril de 1936. No que se refere à saúde pública da capital, o professor Antonio Botini, ex-diretor de liigiene de Florianópolis, diz ter tido o dissabor de verificar que a cidade se encontrava em estado lamentável, já ameaçada pelo tifo endêmico e sujeita a uma violenta epidemia. Para ele, este quadro se verificava em função de, nas residências das encostas dos morros, serem atirados os dejetos à superfície do solo, os quais as chuvas e as moscas se encarregam de espalhar.

⁵⁵ Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. N. 253. 16 de janeiro de 1935.

⁵⁶ Segundo Boiu[^]dieu, através dos signos exteriores é possível determinar o pertencimento, já que se reúne ou se separa os que fazem parte de determinados grupos sociais. BOURDEEU, Pierre. Op. Cit. p.

modernos que vinham se instalando. O *Diário Oficial*, ressaltando a importância do voto secreto instituído no governo pós-30, afirma que a reeducação do povo implicava, entre outras coisas, em promover uma transformação da mentalidade política nacional. O novo cidadão, segundo o discurso do *Diário Oficial*, é aquele que demonstra ordem e civismo, para manter no poder o novo regime reconstrutor:

(...) o eleitorado compareceu às urnas cheio de fé, compenetrado de seus deveres, votando pela continuidade do regime de reconstruções, máu grado a exploração que foi teada em tomo das desprezadas presas de velhos chefetes partidários retrógrados, os quais ainda não se aperceberam das transformações operadas nos costumes políticos do Estado.⁵⁷

No decorrer do governo de Aristiliano Ramos a nacionalização do ensino ganha cada vez mais impulso, exigindo novas medidas para esta finalidade. Em relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde, o inspetor estadual das escolas subvencionadas pede, por exemplo, a remessa de “coleção de quadros históricos, bandeiras nacionais e hinários, (...) bem como quadros e outros materiais, para o ensino intuitivo de linguagens, que é a disciplina mais importante nas zonas estrangeiras em que estão localizadas as nossas escolas⁵⁸. Seguindo o mesmo propósito, o cinema, através do uso de filmes sempre renovados e adequados ao fim nacionalizador, passa a ser utilizado no Estado. Outro aliado neste intuito seria a rádio difusão, pois estava previsto para acontecer em poucos dias a inauguração, na cidade de Blumenau, de uma estação de rádio difusora. Assim, o microfone dessa emissora de rádio poderia servir para tal fim:

⁵⁷ *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. 16 de outubro de 1934.

⁵⁸ *Relatório Awlso do Inspetor estadual das escolas subvencionadas, João dos Santos Areão*. Outubro de 1934. p.33-34.

Convidado para usar o microfone dessa sociedade terei uma ótima ocasião de mostrar o papel saliente que poderá uma estação de radio prestar á educação, mormente nas zonas coloniais, onde precisamos difimdir o ensino da nossa língua.^

Para se manter dentro de uma postura modernizadora, o governo de Aristiliano Ramos cria obras que evidenciam essa preocupação, como, por exemplo, o lançamento da pedra fundamental do edificio dos Correios e Telégrafos e do novo Quartel do Exército, ambas construções que, segundo notas dos jornais, “obedecem os mais modernos traçados estéticos”⁵⁹. No caso específico do quartel, ele obedece também “as mais rigorosas exigências técnicos militares”⁶⁰.

Manter a organização da contabilidade e dos arquivos municipais foram medidas adotadas pela nova administração como forma de estabelecer sua diferenciação em relação ao governo anterior. Esta preocupação, que já havia se evidenciado nos primeiros anos pós-30, destaca-se também na administração de Aristiliano Ramos. Tal afirmativa aparece em nota publicada pelo *Diário Oficial*:

Deve-se a primeira administração municipal de após 1930 a organização da contabilidade da prefeitura de Florianópolis, que até então se resimiia mais ou menos aceitável, da receita e despesa orçamentária. Foi a administração do sr. Dr. José da Costa Moellmair quem pôs em ordem o serviço contabilístico, bem como o arquivo e outros departamentos, cuja deficientíssima organização timbrava em nivelar-se à imperfeitíssima escrituração municipal.⁶²

Ainda segundo a mesma nota do *Diário Oficial do Estado*, foi possível, através dos trabalhos de contabilidade, conhecer o patrimônio do município e as dívidas

⁵⁹ *Ibidem*. p. 35

⁶⁰ *Jornal Republica*. 13 de março de 1935

⁶¹ *Ibidem*

⁶²

da prefeitura, ou seja, a “situação real do município”. De acordo com o *Diário Oficial*, a intenção do governo em contabilizar, levantar e guardar dados se resumia em poder levar à população precisas informações sobre a administração pública, alegando que “um govêmo só pôde fazer boa administração, merecendo os aplausos da opinião publica”.^^

No entanto, era a viação considerada como sendo um dos pontos primordiais da administração de Aristiliano Ramos. No propósito de realizar a obra modernizadora do Estado tinha especial importância a construção de um sistema rodoviário para Santa Catarina:

(...) não possuía um plano racional rodoviário, na execução do qual deveriam se dirigir todos os esforços orçamentarios. O coronel Aristiliano Ramos, ao assumir a interventoria, num de seus primeiros atos mandou organizar um plano rodoviário, de maneira que as estradas construídas e a construir pelo Estado ligassem entre si as rêdes de todos os municípios em todos os sentidos, tecendo dessa forma sobre o mapa do estado uma rêde, cuja malha maior é inferior a 5.000 kilometros quadrados.⁶⁴

Ao tecer a malha rodoviária para o Estado, considerada como um serviço imprescindível para seu progresso, ele buscava ligar todos os municípios com a capital, É possível inserir tal atitude dentro do contexto de promover uma interligação entre as diferentes regiões do Estado a fim de possibilitar o início de um processo que caminharia em direção da homogeneização, já que Santa Catarina se caracteriza por uma cultura heterogênea. Frente à diversidade étnica do Estado, uma malha rodoviária interligando todas as regiões permitiria o fácil deslocamento e acesso às distintas regiões, o que sem dúvida seria de grande importância para um governo que tinha seus

⁶³ Contadoria geral do Estado. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, n. 319. 6 de abril de 1935,

⁶⁴ O moderno sistema rodoviário de Santa Catarina, *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, N, 332, 25 de abril de 1935.

esforços voltados para padronizar práticas, organizar a vida social e criar uma identidade catarinense.

Segundo Campos, nas décadas de 30 e 40 os discursos modernizadores e organizadores de espaços e condutas estavam alinhados a essa idéia de homogeneização e criação de uma identidade. Para esta autora, isso ocorria em função da grande diversidade cultural que caracterizava o Estado, especialmente em função da imigração ítalo-germânica, o que abria espaço para possíveis tensões sociais. Sendo assim, no governo pós-30 evidenciava-se para os setores dominantes “que a afirmação de um projeto de regeneração social para Santa Catarina devia passar por uma atuação eficiente do Estado, no sentido de promover a acomodação dessa sociedade, principalmente dos dispersos segmentos populares.”⁶⁵ Com o intuito de discutir a criação da identidade catarinense, jornalistas, escritores, representantes das elites do Estado e autoridades políticas produziram discursos, elaboraram estudos, organizaram encontros e congressos, procurando conferir ao Estado um determinado e único padrão cultural, dentro dos anseios modernos.

Em seu estudo sobre as estratégias educativo-assistencialistas desenvolvidas pelo poder público no período correspondente aos anos de 1930 e 1945 e seus efeitos sobre a população, Cynthia Campos⁶⁶ destaca que estas se manifestaram mais sistematicamente a partir do governo Nereu Ramos. Em 1936, quando estava à frente do Governo de Santa Catarina, foi criado, por exemplo, o Departamento Estadual de Estatística (D.E.E.), que tinha por objetivo coordenar e uniformizar racionalmente as informações coletadas que permitissem o conhecimento da realidade do Estado. Para

⁶⁵ CAMPOS, Cynthlia Machado. Op. Cit. p.39

⁶⁶ *Ibidem*, p. 97-98. Para esta autora tais medidas objetivavam a nomiatização de condutas.

ela, tal procedimento dotou o governo de informações que gerenciaram sua prática, caracterizada, entre os anos de 35-45, pelo perfil assistencialista,

Foi ainda no governo de Nereu Ramos, conforme Campos, que o programa nacionalista se efetivou. Neste contexto, compõe-se a figura do ideal nacionalista: o trabalhador nacional. O foco de atenção do Estado no sentido de remodelar condutas e promover novos hábitos e costumes a partir de 1935 tinha preciso direcionamento: as regiões habitadas por grupos estrangeiros, que passaram a sofrer a intervenção do Estado. Segundo Maria Bernardete Ramos Flores⁶⁷, a partir de 1935 ocorreu uma acirrada campanha contra o movimento “germanófilo” que vinha se intensificando desde 1929 em Santa Catarina, especialmente na região do Vale, onde se destacava a presença dos teuto-brasileiros, que comemoravam as datas alemãs organizando desfiles e apresentando bandeiras e flâmulas com a cruz suástica. Nessas regiões teve início uma campanha contra o isolamento cultural de comunidades alemãs no sul do país, estabelecendo-se a proibição de periódicos e jornais editados em alemão e uma efetiva fiscalização sobre as escolas, onde deveriam ser adotadas medidas visando incutir nos educandos o ideal de brasilidade^{®*}.

Mesmo que tal propósito tenha se implantado a partir de 1935, já no início do ano anterior, em nota publicada por *O Estado*, o ideal de implantação da brasilidade no Estado catarinense era esboçado. Comentando sobre a necessidade de se firmar o programa nacionalista, a nota ressalta que nada se faz contra a “nobre e laboriosa raça germânica”^{®*’^}, no entanto:

⁶⁷ FLORES. Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi; palavras, sentidos, ficções*. 2.ed. Florianópolis: editora da UFSC, 1998.

[®] Segundo Flores, nas escolas eram organizadas pelos inspetores de ensino festas cívicas com o intuito de criar junto às crianças “uma mudança de comportamento em relação à pátria brasileira”. *Ibidem* p. 129.

Ninguém contesta tudo isso, mas daí a permitir que essa raça, forte e dominadora, crie ‘núcleos puramente germanizados’, dentro de um Estado, sem nenhuma relação social com os municípios co-irmãos nem com o resto do Brasil, a não ser o forçado contato administrativo e o intercâmbio de interesses exclusivamente comerciais, o que não é possível prolongar por mais tempo.⁷⁰

As obras concretizadas no decorrer do governo de Nereu Ramos materializavam a tônica discursiva no que se refere à modernização e remodelação de condutas que caracterizou o governo Vargas; nacionalista e assistencialista. Assim, modernizar, a partir de 1935, implicava em estabelecer um planejamento político que visava ordenar e controlar, enquadrando a população nos critérios pelo governo estabelecido para caracterizar o novo cidadão brasileiro; ordeiro e trabalhador.

Mas não somente o poder público se preocupou com a modernização, o embelezamento da cidade e a reformulação de condutas. Tais desejos ocuparam também espaços na imprensa florianopolitana. Estas não eram questões totalmente novas nos periódicos da capital, pois a normatização de condutas e a busca da modernidade faziam parte do discurso dos jornais da cidade já em fins do século XIX.

Joana Pedro identificou essa preocupação entre os periódicos de Desterro nesse período. Percebendo os jornais como instrumentos pedagógicos e formadores da opinião pública, a autora destaca seu papel como divulgadores de um ideal de moralidade e de civilidade. Segundo ela, “Comportamento moral, posturas urbanas, limpeza da cidade, eram temas recorrentes nos periódicos locais, tanto aqueles políticos partidários quanto os literários.”⁷¹

⁷⁰ **Ibidem.**

⁷¹ **PEDRO, Joana Maria. Op.cit. p.54.**

Notas que cobravam das autoridades ações que propiciassem o embelezamento urbano e a organização da capital catarinense nos novos padrões de estética e higiene ganham visibilidade pela imprensa. No entanto, no decorrer do trabalho de pesquisa, analisando os escritos de *O Estado*, *República* e o *Diário Oficial*, parece que esses órgãos de imprensa tomaram direções distintas.

Enquanto o jornal *O Estado* mantinha seu discurso vinculado ao que já se estendia desde o final do século XIX, o *Diário Oficial* e o *República* transitam por novos caminhos, aliados ao discurso do governo pós-30.

Assim, no discurso de *O Estado* há uma proposta de higienização, de remodelação de condutas, alinhadas com o desejo da burguesia em modernizar a área urbana para acomodar, como se referia tal jornal, a “elegância ilhoa”. Sendo assim, as palavras de ordem utilizadas por *O Estado* continuavam sendo aquelas utilizadas já nas décadas anteriores pelos periódicos de Florianópolis: “embelezar”, “aformozear”, “modernizar” e “progresso”.

O *República* e o *Diário Oficial* em suas notas manifestavam também o desejo de adequar a cidade e o Estado catarinense a um projeto modernizador, no entanto novas expressões permeavam seu discurso. Pretendia-se também modernizar, embelezar, alcançar o progresso, mas para tanto seria preciso “moralizar”, “higienizar”, “inspecionar”, “educar”, “informar”, “nacionalizar”. A tônica discursiva desses periódicos mantinha assim um caráter pedagógico que tinha por finalidade explicitar as diretrizes da nova administração.

O discurso de modernidade e salubridade propagado por *O Estado* atingiram alguns espaços de Florianópolis que se constituíam como exemplares do atraso e falta

de higiene. Mesmo que entre os anos 1910 e 1930 ações tivessem sido tomadas⁷² visando higienizar e impor formas modernas para a cidade, uma série de locais necessitavam ainda, segundo *O Estado*, de atenção por parte da administração municipal.

O matadouro público, localizado no Estreito, era um desses lugares, e em muitos momentos ocupou as páginas deste jornal. Inicialmente as queixas se ligavam ao fato de o sangue do gado abatido não chegar ao mar, ficando na areia da praia e, sob o efeito do forte sol, produzir cheiro insuportável. Em diferentes momentos reclamações sobre o aspecto desagradável causado pelo sangue acumulado na praia e o mau cheiro que tomava conta da região ganharam destaque. No entanto, com o avançar dos anos 30, o teor das reclamações se alterou. O mau cheiro ainda era questionado, mas além disso se reclamava agora dos males que provocavam à saúde, principalmente o quanto prejudicavam esteticamente uma região que nesse momento se encontrava em rápido desenvolvimento. Para resolver tal problema, a solução proposta por *O Estado* era a remoção do matadouro para uma região mais interiorana, longe do “progresso do Estreito”, que cada vez mais ia se caracterizando como uma região moderna. Em seu lugar, dizia a imprensa, cairia muito bem a edificação de um mercado público.

Se o Estreito merecia tamanha atenção, o centro da cidade, onde a elegância ilhoa transitava e onde acontecia o footing, merecia cuidados ainda maiores. Visando o aformoseamento da cidade, o calçamento das ruas centrais havia sido realizado pela prefeitura, que deu início à cobrança da construção dos passeios pelos proprietários. Estas eram medidas até então solicitadas ao poder público por *O Estado*. Mas o que

⁷² Roselane Kupka, analisando o viver urbano em Florianópolis neste período, destaca que a saúde pública e a salubridade tornaram-se questões emergentes. Visando alcançar os ideais de modernidade, foram estabelecidos serviços de infra-estrutura, arruamento e ajardinamento. KUPKA, Roselane, op. Cit. p. 133.

este jomal passou a questionar foi que a remodelação do centro se efetivou sem um prévio planejamento, fazendo com que algumas vias públicas fossem deixadas de lado por ocasião dos calçamentos, necessitando agora desses benefícios. Além disso, observava que, nas que haviam recebido calçamento, não foi colocado meio-fio, e, mesmo com prédios elegantes, apresentavam uma vista “deplorável”, sobretudo nos dias de chuva. Era neste sentido que *O Estado* criticava as obras feitas pelo poder público, solicitando que:

O embelezamento ou a modernização da nossa capital deve merecer um cuidado desvelado, e para que se opere de uma fôrma eficiente e harmoniosa, deve, antes de tudo, obedecer a um plano pré traçado que se iria executando gradualmente, fixando-se para tal fim, no orçamento do município, a dotação exacta, ou, ao menos, aproximada, e indemne de amputações ou cortes.

(...) o que vai se fazendo não corresponde, de maneira segura, às imposições mais urgentes do progresso urbano.⁷³

Com os automóveis tomando conta das principais ruas, um cenário que antes fora apregoadado pela imprensa como sinônimo de progresso era agora considerado como símbolo de atraso: os bondes puxados a burro da Companhia de Carris Urbanos. Conforme Hermetes Araújo: “Considerados um dos equipamentos e um dos sinais máximos da modernização e do progresso urbano, os bondes de Florianópolis traziam ironicamente as marcas da velha Desterro.”⁷⁴* Méses anos pós-30 os elogios se transformavam em críticas, tanto por parte de *O Estado* como da população, o que por um lado levou a duas depredações dos bondes, e por outro, proporcionou o surgimento de um outro meio de transporte urbano: o ônibus.

⁷³ Calçamento de ruas. *O Estadô*. 08 de março de 1935. p.6

⁷⁴ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *Op. Cit.*, p.40

Segundo *O Estado*, fazia-se necessário ainda que o poder público continuasse a obra de saneamento e embelezamento de Florianópolis, que, como capital, representava “a sala de visitas do Estado”. É nesse sentido que suas repetidas notas diziam não visar a figura do prefeito municipal, mas tão-somente colaborar com o poder público municipal. Seguindo ainda o discurso modernizador, foi cobrada por este periódico, junto à prefeitura, a construção de obras e instituições que, desenvolvidas de acordo com o discurso-médico-higienista, se faziam necessárias para modernização da sociedade. É o caso, por exemplo, da reivindicação de um albergue noturno e de um prédio para os alienados, sugerindo até para estes últimos “destinar dois pavilhões desocupados existentes na Penitenciária da Pedra Grande”⁷⁵ A tônica das notas sugere que estas reivindicações continham o mesmo propósito de livrar a elite florianopolitana do convívio com esses indivíduos e dos “perigos” que eles representavam.

Dando continuidade à obra modernizadora de Florianópolis, os comerciantes foram conclamados para auxiliar a prefeitura municipal. Sugerindo a reforma da Praça General Osório, encravada *no* coração da cidade, e que estava servindo apenas de depósito de lixo e como espaço para moleques e vagabundos, solicitava que :

O comércio sempre disposto a cooperar nas iniciativas progressistas, auxiliaria provavelmente a prefeitura, contribuindo para a compra dos aparelhos destinados ao divertimento da criança.⁷⁶

⁷⁵ **Jornal O Estado. 23 de agosto de 1933.**

Ao que tudo indica, o discurso veiculado por *O Estado* a partir de meados de 1933 sofreu modificações. Nesse período, marcado pela campanha para a Assembléia Constituinte, este periódico além da preocupação com o embelezamento da cidade, reivindicava também medidas de ordem social, especialmente no que se referia à assistência aos alienados e aos leprosos, e às condições sanitárias de Florianópolis. Em entrevista com o diretor da repartição de higiene, Dr. Carmosino Camargo de Araújo, solicita esclarecimentos sobre o problema dos lázaros e a ação social no Estado. Conforme resposta do diretor, não havia “dados calcados sobre base científica da população atingida pelo Mal de Hansen em Santa Catarina”⁷⁷, mas afirmava que a doença estava disseminada pelo Estado, O diretor indicava ainda algumas medidas necessárias para conter a lepra no Estado, tais como: um serviço de profilaxia, a instalação de um dispensário para o tratamento dos casos incipientes, a realização de um censo dos leprosos no Estado e a fundação de um leprosário.

Vale lembrar, diante deste discurso de ordem social propagado por *O Estado*, que durante o Governo de Adolpho Konder fora construído na Pedra Grande um edifício destinado ao hospício e que nesse momento, em meio à campanha para a Assembléia Constituinte, este periódico garantia apoio aos políticos vinculados ao Partido Republicano, sob forte domínio da família Konder. Toma-se possível, analisando o momento político, inferir que o discurso proferido por *O Estado* nessa conjuntura política tinha preferencialmente a intenção de fazer oposição ao governo estabelecido.

Sendo esse ou não seu objetivo, os comentários e reivindicações feitos após uma visita ao manicômio da Pedra Grande e da Cadeia de São José, por exemplo.

descreviam estas instituições chamando a atenção para o fato de estarem “lotadas”, por seu “aspecto desumano”, seu “desconforto” e sua “imundície”. Dizia tratar-se de assuntos que mereciam soluções, e, quanto ao Edifício da Pedra Grande, que necessitava sofrer as reformas que o habilitassem para sua alta finalidade. As despesas para tanto não poderiam ser consideradas como supérfluas, já que tratava-se de “providências de ordem social”⁷⁸.

Assim, através do discurso dos periódicos instituía-se o ideal do novo cidadão, ao mesmo tempo em que possibilitava ao governo estabelecido no pós-30, através de medidas de reforma social e da normatização de condutas estabelecer marcos que o diferenciavam dos governos anteriores.

Considerações finais

Chegando ao final da longa jornada, entre livros, jornais, relatórios, decretos, leis, cartas, ofícios e depoimentos, e buscando compreender as imagens criadas sobre o movimento de 30 junto à imprensa florianopolitana e os documentos oficiais que possibilitaram sua legitimação como novo poder político dominante, algumas considerações devem ser apontadas.

O estudo junto aos órgãos de imprensa municipais possibilitou o reconhecimento de uma variedade de discursos enfatizando esta temática, tanto no *Jornal O Estado*, dito independente, como no *República*. Tais discursos visavam criar uma imagem do movimento junto à população, dando publicidade às atitudes do poder público.

Pela análise dos periódicos vislumbram-se variados movimentos, uns permeados de medo e violência, outros de vitórias, heróis e conquistas. No entanto, tanto nas páginas dos jornais, quanto nos documentos oficiais, as pessoas comuns, aquelas que viveram o cotidiano do movimento, que tiveram seu dia-a-dia alterado, que fiigiram em busca de segurança, não encontraram lugar. Um estudo específico sobre a vivência destas pessoas nesses dias tumultuados carece ainda ser feito.

Ao mesmo tempo, os jornais indicam que, no decorrer dos anos entre 1930 e 1935, algumas lideranças políticas no Estado mereceram maior destaque, seja através de elogios por esses órgãos de imprensa, seja por homenagens através de manifestações públicas, da mudança de nomes de ruas praças e municípios e do culto a sua imagem no

cotidiano escolar. No entanto, para além destes nomes figuram inúmeros indivíduos anônimos e não somente Getúlio Vargas, como apontam os livros didáticos e os compêndios de história.

Por outro lado, tanto os periódicos como os documentos oficiais indicam que esse período foi marcado por rupturas no poder público e até mesmo nas idéias que direcionavam a administração. Os primeiros anos pós-30 se caracterizam por uma grande instabilidade política, sendo o Estado administrado por diferentes Interventores federais. Sua atuação nesses primeiros anos se pautou em criar a imagem do antigo governo como um inimigo e a do movimento de 1930 como necessário e de vontade coletiva. Já a partir dos anos de 1934, sob o governo de Aristiliano Ramos e em seguida de Nereu Ramos, práticas são exercidas inserindo o governo catarinense numa perspectiva que caminha em direção ao projeto de homogeneização cultural do Estado catarinense.

Dentro da perspectiva de instalação de uma nova ordem, a administração pós-30 não somente deu continuidade a um discurso modernizador, que, como indicaram algumas pesquisas¹ já se fazia presente na imprensa e no governo catarinense, mas foi além, orientando suas ações para tomar realidade tais discursos, procurando diferenciar-se dos governos anteriores. É neste sentido que essas ações, assim como todas aquelas ligadas ao objetivo de legitimar os grupos políticos então dominantes, podem ser interpretadas como ritos para sua instituição. Mas se anteriormente esses discursos tinham a intenção de embelezar, aformosear, nos anos de 1930 a 1935 outros elementos se juntaram a ele, como

¹ Sobre estas pesquisas ver nota da página 84 deste trabalho.

“moralizar”, “quantificar”, “homogeneizar”. A análise dos periódicos demonstrou que *O Estado*, mesmo nestes “novos tempos”, manteve seu discurso na proposta inicial de modernização, enquanto o *Republica* e o *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, representantes do discurso oficial, trilharam um distinto caminho normatizador, procurando estabelecer um novo sentido para o ideal modernizador. Modernizar, no pós-30, significou catalogar, ordenar, impor o respeito à hierarquia, incorporar-se na brasilidade.

Pelo discurso do poder político instituído após o movimento de 30, visualizado através dos documentos oficiais e dos periódicos a ele vinculados, foi possível observar uma compulsão pelo controle, pela organização, possibilitada pelos levantamentos estatísticos e pelos registros. Tais práticas, ao mesmo tempo, permitiam a manutenção de um controle sobre a população, que deveria adaptar-se à nova situação.

Se a ação do Estado esteve voltada para sua instituição como novo poder político, utilizando para tanto, como visto anteriormente, símbolos e ritos, no decorrer da pesquisa, nas entrelinhas dos periódicos, dos documentos e da memória, foi possível perceber que esse movimento não foi monolítico. O povo, ou pelo menos parte da população do município de Florianópolis, “não cooperava” com as medidas reorganizadoras que o Estado pretendia estabelecer. Tais medidas, tomadas pelo grupo social dominante, com o aval da ciência então legitimada e das autoridades públicas, buscavam cada vez mais alterar a prática e os hábitos cotidianos da massa da população, exigindo dela uma distinção de maneiras adequadas à “ânsia de modernidade”.

Este desejo de melhoria dos costumes e hábitos da população marcou o discurso da imprensa e dos documentos oficiais no pós-30, manifestando-se tanto nos

escritos de *O Estado*, quanto nos órgãos de imprensa que verbalizavam o discurso do governo instituído. Neste sentido, o jornal *O Estado*, o *República* e, posteriormente, o *Diário Oficial* levavam ao seu público leitor artigos, cartas e notas que não apenas informavam, mas também tinham a função de pôr fim a alguns costumes considerados “roceiros” e “antiquados” e de criar outros considerados adequados aos novos tempos. No entanto, assim como o discurso de modernidade tomou caminhos diversos no discurso dos distintos periódicos, também o conceito de “cidadão moderno” recebeu identificação diferenciada. Para o jornal *O Estado*, moderno parece ser aquele que assume atitudes elegantes e refinadas, distanciando-se dos antigos hábitos mantidos pelo costume e tradição; já para os órgãos representantes do grupo político que administrava o Estado, e nos documentos oficiais, moderno era o bom cidadão, que se caracteriza por ser ordeiro, patriota e trabalhador.

Assim, *O Estado*, já nos primeiros meses da nova administração, através de pequenas notas, extensos artigos e cartas, expressou inúmeras críticas em relação aos hábitos da população local. Estabelecendo parâmetros de comparação entre Florianópolis e os grandes centros urbanos e, principalmente, as outras capitais brasileiras, muitos dos antigos costumes e práticas da população foram considerados “maus hábitos não tolerados”[^].

Em meados do ano de 1931, ao mesmo tempo que veiculavam-se as primeiras notas que criticavam algumas atitudes tomadas pela prefeitura municipal e outras que deveriam e não tinham sido até então colocadas em prática, criticavam-se na população de

Florianópolis determinados comportamentos, caracterizados de forma pejorativa. No decorrer dos meses de agosto e setembro de 1931, proliferaram nos jornais pequenas notas que reclamavam, por exemplo, da população por pisar nos canteiros públicos, do costume de fazer serenatas, da carroça do pão, que, além de carecer de maiores cuidados com a higiene, passava muito cedo fazendo barulho e acordando a todos. Além desses, outros hábitos considerados profundamente grosseiros foram condenados, como limpar o nariz e ficar se coçando em público. Era preciso que uma capital que pretendesse ser considerada culta corrigisse esses maus costumes.

Solicitando da população a utilização do bom senso que deve existir num “meio culto ou numa capital adiantada”, outra prática retrógrada deveria ser deixada de lado; o uso dos foguetes. Segundo *O Estado*:

Que nos arrebaldes se permittarn essas ridicularias - vá; mas que no centro da cidade, um indivíduo ou um grupo de indivíduos se proponham ensurdecer a população com o canhoneio dos rojões - É intolerável.

Ora, há na prefeitura Municipal uma postura que proíbe esse costume aldeão. Por que não a executar agora?^

Não bastava que a cidade florescesse em jardins, que tivesse avenidas abertas, ruas largas e limpas, era preciso que os costumes da população se apurassem, se requintassem, se modernizassem. Fazia-se então necessário, por meio da prefeitura,

continuar cobrando a observação do Código de Posturas, a fim de manter o propósito de educar e civilizar os moradores da cidade.

Em nota escrita por um colaborador de *O Estado*, um dos costumes que marca até os dias atuais a tradição da Ilha era também alvo das críticas; a brincadeira de boi. Desejando manter-se dentro dos padrões estabelecidos para ser caracterizada como moderna, a elite da capital passou a considerar que a brincadeira do boi “em pleno centro do ‘footing’ florianopolitano” tomava-se uma “nota inestética”. Não era mais possível tolerar “uma brincadeira de subúrbio em pleno centro de reuniões de nossa sociedade.”⁴

As notas desse periódico evidenciavam também que as cobranças feitas pela prefeitura à população, punindo até mesmo com multas aqueles que infringiam os “regulamentos” ficavam muitas vezes no discurso, pois não eram cumpridas pelos órgãos públicos. Era o caso da inspetoria de veículos, que multava os automóveis que não tinham buzina e farol, enquanto os caminhões de limpeza pública não possuíam tais itens. O mesmo ocorria em relação à exigência de limpeza da fachada, do conserto dos passeios, do muramento de terrenos, etc., feita pela prefeitura aos proprietários de prédios e terrenos, enquanto a prefeitura não fazia sua parte de limpeza, conservação, reparos de ruas, praças e jardins. Evidenciando tal fato, o jornal *O Estado*⁵ apregoava ainda em suas páginas a necessidade de uma tomada de posição, tanto da comunidade como da prefeitura, pois a limpeza e o embelezamento da cidade deviam estar acima das dificuldades vividas no momento, especialmente por tratar-se da capital do Estado.

⁴ Um amigo do Estado. *O Estado*. 10 de fevereiro de 1934. p.1

⁵ *Jornal O Estado*. 17 de agosto de 1933.

Aos poucos, enquanto a cidade se transformava, o trânsito dos automóveis nas ruas se intensificava. A população, por sua vez, não sabia se comportar diante dessas mudanças. Era pensando assim que o jornal *O Estado* registrava incidentes lamentáveis ocorridos nas ruas centrais como a João Pinto, a Conselheiro Mafra e a Felipe Schmidt, e que poderiam ser evitados através de rigorosas e constantes providências:

Já se tomou hábito quase enraizado, diante da indiferença pelo caso, o de transitarem pelos passeios vendedores ambulantes carregando cestos, lavadeiras com os sacos de roupas à cabeça e mesmo condutores de malas, caixotes etc.*"

Fazia-se necessário acabar com este velho hábito, já proibido pelo Código de Posturas, que insistiam os moradores da cidade em preservar, mesmo diante do aumento de trânsito pelas ruas centrais. Tal costume, conforme indicado por *O Estado*, propiciava ainda um aspecto pouco recomendável ao centro urbano. Diante disso, çegundo este jornal:

Fácil é concluir-se o aspecto pouco recomendável que esse abuso representa sobre desorganizar o trânsito regular, gerando incomodos e, não raro, prejuizos e scenas desconcertantes.

Si não nos enganamos, ha por ahi, no Codigo de Posturas, qualquer dispositivo que proibe essa usança sevelha e condemnavel, tratando-se ainda mais de mas que não são suficienientemente largas e passeios que são exageradamente estreitos.

(...) A anomalia que apontamos é das que devem attrair cuidados cuidados immediatos, de sorte a se eliminarem numerosas falhas que viciam o curso harmonioso da actividade cidadina.'

® Jomal O Estado. 23 de outubro de 1933. p.6

^ O trânsito nas mas. O Estado. 21 de outubro de 1933. p I

Estes procedimentos, insistia *O Estado*, não se tratavam de novidade, afinal a proibição de transitar com carga ou mercadoria, rolar barricas, caixões, fardos, etc., pelos passeios e calçadas das ruas, já havia sido baixada por decreto da Inspetoria de Veículos, desde 28 de junho de 1927. Era, portanto, o povo que não cooperava.

Enquadrada dentro dos novos padrões de modernidade é que a elite da capital queria organizar a cidade, especialmente o centro urbano. Assim, as ruas centrais deveriam ser ordenadas de modo a abrigar a elegância ilhoa. A Rua Felipe Schmidt, por exemplo, considerada a formosa “artéria urbana”, sendo chamada de “Broadway” e “Porta do Sol”, recebia a elite para os passeios e o footing. Neste intuito, a mesma nota que solicitava da prefeitura melhorias urbanas, caracterizava como quadro roceiro o hábito de determinados garotos engraxates que ocupavam a Rua Felipe Schmidt de, quando não tinham serviço, “puxarem suas mochas para o meio das ruas, e em ‘bulhento’ cenáculo, permanecerem allí, fazendo apelos à freguesia ou dando ‘cargas’ aos transeuntes caricatos.”*

Muito se reclamava em *O Estado* sobre as más condições sanitárias da cidade de Florianópolis. Condenava-se o crescimento dos casos de doenças como gripe, paratifo, coqueluche, sarampo, e o crescimento do número de óbitos entre as crianças. No entanto, não somente por parte do poder público, exigiam-se medidas que pusessem fim a essa situação. A população era também condenada por esta precária situação que se instalou na cidade. Se era exigida do poder público a melhoria da rede de esgoto e do abastecimento de água, da população era cobrado o desleixo com relação à sujeira dos quintais e dos latões de lixo, que, colocados nas portas das residências “exalam fartun de podridão”^

* *Ibidem*.

Mas não só das populações mais pobres se queixavam as notas de *O Estado* por não cooperarem com a modernização e embelezamento da cidade. Também às classes mais abastadas eram feitas solicitações para atingir tais objetivos:

O calçamento das nossas ruas, a paralelepípedo único que nos serviria, pela sua quase eternidade, não seria difícil se encontrasse o sr. Prefeito, a exemplo de Rio e São Paulo, a colaboração de cidadãos capitalistas que mandassem calçar, por conta própria os trechos de ruas que defrontam suas casas.¹⁰

Os documentos oficiais traziam também em seus escritos a intenção do poder instituído de transformar as práticas da população. Com a instalação do novo governo, esses documentos evidenciavam a necessidade da reeducação do povo frente aos novos ares modernos que vinham se instalando.

Em carta ao interventor federal Ptolomeu de Assis Brasil, o diretor de higiene do Estado, caracterizando de amargo o estado sanitário e concordando com Miguel Pereira quando este afirmava ser o Brasil um vasto hospital, fez referência à figura do Jeca Tatu, criação de Monteiro Lobato, como a vítima do descaso dos que nos governam. Em seu relatório o diretor ressalta a necessidade de educá-lo, tirar-lhe o desânimo;

Curemos o Jéca, alfabetizemos o Jeca, ensinemos ao Jeca os preceitos rudimentares de higiene individual, e de higiene de habitação e amanhã o Jeca não mais será um soma triste amedrontado no desânimo de sua fraqueza, mas terá coragem para aproveitar a uberdade fecunda do nosso solo, fazendo a grandeza do Brasil.”

¹⁰ Florianópolis a sala de visitas do nosso Estado. *O Estado*. 26 de abril de 1934. p.6

” Carta da Diretoria de Higiene do Estado, para o Interventor Federal Ptolomeu de Assis Brasil, em 25 de janeiro de 1932.

Relatando sobre a situação sanitária do município de Tijucas, na região da Grande Florianópolis, observou que 80% da população era doente, culpando a ignorância e a falta de higiene da população por tal situação:

Verminose, impaludismo, ulcera tropical, sífilis, etc; tudo isso, a fazer com a ignorância e a falta de higiene, a inutilidade de uma porção de seres humanos dignos de melhor sorte,

A uma imaginação fértil, servida por culta inteligência, seria fácil pintar um quadro pavoroso de toda essa miséria fisiológica que, da nossa capital, se estende pelos municípios do litoral até o planalto, quadro esse que na sua crua realidade seria capaz de suplantar o terrível infemo, onde o florentiio Dante meteu todos os seus inimigos.”

Subordinando-se às aspirações do bem coletivo, poz na árdua e grandiosa tarefa que lhe foi cometida, toda a palpitação e idealismo orgânico, moralizador, sadio, e criador da Revolução.^{1^}

O jornal *Republica*, em nota dirigida ao povo de Florianópolis, pedia que se mantivessem ordeiros, que os excessos de rua, as depredações, nessa hora de reconstrução prejudicavam a serenidade necessária aos homens públicos a quem se estavam confiando os destinos da nação. Para eles:

’Sursun corda’! Levantemos os corações mais alto, brasileiros. Superioridade, magnanimidade, patriotismo, trabalho reconstrutor - eis o que a todos nós cumpre praticar e propagar.^{2^}

Desde as primeiras manifestações feitas à população já se identifica nessejornal um discurso pautado na manutenção da ordem. Apregoando a construção de uma nova sociedade brasileira, os escritos do *Republica* traçavam o perfil desse novo cidadão:

^{1^}Ibidem.

¹³ Jomal Republica. 30 de outubro de 1931.

trabalhador e ordeiro. Assim, manter-se dentro dos padrões estabelecidos pelo poder público instituído significava fazer parte de uma sociedade que caminhava para a construção do Brasil moderno. Conforme esse jornal, passados os dias agitados que garantiram a vitória do movimento, deveria ter início a obra modernizadora:

A elaboração de novas garantias constitucionais, o reajustamento da máquina administrativa, as relações com os demais países, o restabelecimento do tráfego ferroviário e marítimo, e tantas outras atividades que a campanha havia suscitado - tudo isto nos empolga, porque, sobre os escombros do mandonismo derrubado, sejam erguidos, com edifícios de linhas nobres e modernas, os princípios cardeais da Aliança Liberal, que resumimos nestas três palavras: Liberdade, Honestidade, Trabalho.”

Ao mesmo tempo, para realizar a obra saneadora e modernizadora era preciso romper com o sentimentalismo e implantar uma administração dotada de maior eficiência e assegurada de “invioláveis normas de moralidade”¹⁴.

O *Republica*, referindo-se ao governo anterior, utilizava-se de expressões como “sentimentalista e injusto”, que, segundo este periódico, podiam ser consideradas como características que representam um entrave ao progresso. A partir daí, analisando tais escritos é possível identificar, em contraposição, o que era concebido como condições que compunham o cidadão moderno: “justiça e racionalidade”. Em nota criticando seus opositores, este jornal dizia se tratar de maus brasileiros, péssimos cidadãos, pois “tentam desprestigiar a trabalho estafante dos grandes vultos do movimento de 30, indivíduos

¹⁴ *Jornal Republica*. 31 de outubro de 1931.

¹⁵ Primeiro ano do governo revolucionário em Santa Catarina. *Republica*. 25 de outubro de 1931.

dignos de todas as bênçãos dos bons patriotas.”*¹⁶ O indivíduo civilizado agora é aquele que ama a Pátria e se empenha em manter-se integrado dentro da brasilidade.

As referências feitas no *Republica* sobre a renovação de costumes que se implantou no Brasil pós-30, vinham aliadas aos ideais de reabilitação de civismo nacional, e não mais, como no caso de *O Estado*, de modos refinados. Enumerando as práticas que possibilitariam a modernização do Brasil, chamavam atenção especialmente para as “leis de assistência social protegendo o trabalho tanto quanto compete a um regime democrático.”*¹⁷

Uma das preocupações presentes nos documentos oficiais dizia respeito à educação do povo no sentido de melhorar as práticas cotidianas no que tange às questões ligadas à higiene. Segundo o relatório apresentado ao governo, em Florianópolis podia ser encontrado ainda um grande contingente de “gente humilde, que vive sem observar o mínimo preceito de higiene”** Nesse sentido, o mesmo relatório sugeria ao governo estadual a educação sanitária do povo e que se impusessem hábitos de higiene à população em geral.

Ao que tudo indica, o discurso do *Republica* e do *Diário Oficial do Estado* não se estabelecia através da crítica em relação a atitudes até então mantidas pela população, que deveriam ser modificadas para o estabelecimento de uma sociedade considerada civilizada. Seu discurso estava voltado mais para a produção e reorganização de práticas e condutas, que tinham na ordem e no trabalho as referências para a implantação do projeto político brasileiro. Diferentemente de *O Estado*, que lançava críticas à população, a

¹⁶ Jomal *Republica*. 21 de março de 1931, p. 1

¹⁷ ■' Os beueficios do liberalismo. *Republica*. 28 de setembro de 1934.

regeneração que o movimento de 30 pretendia a incorporação de todos os indivíduos numa Pátria alçada ao cenário de um país moderno, ordeiro e trabalhador. Neste sentido, a culpa por atitudes indesejadas da massa popular era creditada muito mais à administração anterior ao movimento. Se até então o povo não cooperava, era por falta de ações do poder público opressor:

O povo não é aquela massa inconsciente, tal como a queriam os governos contra os quais a alma brasileira se insurgiu, na vitoriosa marcha cívico-militar de Outubro: é, hoje, além de consciente, uma força viva, que discerne e que exige, capaz por isso, de estabelecer o confronto decisivo entre as práticas condenadas, que e se estabeleceram.¹⁸

Assim, por mais que através da ação do Estado se procurasse obscurecer as práticas populares, aparecendo apenas na feia do outro, procurando nas entrelinhas é possível encontrá-la implícita no texto que a registra.

Mas isto é uma outra história.

¹⁸ Relatório da Diretoria do Interior e Justiça. Referente ao período de 1º de março de 1935 e de 1º de janeiro a 30 de abril de 1936. p. 106.

¹⁹ Ao povo, pelo povo. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. N. 117. 28 de julho de 1934.

FONTES CONSULTADAS

1. ACERVOS

1.1. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

a) Leis, Decretos, Resoluções do Governo Estadual- 1930/ 1935.

- * Decreto n.17 de 27 de outubro de 1930.
- * Decreto n.27 de 20 de dezembro de 1930.
- * Decreto n. 58 de 29 de janeiro de 1931.
- * Decreto n.87 de 14 de março de 1931.
- * Decreto n. 135 de 17 de junho de 1931.
- * Decreto n.l 86 de 28 de dezembro de 1931.
- * Decreto n.l87 de 28 de dezembro de 1931.
- * Decreto n. 483 de 5 de fevereiro de 1934.

b)Resoluções do Município de Florianópolis - 1930/1935.

- *Resolução n. 3. de 25 de outubro de 1930.
- * Resolução n. 21. de 16 de fevereiro de 1931.
- * Resolução n. 23 de 18 de fevereiro de 1931.
- * Resolução n. 25 de 27 de agosto de 1931.
- * Resolução n. 55 de 27 de agosto de 1931.
- * Resolução n. 26 de 27 de julho de 1933.
- * Resolução n. 10 de 27 de maio de 1933.
- * Resolução n. 61 de 30 de dezembro de 1935.

*Resolução n. 47 de 28 de dezembro de 1935.

*Resolução n. 48 de 28 de dezembro de 1935.

c) Circulares da Secretaria de Interior e Justiça - 1930-35.

* Circular aos promotores públicos - 9 de maio de 1931.

d) Relatórios.

* Relatório da Secretaria d'Estado dos Negócios do Interior e Justiça - Ano Revolucionário de 25 de outubro de 1930 a 25 de outubro de 1931.

* Relatório do Serviço de Instrução Pública - Ano Revolucionário de 25 de outubro de 1930 a 25 de outubro de 1931.

* Relatório da Diretoria do Interior e Justiça - Ano Revolucionário de 25 de outubro de 1930 a 25 de outubro de 1931.

* Relatório da Diretoria de Instrução Pública referente ao ano de 1932.

* Relatório da Diretoria de Interior e Justiça - 1º de março de 1935 a 30 de abril de 1936.

* Relatório Avulso - Educação - da Inspetoria da Escolas Subvencionadas - Outubro de 1934.

* Relatório Avulso - Secretaria do Interior e Justiça - 29 de agosto de 1934.

* Relatório dos Trabalhos da Quarta Conferência Nacional de Educação - Apresentado pelo Professor Adriano Mosimann ao Interventor Federal do Estado - 1932.

* Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina correspondente ao ano letivo de 1935.

e) Mensagens.

* Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 16 de julho de 1936, pelo governador Nereu de Oliveira Ramos.

f) Correspondências de diferentes órgãos para o governo estadual.

- * Carta da Diretoria de Higiene do Estado para o Interventor Federal Ptolomeu de Assis Brasil - 25 de janeiro de 1932.
- * Ofício da Prefeitura do Município de Florianópolis para o Palácio do Governo - 22 de março de 1934.
- * Carta da Prefeitura do Município de Florianópolis para o Palácio do Governo - 27 de março de 1934.

g) Diário Oficial do Estado de Santa Catarina

- * Edições referentes a 01 de março de 1934 a 30 de dezembro de 1935.

1.2. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina,

a) Jornais

JORNAL O ESTADO - Florianópolis - Outubro de 1930 a Dezembro de 1935.

JORNAL REPUBLICA - Florianópolis - Outubro de 1930 a Dezembro de 1935.

JORNAL A PÁTRIA - Florianópolis - 26 de setembro de 1934

2. FONTE ORAL.

- a) D'AVILA, Hermínio José: depoimento [dez. 1999]. Entrevista concedida à autora.
- b) MEDEIROS, Laudelino: depoimento [dez. 2000]. Entrevista concedida à autora.
- c) OLIVEIRA, José Custódio de: depoimento [fev. 2000]. Entrevista concedida à autora.
- d) PAZ, Marina Müllen; depoimento [jan. 2001]. Entrevista concedida à autora.
- e) TRILHA, Fernando: depoimento [jan. 2001]. Entrevista concedida à autora.

3.BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república**. Dissertação de mestrado em História São Paulo; PUC, 1989.

ARENDT, Háannah. **Da Revolução**. Tradução de Fernando Dídimo Vieira. 2. ed. São Paulo: Ática. Editora UnB. 1990.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. V.5. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

BARRETO, Cristiane Manique. **Entre laços e nós. Formação e atuação das elites em Itajaí (1889-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico: memória e sociedade**. Lisboa: Difel, 1983.

_____. **A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. (Clássicos, 4).

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

_____. **Nossa Senhora do Desterro. Notícias L Florianópolis**; Lunardelli, 1971.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP; Papiros, 1998. (Coleção textos do tempo).

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. A nova historiografia e o imaginário da República no Brasil. In: **Anos 90. Revista do.PPG-História**. Porto Alegre:UFRGS. Vol. 1, maio de 1993.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

CHARTIER, Rogar. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994.

_____. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. (Memória e Sociedade).

_____. **O mundo como representação**. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 11(5), 1991.

CHEREM, Rosângela. **Caminhos para muitos possíveis. Desterro no Final do Império**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1994.

CARONE, Edgar. **A Segunda República (1930 — 1937)**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1978.

_____. **A República Nova (1930 - 1937)**. 2.ed. São Paulo: Difel, 1976.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajai: Editora da UNIVALI, 2000.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. Historiografia e História**. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FÉLDC, Loiva Otero. A História Política Hoje: novas abordagens. In: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis: Editora Insular; UFSC. n.5, 1998.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público (ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano)**, Florianópolis: Secretaria do Estado da Educação, 1975.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos, ficção**. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC. 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. **O ressurgimento ^a história política no campo da História Cultural**. Niterói: UFF, cópia xerográfica, 1994.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.) **A invenção do Brasil moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 ^ 30**, Rio de Janeiro: Rocco. 1994.

KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis, 1910-1930**. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: PUC, 1993.

LEHMKUHL, Luciene. **O que merece não morrer**. In: **Imagens além do círculo - o grupo de artistas plásticos de Florianópolis e a posituação de uma cultura nos anos 50**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, p. 13- 39, 1996.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

MATA, Maria Margarete Sell da. **Jomal O Estado: uma história em construção**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1996.

MIGUEL, Salim. **Outubro, 1930**. In: **A morte do tenente e outras mortes**. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: INL, 1979 (Coleção Diadorim)

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na feia dos outros. Tempo, espaço, e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (coordenador) **Cultura & identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Editora: Marco Zero, [1987?], p. 53-101.

PIERRE, Nora. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun BChoury. In: **Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n.10, p.7 - 41, 1993.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PEREIRA, Lucésia. **Florianópolis, década de trinta: ruas, rimas e desencantos na poesia dissonante de Trajano Margarida**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC. 2001.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua História**. Florianópolis: Editora da UFSC e Editora Lunardelli, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POYER, Viviane. **Penitenciária Estadual da Pedra Grande: estudo da instituição entre 1935 - 1945**. Dissertação de Mestrado de História. Florianópolis: UFSC. 2000.

REMÓN, René. Uma história presente. In: **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOARES, Iaponan (org.). **Estreito, vida e memória de um bairro.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

WOLFF, Cristina S. **Historiografia catarinense: uma introdução ao debate.**
In: **Revista Catarinense de História.** Florianópolis: Terceiro Milênio, n.2, p. 5-15, 1994.